



CII

Corporação Interamericana de Investimentos



RELATÓRIO ANUAL 2006

Países Membros:

Alemanha	Haiti
Argentina	Honduras
Áustria	Israel
Bahamas	Itália
Barbados	Jamaica
Bélgica	Japão
Belize	México
Bolívia	Nicarágua
Brasil	Noruega
Chile	Países Baixos
Colômbia	Panamá
Coréia, República da	Paraguai
Costa Rica	Peru
Dinamarca	Portugal
El Salvador	República Dominicana
Equador	Suécia
Espanha	Suíça
Estados Unidos	Suriname
Finlândia	Trinidad e Tobago
França	Uruguai
Guatemala	Venezuela
Guiana	

As fotos que aparecem na capa mostram projetos financiados direta ou indiretamente pela CII.
De cima para baixo:

Produtor de madeira, Chile
Fabricante de bicicletas, México
Agronegócio, Paraguai
Pescadores, Nicarágua
Produtor de laticínios, Equador
Banicultor, Nicarágua
Tecelão de redes, Nicarágua



RELATÓRIO ANUAL 2006

Sumário

Carta introdutória	iv
Carta do Gerente Geral	v
Consolidação do crescimento e criação de novas oportunidades	vi
Atingir PMEs por meio de empréstimos a instituições financeiras.....	vi
Produtos inovadores talhados para necessidades de mercado em processo de mudança..	3
Setores de crescimento em 2006.....	4
A CII: Fatos e dados	8
0 ano em retrospecto	12
Resultados operacionais.....	13
Resultados financeiros.....	14
Adicionalidade e impacto sobre o desenvolvimento.....	14
Cresce a parceria.....	15
Assuntos institucionais.....	15
Investindo no desenvolvimento, 2006	30
Resumo dos investimentos em desenvolvimento durante o ano.....	31
Demonstrações Financeiras	47
Apêndices	77
América Latina e Caribe em 2006: Perspectiva econômica.....	77
Governadores e Governadores Suplentes.....	78
Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes.....	79
Órgãos de ligação.....	80

Quadros

Cursos de treinamento sobre o meio ambiente para instituições financeiras.....	5
Belize Co-Generation Energy Limited	6
Programa de Cadeias Produtivas da CII.....	21
Fundo Fiduciário para o Desenvolvimento das PMEs Coréia-CII: Programas estratégicos	24
Comitês Permanentes	28
Fontes de recursos	31
Atingir microempresas por meio de empréstimos a instituições financeiras	35

Gráficos

Subempréstimos por intermédio de instituições financeiras desembolsados em 2005 e 2006	1
Operações por meio da linha rotativa para pequenos negócios em 2006.....	2
Indicadores financeiros básicos da CII	9
Relatório harmonizado.....	10
Composição dos ativos da CII	10
Composição dos projetos aprovados agregados	10
Distribuição da carteira ativa por produto financeiro.....	10
Distribuição setorial em 2006	11
Distribuição da carteira ativa por grupo de países saldos.....	11
Principais indicadores operacionais para 2006	13
Número cumulativo de projetos aprovados por país	16
Aprovações brutas cumulativas por setor	16
Países de origem e aquisições agregadas, 1989 – 2006.....	16
Aprovações brutas, desembolsos e saldos	17
Operações aprovadas em 2006	18
Projetos de infra-estrutura financiados pela CIFI nos países membros	26

Carta introdutória

27 de fevereiro de 2007
Presidente da Assembléia de Governadores
Corporação Interamericana de Investimentos
Washington, D.C., EUA

Senhor Presidente:

Nos termos do Artigo IV, Seção 9(a) do Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, transmito a Vossa Excelência o Relatório Anual da Corporação relativo a 2006 e as demonstrações financeiras auditadas, as quais incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e lucros retidos/(déficit) acumulado, bem como a demonstração dos fluxos de caixa referentes ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2006.

O relatório resume as principais realizações da CII e os fatos decisivos do ano.

Atenciosamente,

Luis Alberto Moreno
Presidente
Diretoria Executiva
Corporação Interamericana de Investimentos

Carta do Gerente Geral

As realizações da Corporação em 2006 constituíram um marco em seu desenvolvimento como instituição. O total dos ativos cresceu 39%, alcançando US\$ 939,9 milhões, e a receita líquida foi de US\$ 39,4 milhões. Graças a essas realizações, a CII firmou uma tendência ascendente, que se definira três anos atrás e, pela primeira vez desde o ano 2000, pôde comunicar lucros acumulados positivos.

Essa ascensão não teria sido possível sem que a Diretoria Executiva e a Administração se empenhassem para projetar e implementar iniciativas que capacitaram a CII a enfrentar o seu desafiador mandato. Foi assim que demos novo passo para consolidar nossa capacidade de atender às necessidades do setor privado na América Latina e no Caribe, em particular das pequenas e médias empresas que são o cerne de nossa missão como instituição multilateral de desenvolvimento.

Nesse particular, é digna de nota a criação, em 2006, da Linha Rotativa para Pequenos Negócios (SBRL). Este mecanismo agiliza o processo de aprovação de operações específicas menores, tornando possível atingir as PMEs da região de modo mais efetivo. As operações executadas este ano no âmbito da SBRL são novos exemplos da capacidade da CII para implementar respostas inovadoras para as necessidades de seu mercado-alvo.

Em 2006, a CII continuou desenvolvendo suas capacidades de operação em moeda local, que começou a construir em 2005, com uma emissão de obrigações na Colômbia. Em 2006, a Corporação expandiu as opções de financiamento em moeda local e tornou-se a primeira instituição multilateral a usar bancos locais como fonte de recursos para financiar operações em moeda local. Seguindo a liderança da CII, outras entidades multilaterais reproduziram depois essa prática.

Com o apoio do Governo da Coréia, a Corporação lançou o FINPYME, inovador programa para financiar PMEs, que consiste numa metodologia para análise diagnóstica e avaliação de empresas de pequeno e médio porte, e num sistema abrangente de apoio para aumentar a competitividade.

Após dois anos de trabalho intenso, a CII se encontra em posição excelente para cumprir as metas da Declaração de Nuevo León, conforme aprovadas pelos chefes de Estado e de governo de nosso hemisfério: atingir mais empresas pequenas e médias da região por meio de intermediários financeiros.

Além de manter-se fiel a seu compromisso com as empresas de pequeno e médio porte, a Corporação redobrou seus esforços para proteger o meio ambiente apoiando os créditos de carbono – quer na teoria, com um bem-sucedido seminário sobre o tema, quer na prática, com o financiamento de projetos de créditos de carbono.

Finalmente, continuamos a trabalhar na harmonização da metodologia para apresentação dos dados, de acordo com as melhores práticas de nossos pares, a fim de proporcionar um registro mais cabal de nosso impacto sobre o desenvolvimento.

Fica aqui o meu convite para ler o Relatório Anual 2006.

Jacques Rogozinski
Gerente Geral
Corporação Interamericana de Investimentos

Consolidação do crescimento e criação de novas oportunidades

Em 2006, a Corporação Interamericana de Investimentos (CII), partindo de sua crescente base de recursos e habilidades, explorou formas novas de cumprir sua missão essencial de respaldar o desenvolvimento sustentável apoiando microempresas e empresas de pequeno e médio porte na América Latina e no Caribe. Esse apoio da CII ajuda as empresas beneficiárias a se tornarem boas vizinhas corporativas, criando novas oportunidades e elevando o padrão de vida nas comunidades onde operam. A CII assumiu também um papel mais ativo nos foros multilaterais de instituições de desenvolvimento, onde são pertinentes sua experiência e suas operações inovadoras.

Descrevem-se adiante algumas das ferramentas diretas e indiretas usadas pela CII durante o ano para alcançar esses objetivos.

Atingir PMEs por meio de empréstimos a instituições financeiras

Numa conferência de cúpula extraordinária que teve lugar em Monterrey, México, em 2004, os chefes de Estado de todas as Américas chegaram a um acordo, que se formalizou na Declaração de Nuevo León e exerceu impacto significativo sobre a trajetória institucional da CII. A Declaração pedia que se triplicassem os empréstimos das instituições financeiras às PMEs até 2007. A CII respondeu a esse mandato aumentando seus empréstimos a inter-

cont. na pág. 3

SUBEMPRÉSTIMOS POR INTERMÉDIO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DESEMBOLSADOS EM 2005 E 2006*

Montante médio dos subempréstimos a micro e pequenas empresas em 2006	US\$15.693
Montante médio dos subempréstimos a empresas de médio porte em 2006	US\$257.941
Montante médio dos subempréstimos a microempresas e empresas de pequeno e médio porte em 2006	US\$119.061

PAÍS	NOME DO PROJETO	NÚMERO DE SUBEMPRÉSTIMOS	MONTANTE MÉDIO DOS SUBEMPRÉSTIMOS
Bolívia	Fondo Financiero Privado PRODEM	275	US\$3.896
Bolívia	Los Andes ProCredit	3.085	\$1.244
Brasil	Banco ABN AMRO Real	402	\$48.009
Brasil	Banco Industrial e Comercial	18	\$740.317
Brasil	Banco Itaú	8.665	\$22.261
Brasil	Banco Rabobank International Brasil	98.929	—
Chile	Banco BICE	91	\$329.670
Chile	Banco del Desarrollo de Chile	117.794	—
Chile	Eurocapital	14	\$180.791
Chile	Factorline	19	—
Colômbia	Bancolombia	20	\$125.000
Colômbia	Caja de Compensación Familiar de Antioquia	26	\$39.830
Colômbia	Leasing Bolívar	287	\$24.415
Colômbia	Leasing Colombia	1.366	\$23.071
Colômbia	Leasing Crédito	1.180	\$8.770
Colômbia	Leasing de Occidente	200	—
Colômbia	Fondo Nacional de Garantías	1.658	\$23.958
Colômbia	Leasing del Valle	322	\$73.929
Costa Rica	Arrendadora Interfin	143	\$23.310
Costa Rica	Banco BAC San José	42	\$170.068
Costa Rica	Banco Improsa	4	\$373.125
Costa Rica	Financiera Multivalores	39	\$19.350
Equador	Banco Bolivariano	12	\$833.333
Equador	Banco ProCredit	21.718	\$3.699
El Salvador	Arrinsa Leasing	90	\$55.644
El Salvador	Banco ProCredit	690	—
México	Almacenadora Mercader	8.272	—
México	Financiera Compartamos**	61.055	\$330
México	Hipotecaria Su Casita	4.470	\$6.673
Nicarágua	Banco de Finanzas	808	\$12.856
Nicarágua	Financiera Nicaragüense de Desarrollo	390	\$3.553
Panamá	Banco BAC Internacional	26	—
Paraguai	Financiera Familiar	24	\$83.333
Peru	América Leasing	31	\$14.735
Regional	Arrendadora Interfin	46	—
Regional	Financiera Delta	73	\$3.515
Regional	Suleasing Internacional	20	\$82.068
	TOTAL	331.936	

* O número de instituições e subempréstimos reflete dados parciais.

** Em 2006 a financeira assumiu o nome de Banco Compartamos, S. A, Institución de Banca Múltiple.

Operações por meio da linha rotativa para pequenos negócios em 2006

Uruguai Empresa beneficiária: Instituto Cultural Anglo Uruguayo (ICAU) Setor: Educação Valor: US\$ 280.000	O ICAU é uma associação civil sem fins lucrativos fundada há mais de sessenta anos para divulgar a língua inglesa e a cultura britânica em todo o Uruguai. Tem centros de ensino em todo o país. O empréstimo da CII será usado para comprar 4.500 m ² de terreno e construir uma escola secundária em Montevideu.
Nicarágua Empresa beneficiária: Desarrollo Agrícola, S. A. (DAISA) Setor: Agricultura e agronegócios Valor: US\$ 100.000	Esta empresa, que tem sessenta empregados, usará o empréstimo para expandir as áreas cultivadas por pequenos agricultores que a abastecem de raízes e tubérculos comestíveis para posterior exportação. A expansão capacitará a empresa a reforçar sua cadeia de produção e processamento. Parte do financiamento será usada para melhorar o cais de descarga na unidade de processamento.
Empresa beneficiária: Genéricos Centroamericanos, S. A. (GENERIFAR) Setor: Indústria farmacêutica Valor: US\$ 240.000	Esta empresa, de propriedade 100% nicaragüense, fabrica e distribui medicamentos genéricos para uso humano. Usará o empréstimo para comprar equipamento a fim de desenvolver uma linha de produtos e aumentar sua capacidade para encher frascos e fazer comprimidos. Conta com cento e vinte empregados e certificado de qualidade gerencial ISO 9001: 2001.
Empresa beneficiária: Medicina de Atención Integral, S. A. (Medintegral) Setor: Serviços de saúde Valor: US\$ 120.000	Esta empresa presta serviços médicos e cirúrgicos em geral e tem capacidade para tratar até 2.500 pacientes por mês. O empréstimo destina-se à reforma do prédio de um centro médico, nele instalando uma clínica e salas de cirurgia, bem como à compra e instalação de um aparelho de anestesia modular.
Empresa beneficiária: Procesadora de Madera, S. A. (PROMASA) Setor: Wood Products Valor: US\$ 125.000	Esta empresa, que tem sessenta empregados, é parte de uma cadeia produtiva. O empréstimo da CII destina-se a estocar madeira a ser usada para fazer portas, janelas e molduras. Será também usado para comprar uma usina elétrica diesel de 60 quilowatts, que lhe dará condições para operar um sistema de caldeiras simples a fim de aperfeiçoar o processo de limpeza e secagem da madeira.
Paraguai Empresa beneficiária: BRICAPAR, S. A. Setor: Agricultura e agronegócios Valor: US\$ 215.000	Esta empresa fabrica e exporta carvão vegetal e briquetes de carvão vegetal reciclando refugo de serrarias certificadas, pó de carvão de sua própria unidade de separação de carvão e refugo de instalações de uma siderúrgica e de separadores de carvão na região metropolitana de Assunção. Toda a sua produção é exportada. O empréstimo será usado para comprar máquinas e instalar uma completa linha semi-automática de embalagem com maior capacidade, inclusive uma balança digital automática importada do Japão. Parte dos recursos será usada em melhorias na unidade de embalagens.
Empresa beneficiária: Wilhelm, S. A. Setor: Agricultura e agronegócios Valor: US\$ 200.000	A Wilhelm S. A. armazena, processa e exporta óleos essenciais, laranja seca e folhas de chá secas. Importa e comercializa aromas e óleos essenciais para a indústria (sabões, detergentes e desodorantes) e cultiva laranja como matéria-prima de sua destilaria de óleos essenciais. O empréstimo servirá para instalar um sistema de destilação de óleo cru de laranja amarga, prestar assistência técnica a agricultores locais e financiar capital de giro.

mediários financeiros e, entre outras medidas, lançou novo programa, concebido para expandir o crédito disponível para as PME's em toda a América Latina e no Caribe. Esse programa busca reforçar a eficiência e a capacidade de resposta com empréstimos e garantias a instituições financeiras qualificadas, dispostas a expandir o financiamento por elas concedido às PME's. Os resultados positivos dessa mudança de curso foram: a) maior eficiência nos processos e transações; b) maior volume das operações com níveis mais baixos de risco para o crédito, levando ao robustecimento da posição financeira da CII; e c) aumento nos recursos canalizados para PME's na região a fim de atender a crescente demanda de financiamento da CII.

Entre os resultados quantitativos dos esforços da CII junto a instituições financeiras, ao encerrar-se o ano de 2006, figuram os seguintes:

- Dentre as 194 operações no setor financeiro aprovadas desde os primórdios da CII, 21 foram aprovadas em 2006. As operações no setor financeiro em 2006 totalizam US\$ 383 milhões, inclusive US\$ 146 milhões em empréstimos B.
- As aprovações ativas líquidas da CII para operações com microempresas e empresas de pequeno e médio porte por intermédio de outras instituições financeiras elevaram-se a US\$ 511 milhões.
- Os dados parciais revelam que entre 2005 e 2006 mais de 330.000 clientes beneficiaram-se com repasses fornecidos por essas instituições financeiras.
- Entre 2004 e 2006, aprovou-se um total de cinquenta e quatro transações com instituições financeiras para empréstimo a microempresas e empresas pequenas e médias, numa média de dezoito aprovações por ano.

Do início de suas operações até hoje, a CII aprovou, em termos agregados, mais de US\$ 1 bilhão em operações com intermediários financeiros, inclusive empréstimos consorciados. A tabela na página 1 detalha empréstimos

concedidos mediante intermediários financeiros em 2005 e 2006.

Produtos inovadores talhados para necessidades de mercado em processo de mudança

Linha Rotativa para Pequenos Negócios

A Linha Rotativa para Pequenos Negócios (SBRL), lançada em 2006, é uma prova da capacidade da CII para corresponder ao mercado. Esse produto capacita a Corporação a oferecer pequenos empréstimos padronizados que variam entre US\$ 100.000 e US\$ 600.000 a PME's qualificadas, mediante um processo de aprovação sumário. Numa fase inicial, essa linha de crédito tornará possível conceder até US\$ 12 milhões em empréstimos a pequenas empresas privadas no Caribe, bem como na Costa Rica, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Uruguai. Os empréstimos não podem ultrapassar 20% da receita anual da pequena empresa.

Criaram-se procedimentos especiais para avaliar rapidamente quaisquer considerações ambientais ou trabalhistas, bem como objetivos de desenvolvimento e adicionalidade. Seguindo essa abordagem, é possível comunicar a decisão ao cliente normalmente dentro de uma semana. A tabela na página 2 resume as operações aprovadas por meio da SBRL em 2006.

Financiamento em moeda local

Desde 2005, a CII vem desenvolvendo produtos em moeda local que lhe permitem atender melhor às necessidades de seus clientes. As primeiras operações em moeda local relacionaram-se com a concepção de uma garantia para a Universidade Andrés Bello, da Venezuela, e uma operação conjunta de garantia creditícia parcial para uma emissão de obrigações executada no México por Cablemás em cooperação com a Nacional Financiera. Em dezembro de 2005, a Corporação colocou obrigações em moeda local para fornecer financiamento tam-

Máximo de doze milhões de dólares em empréstimos por meio da Linha Rotativa para Pequenos Negócios

bém em moeda local a empresas colombianas de leasing.

Com base nessa experiência, a Corporação, em 2006, executou uma operação em moeda local com a empresa financeira mexicana Compartamos, avaliada em 220 milhões de pesos mexicanos.

Além disso, em dezembro de 2006, a Diretoria Executiva da Corporação aprovou um empréstimo subordinado de 100 milhões de novos soles ao Banco de Crédito del Perú. Para financiar o empréstimo será feita uma emissão de obrigações em novos soles no mercado de títulos peruano. Para a CII, as operações em moeda local constituem excelente ferramenta com a qual contribuir para o desenvolvimento fornecendo financiamento, sem risco cambial, a setores-chave como o microcrédito e habitação, sobretudo habitação popular. A Corporação continuará trabalhando com financiamento em moeda local nesses países, bem como em outros no futuro próximo.

Setores de crescimento em 2006

Agricultura e agronegócios

Nove das quarenta e seis operações da CII financiadas em 2006 ocorreram nos setores de alimentos, agricultura e agronegócios. Entre elas figuram as do Molino Cañuelas na Argentina, Copeval no Chile e Reysahiwal no Equador, bem como um mecanismo de crédito para o Rabobank no Brasil destinado a empréstimos para pequenos e médios agricultores e cooperativas agrícolas. Como a produção agrícola concentra-se em áreas rurais, trabalhar

nesses setores permite à CII contribuir para criar empregos e oportunidades de exportação nas áreas mais necessitadas.

Energia e meio ambiente

Destaque para uma instituição dinâmica

Experiência, inovação e um conjunto de parceiros em processo de ampliação capacitaram a CII a assumir uma posição de destaque em questões de interesse para o setor do desenvolvimento. Algumas dessas questões relacionam-se com a extensão do alcance dos esforços das instituições financeiras do desenvolvimento para promover o desenvolvimento sustentável.

Acordo e oficina sobre modelo para créditos de carbono

Com o apoio do Fundo Fiduciário Coreano, a CII realizou, em outubro de 2006, uma oficina para desenvolver um modelo aperfeiçoado para contrato da compra de redução de emissões, destinado a projetos qualificados para certificados de direitos de emissão (comumente chamados “créditos de carbono”) no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto. Os participantes, que vieram de todo o mundo para reunir-se na CII, desenvolveram um modelo anotado com dois propósitos inter-relacionados.

- Fornecer documentação legal de fonte aberta e publicamente disponível, que ajude os vendedores – muitos deles PMEs – a participar do mercado internacional de carbono em melhores condições de concorrência com compradores sofisticados e bem financiados.
- Promover a disponibilidade de financiamento em forma de dívida para projetos MDL, tornando mais fácil usar como garantia fluxos de caixa de créditos de carbono.

A Administração da CII promoverá ativamente o uso do modelo no mercado do MDL por todo o ano de 2007, e continuará apoiando os esforços de divulgação dessa iniciativa. Entre outras medidas, fará uma apresentação do modelo de acordo na Carbon Expo 2007 e desenvolverá uma página na Internet para aco-

lher o modelo e dar apoio a PMEs no mercado do MDL.

Mercado global do carbono

Em março de 2006, realizou-se em Quito uma oficina sobre a posição do Equador no mercado global do carbono. A CII foi uma das patrocinadoras do evento, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente do Equador e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Discutiram-se as oportunidades atuais abertas aos projetos de MDL no Equador, bem como os obstáculos enfrentados, além do papel

A CII realizou uma oficina sobre acordos estandardizados de compra de créditos de carbono

do comércio de emissões e da redução do efeito estufa para a estratégia de desenvolvimento sustentável do país. Foram discutidos os seguintes aspectos:

Cursos de treinamento sobre o meio ambiente para instituições financeiras

Em 2006, a CII concluiu seu décimo curso de treinamento sobre o meio ambiente para o setor financeiro, programa iniciado em 1999. Foi o primeiro curso sobre a gestão do risco ambiental desenvolvido especificamente para instituições financeiras latino-americanas e caribenhas. O objetivo inicial do curso era aprofundar a consciência dos riscos ambientais entre as instituições financeiras. Desde então, o curso evoluiu e aperfeiçoou-se. Agora, visa instruir as instituições financeiras sobre métodos práticos para implementar seus próprios sistemas de gestão do risco ambiental. Sete anos atrás, a maioria dos participantes (basicamente clientes da CII) tinha uma visão cética da importância e relevância das questões ambientais para eles próprios. Atualmente, porém, cada vez mais instituições financeiras contam com políticas ambientais e procedimentos para a gestão do risco ambiental bem-sucedidos.

A CII continua trabalhando com instituições financeiras que já implementaram sistemas de gestão do risco ambiental (muitas das quais tinham participado do curso em anos anteriores) a fim de aperfeiçoar e divulgar esses sistemas. Reforçando o efeito de demonstração dos esforços da CII, muitas instituições

financeiras atuam agora como instrutoras em oficinas e partilham sua experiência com outras instituições financeiras da região.

Os cursos de treinamento cobrem riscos ambientais e sociais para instituições financeiras e as recompensas para aquelas que atuam com responsabilidade ambiental. Gerir o risco social e ambiental para assegurar que os clientes (ou mutuários de bancos locais) tratem das questões de poluição, saúde, segurança, qualidade de produtos e responsabilidade civil não só evita multas e outras sanções, mas também gera lucros. Permite reduzir as provisões para créditos de liquidação duvidosa, eleva os lucros, melhora o balanço patrimonial e valoriza o capital do acionista. O curso visa igualmente mostrar às instituições financeiras exemplos da forma como a qualidade do desempenho do cliente afeta os resultados e como as empresas (os clientes) que operam de forma limpa e eficiente podem ser mais competitivas e lucrativas, em particular porque refugo muitas vezes significa que um recurso foi usado de forma ineficiente ou manipulado de forma incorreta. A CII tem trabalhado com entidades e consultores locais para assegurar a transferência desses conhecimentos para a região.

- acesso a financiamento para projetos MDL no Equador;
- questões jurídicas e técnicas relativas à eliminação de barreiras e à criação de um quadro que conduza ao comércio de carbono e investimentos na área; e
- um programa nacional para promover projetos MDL no Equador, como parte de uma estratégia geral de desenvolvimento.

Financiamento especializado

Mercados de capitais

Foi um alto funcionário da CII o principal orador na conferência *Securitização: Fortalecendo as Bases*, que se realizou em São Paulo, Brasil, no mês de novembro de 2006. A conferência reuniu profissionais de eminentes instituições para discutir o desenvolvimento dos mercados internos de capital e de securitização no Brasil.

O papel da Corporação é mostrar o caminho e demonstrar a instituições financeiras e investidores privados que há novas oportunidades de mercado à sua disposição. No Brasil, a CII cumpriu esse papel mostrando, pela primeira vez, que os títulos lastreados em hipotecas eram um instrumento viável de investimento para investidores institucionais. A CII trabalhou com dois parceiros locais para

estruturar a primeira emissão local de títulos lastreados em hipotecas com grau de investimento; a emissão foi lastreada por empréstimos a famílias de média ou baixa renda para aquisição de casa própria. Assim, a poupança interna pode funcionar como a fonte primária de financiamento para o crescente mercado de financiamento de casa própria.

Microfinanciamento

Também em novembro de 2006, igualmente em São Paulo, Brasil, a CII co-patrocinou uma reunião sobre microfinanciamento com a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), a Federação Latino-Americana de Bancos (FELABAN), a Women's World Banking (organização dedicada especificamente a ajudar mulheres de baixa renda) e o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) do BID. O tema da reunião foi "Serviços Bancários para a Maioria: Uma Oportunidade para os Bancos Latino-Americanos – o caso do Brasil".

O evento reuniu mais de quarenta líderes entre os banqueiros comerciais do Brasil e de outros países da América Latina para examinar a situação do microfinanciamento no país. O Subgerente Geral da CII abriu o seminário e outro alto funcionário da CII moderou um

Belize Co-Generation Energy Limited

A Belize Co-Generation Energy Limited vai gerar energia a partir de fibra de cana-de-açúcar (bagaço) produzida pela usina de açúcar da Belize Sugar Industries Limited. Para isso, vai usar um empréstimo da CII para financiar a construção e operação de uma usina de força por co-geração. Na co-geração, usa-se calor perdido em um processo industrial para gerar energia elétrica. Neste caso, o uso do bagaço de cana como combustível pri-

mário também reduzirá o desperdício, graças ao emprego de biomassa que normalmente seria refugada.

Este projeto reduzirá a dependência da Belize em relação à energia de importada e promoverá o uso de fontes de energia renovável em lugar de combustíveis fósseis. Além disso, diminuirá as emissões de gás de estufa, e talvez possa qualificar-se para créditos de carbono no âmbito do MDL.

painel que comparou o mercado brasileiro ao de outros países latino-americanos.

Entre os temas da agenda figuravam a medida em que estão sendo atendidas as necessidades de dez milhões de empresários brasileiros de baixa renda e eventuais alternativas quando são insuficientes os serviços financeiros disponíveis. Os participantes examinaram novas maneiras de proporcionar a esses empresários melhor acesso a esse tipo de serviço. Também se discutiram aperfeiçoamentos potenciais de políticas para melhorar esse acesso e ajudar os receptores a sair da pobreza.

Liderança no campo das unidades de operações especiais

As unidades de operações especiais administram ativos problemáticos e são responsáveis pela reestruturação de empréstimos e investimentos de capital problemáticos, bem como por executar garantias para cobrar tais empréstimos. Em outubro de 2006, a CII foi sede da reunião anual dos chefes das unidades de operações especiais de organizações e agências internacionais de empréstimo. Ao patrocinar esse evento, a CII confirmou seu compromisso de aperfeiçoar a reestruturação

A CII concluiu seu décimo curso de treinamento sobre o meio ambiente para o setor financeiro

de projetos problemáticos e as práticas de recuperação.

O objetivo da reunião foi planejar a agenda e passar em revista outras questões de operações especiais a serem discutidas no Seminário de Operações Especiais 2007 a realizar-se em Varsóvia, Polônia. Esses seminários são os únicos especializados em recuperação e gestão de ativos problemáticos orientados para organizações internacionais. Permitem aos encarregados de investimentos das unidades de operações especiais comparar o processo de gestão de projetos problemáticos e outras práticas dentro de diversas instituições, e compartilhar as lições aprendidas.



A CII: Fatos e dados

A CII é uma instituição financeira multilateral com quarenta e três países membros e que faz parte do Grupo do BID. Segundo seu Convênio Constitutivo, sua finalidade é promover o desenvolvimento econômico de seus países membros regionais em processo de desenvolvimento, mediante o estímulo ao estabelecimento, expansão e modernização de empresas privadas, prioritariamente pequenas e médias, de modo a complementar as atividades do BID.

Para cumprir o seu mandato, a CII oferece uma série de produtos e serviços financeiros, quer diretamente (empréstimos de longo prazo, garantias, investimento de capital e subscrição de títulos), quer indiretamente, por meio de linhas de crédito para instituições financeiras intermediárias locais, que disponibilizam financiamentos para investimentos corporativos, refinanciamento e capital de giro, bem como mecanismos de garantias e de arrendamento financeiro e operacional. A CII também oferece empréstimos estruturados, financiamento para fundos de private equity e empréstimos para programas de apoio a cadeias produtivas.

Todos os clientes diretos da CII são empresas privadas, preferivelmente PMEs. Usando recursos de engenharia financeira, a CII talha seus produtos financeiros para as necessidades de financiamento específicas de seus clientes. A CII trabalha diretamente com o setor privado usando várias ferramentas, inclusive as que se seguem:

- empréstimos de curto prazo, até dois anos (capital de giro ou trade finance);
- empréstimos de médio prazo, até cinco anos (capital de giro, empréstimos corporativos ou financiamento de projetos);
- empréstimos de longo prazo, no máximo quinze anos (empréstimos corporativos ou financiamento de projetos);
- empréstimos sindicalizados;
- investimentos em capital ou quase-capital; e
- garantias de crédito para empréstimos e instrumentos de dívida.

Indiretamente, a CII disponibiliza financiamentos para empresas privadas:

- adquirindo participações acionárias em fundos de private equity que invistam em capital e quase-capital;
- organizando empréstimos subordinados para instituições financeiras;
- fornecendo recursos a intermediários financeiros privados (linhas de crédito para bancos, leasing, faturização, microfinanciamento);
- concedendo linhas de crédito de agência com parceiros; e
- disponibilizando financiamentos por intermédio de cadeias produtivas e acordos de co-financiamento com agências de desenvolvimento.

Os gráficos adiante apresentam uma visão geral das operações da CII e mostram como seu impacto no desenvolvimento é alavancado muitas vezes pelo trabalho conjunto com instituições financeiras locais e outros intermediários.

INDICADORES FINANCEIROS BÁSICOS DA CII* (EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006)

Início das operações	1989
Países membros	43
Capital autorizado	US\$ 703,7 milhões
Capital integralizado	US\$ 568 milhões
Saldo de carteira de empréstimos e participações societárias	US\$ 687 milhões
Empréstimos e participações societárias, cumulativo	US\$ 2,6 bilhões
Quadro de pessoal autorizado	98

*Dados arredondados. Pormenores nas demonstrações financeiras.

802.099 repasses por meio de intermediários financeiros a partir de 2000

Relatório harmonizado*

Número de subempréstimos por intermédio de instituições financeiras e fundos de investimento 802.099**

* Em linha com a metodologia aplicada por outras instituições multilaterais que mantêm operações com o setor privado.

** Total cumulativo a partir de 2000

Composição dos ativos da CII

Ativos de desenvolvimento (empréstimos e investimentos em capital social)	69%
Outros ativos:	31%

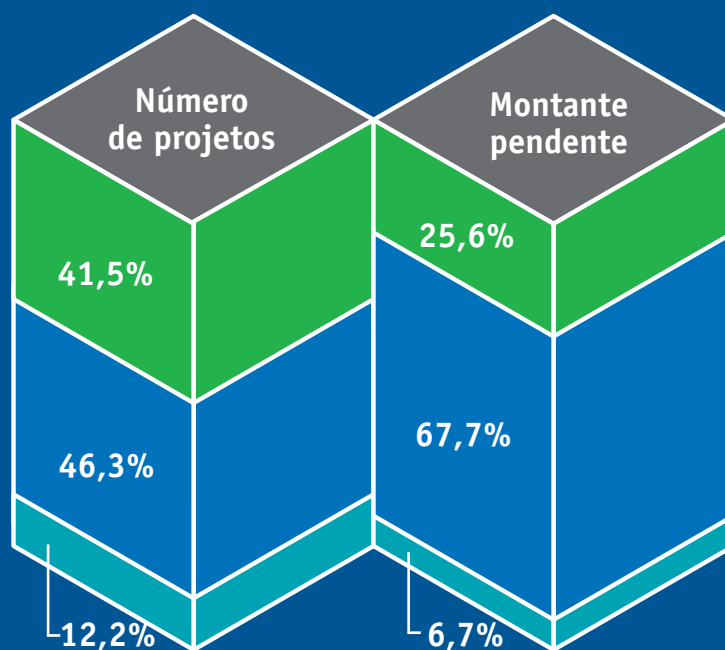
Composição dos projetos aprovados agregados

Projetos aprovados com valor até US\$ 3,0 milhões:	6%
Projetos aprovados com valor entre US\$ 3,0 milhões e US\$ 10,0 milhões:	40%
Projetos aprovados com valor superior a US\$ 10,0 milhões:	54%

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA ATIVA POR PRODUTO FINANCEIRO (EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006)

41,5% dos projetos ativos da carteira são projetos diretos

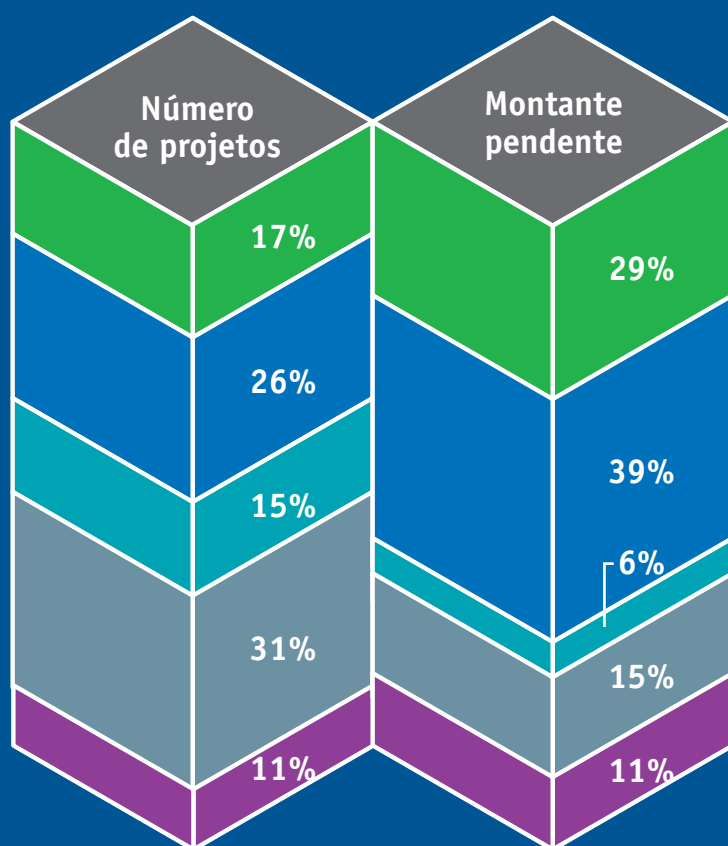
- Projetos diretos e linhas de agências
- Instituições financeiras
- Fundos de investimento



Distribuição setorial em 2006

Setor	Montante pendente	Número de projetos ativos
Agricultura e agroindústria	6,94%	11,56%
Alimentos, engarrafamento e bebidas	1,09%	1,36%
Aquacultura e pesca	3,19%	3,40%
Diversos	0,24%	1,36%
Educação	1,77%	3,40%
Fundos de investimento	6,65%	12,24%
Madeira, papel e celulose	1,64%	2,04%
Manufatura em geral	0,77%	2,72%
Pecuária e avicultura	1,25%	1,36%
Petróleo e mineração	0,48%	0,68%
Produtos químicos e plásticos	2,83%	2,72%
Saúde	0,02%	0,68%
Serviços financeiros	67,71%	46,26%
Serviços públicos e infra-estrutura	2,62%	4,76%
Têxteis, confecções e couro	0,48%	0,68%
Transporte e armazenamento	0,59%	1,36%
Turismo e hotelaria	0,79%	2,04%
Zonas de processamento industrial	0,94%	1,36%

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA ATIVA POR GRUPO DE PAÍSES SALDOS (EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006)



46% dos projetos estavam em países C e D

- Grupo A
- Grupo B
- Grupo C
- Grupo D
- Regional

Nota: Os países C e D são as menores economias da região.

24% dos financiamentos aprovados foram para países C e D.



0 ano em retrospecto

Resultados operacionais

Este ano, a Diretoria Executiva da CII aprovou 46 projetos e programas em treze países – inclusive uma operação regional – num total de US\$ 510,68 milhões (US\$ 337,68 milhões da própria CII mais US\$ 173 milhões fornecidos por outras fontes, mobilizadas pela CII). Essas operações aprovadas em 2006 beneficiarão empresas nos setores de manufatura, agronegócios, pesca, infra-estrutura, saúde e habitação.

As operações com intermediários financeiros totalizaram US\$ 237 milhões. Figuram entre elas empréstimos a vinte e uma instituições financeiras, que variam entre US\$ 1 milhão e US\$ 40 milhões e demonstram o empenho da CII para cobrir uma ampla varie-

dade de instituições que necessitam de financiamento para atender a sua clientela de pequenas e médias empresas (PMEs). Graças a estas operações, a CII poderá fornecer empréstimos de curto, médio e longo prazo em valores entre US\$ 5 mil e US\$ 3 milhões. Estes financiamentos serão concedidos mediante operações de arrendamento mercantil (leasing) e fatorização, garantias creditícias, créditos hipotecários e empréstimos de curto, médio e longo prazo. Tais esforços testemunham o compromisso da Corporação de cumprir o objetivo de Nuevo León de triplicar o valor do financiamento canalizado pelo Grupo do BID para microempresas e pequenas e médias empresas até 2007. Mais de 500.000 PMEs vão ser financiadas mediante estas operações.

Principais indicadores operacionais para 2006

Projetos aprovados com valor até US\$ 3,0 milhões	18
Projetos aprovados com valor entre US\$ 3,0 milhões e US\$ 10,0 milhões	20
Projetos aprovados com valor superior a US\$ 10,0 milhões	8
Valor médio dos financiamentos aprovados, corporativo	US\$ 4 milhões
Valor médio dos financiamentos a instituições financeiras intermediárias aprovados	US\$ 11 milhões
Valor médio dos financiamentos através de instituições financeiras intermediárias usando recursos da CII	US\$ 119.061
Provisões para empréstimos / Total empréstimos (dezembro de 2006)	6.45%
Número de empresas que solicitaram financiamento da CII	1.122
Número de projetos e programas aprovados	46
Número de projetos sob supervisão	147
Número de operações com instituições financeiras e fundos de investimento	21

Resultados financeiros

A receita da CII auferida de todas as fontes em 2006 elevou-se a US\$ 71,9 milhões. A receita das operações de empréstimo totalizou US\$ 41,7 milhões (US\$ 39,9 milhões em juros e US\$ 1,8 milhões em comissões e outras receitas de empréstimos). Os lucros de capital, dividendos e outras receitas da carteira de participações societárias totalizaram US\$ 15,8 milhões no ano. As despesas totalizaram US\$ 34,0 milhões, produzindo um lucro líquido de US\$ 39,4 milhões, em comparação com os US\$ 13,7 milhões em 2005. Este aumento foi atribuído aos fatores seguintes.

- Aumento significativo do número e volume de operações
- Comprometimento e desembolso de ativos de qualidade superior
- Aumento na receita de juros sobre empréstimos com taxas variáveis, devido à sustentação do nível da taxa LIBOR (London Interbank Offered Rate)
- Contínua recuperação dos investimentos problemáticos
- Aumento da eficiência
- Boas condições macroeconômicas na região

Adicionalidade e impacto sobre o desenvolvimento

A Corporação procurou atingir os objetivos do desenvolvimento e da adicionalidade, que estão no cerne de seu mandato de expandir oportunidades para o crescimento do setor privado. A CII envidou também esforços coordenados para estender o seu alcance mediante uma série de transações, que podem ser divididas em três grandes categorias:

- Operações com intermediários financeiros para atender necessidades financeiras de microempresas e de pequenas empresas, assegurando ao mesmo tempo a adoção das melhores práticas ambientais
- Programas de cadeias produtivas com empresas de médio ou grande porte que canalizam recursos para PMEs, ampliando

oportunidades para o crescimento econômico sustentável e o número de postos de trabalho

- Transações corporativas diretas em apoio à expansão produtiva das PMEs, estimulando simultaneamente a adoção da melhor governança para negócios de propriedade familiar e das melhores práticas de gestão ambiental

A fim de complementar estes esforços, a Corporação aprovou também operações diretas para financiar empresas com dificuldade de acesso a fontes adequadas de financiamento para suas operações. Assim, aprovaram-se vinte e cinco transações, num total de US\$ 100,7 milhões, para empresas dos setores dos agronegócios, educação, pesca, manufatura, saúde, transporte e energia.

Além dos benefícios que as operações aprovadas em 2006 vão gerar para o desenvolvimento, a Corporação busca metodicamente um grau de adicionalidade compatível com seu papel de instituição de desenvolvimento. Para satisfazer os requisitos mínimos de qualificação para financiamento da CII, a empresa deve apresentar, entre outros documentos, um sólido plano de negócios, demonstrações financeiras examinadas por auditores independentes e prova de que atende aos padrões da CII para a proteção ambiental e a segurança do trabalho.

Muitos clientes potenciais, em um momento inicial, não atendem a estes requisitos. Por esta razão, a CII dá apoio técnico para a concepção de projetos; aspectos financeiros, econômicos, técnicos e operacionais, além de jurídicos; proteção ambiental; e segurança do trabalho. A implementação de boas práticas nestas áreas requer investimento de tempo, trabalho e dinheiro por parte da CII e de seus clientes, mas ajuda as empresas a captar financiamento em condições adequadas para concorrer na economia global. Prestar este apoio requer um esforço maior da CII e de seus clientes.

Cresce a parceria

Assinado Memorando de Entendimento com o Banco de Exportação e Importação da Coréia

Em 2006, a CII assinou um memorando de entendimento com o Banco de Exportação e Importação da Coréia (Korea Eximbank). O acordo busca respaldar a cooperação entre as duas instituições para apoiar a atividade das empresas privadas na América Latina e Caribe.

O Korea Eximbank foi constituído em 1976 para reforçar a cooperação entre a República da Coréia e outros países, fornecendo financiamento para a exportação de bens de capital, investimento externo, exploração de recursos naturais no exterior e importação de recursos essenciais.

Eventos co-patrocinaados pela CII

Reunião anual da Federação de Bancos Latino-Americanos

A CII foi um dos patrocinadores da quadragésima reunião anual da Federação de Bancos Latino-Americanos (FELABAN), que teve lugar no Rio de Janeiro, Brasil, em novembro de 2006. São membros da FELABAN associações de bancos e outras organizações em dezenove países de toda a América Central e do Sul, ao todo mais de 725 bancos e outras instituições financeiras. Promove uma reunião anual de bancos latino-americanos que é a maior de seu tipo.

Mil e quinhentos banqueiros compareceram à reunião, bem como 345 delegados de grandes bancos europeus e americanos com negócios na América Latina. A CII aproveitou a oportunidade para reforçar as relações existentes e fazer novos contatos, bem como para exibir seus vídeos promocionais e distribuir informações sobre a própria Corporação. Em junho de 2006, a CII foi aceita como membro permanente da FELABAN.

Serviços bancários para a maioria: uma oportunidade para os bancos latino-americanos

A CII co-patrocinaou esta oficina de um dia. Eminentemente banqueiros comerciais do Brasil e de

A CII foi aceita como membro permanente da FELABAN

outros países latino-americanos reuniram-se em São Paulo para passar em revista a situação do microcrédito tal qual se apresenta hoje no país. Compareceram cerca de setenta e oito banqueiros da região.

Curso ambiental para intermediários financeiros

A CII realizou sua décima oficina sobre o aperfeiçoamento da gestão ambiental corporativa para representantes de instituições financeiras latino-americanas e caribenhas em Cartagena das Índias, Colômbia, de 17 a 19 de julho de 2006. O objetivo da oficina, intitulada Gestão Ambiental no Setor Financeiro, foi treinar instituições do setor no desenvolvimento de estratégias ambientais para seus programas de financiamento de pequenas e médias empresas, bem como aumentar a conscientização sobre as vantagens comparativas desses programas. Ver no box intitulado Cursos de treinamento ambiental para o setor financeiro, na primeira parte deste relatório, outros detalhes deste evento.

Assuntos institucionais

Reunião Anual

A vigésima primeira Reunião Anual da Assembléia de Governadores da CII teve lugar em Belo Horizonte, em 3 e 4 de abril de 2006, em conjunto com a quadragésima sétima Reunião Anual da Assembléia de Governadores do BID. Nessa reunião, os Governadores aprovaram as demonstrações financeiras da CII relativas ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2005, bem como seu relatório anual.

Diretoria Executiva

Entre os assuntos considerados pela Diretoria Executiva da Corporação em 2006 figuraram os seguintes:

- Orçamento e plano operacional para 2007
- Quarenta e seis propostas de financiamento

NÚMERO CUMULATIVO DE PROJETOS APROVADOS POR PAÍS*		APROVAÇÕES BRUTAS CUMULATIVAS POR SETOR*		PAÍSES DE ORIGEM E AQUISIÇÕES AGREGADAS, 1989 – 2006* (MILHARES DE US\$)	
PAÍS	% DO TOTAL	SETOR	% DO TOTAL	PAÍS	MONTANTE
Argentina	7,18%	Agricultura e agroindústria	7,50%	Alemanha	\$78.933
Bahamas	0,23%	Alimentos, engarrafamento e bebidas	1,74%	Argentina	\$290.764
Barbados	0,27%	Aquacultura e pesca	2,93%	Áustria	\$358
Belize	0,27%	Educação	1,19%	Bahamas	\$2.612
Bolívia	2,46%	Fundos de investimento	8,42%	Barbados	\$11.250
Brasil	12,66%	Linhas de agência	10,01%	Bélgica	\$272
Chile	5,85%	Madeira, papel e celulose	1,39%	Belize	\$8.227
Colômbia	8,85%	Manufatura em geral	2,84%	Bolívia	\$12.142
Costa Rica	2,66%	Mercados de capital	0,99%	Brasil	\$186.711
El Salvador	1,60%	Pecuária e avicultura	0,88%	Chile	\$135.458
Equador	3,80%	Petróleo e mineração	1,79%	Colômbia	\$32.755
Guatemala	2,38%	Produtos químicos e plásticos	2,84%	Coréia, República de	\$100
Guiana	0,14%	Programa de pequenos empréstimos	0,77%	Costa Rica	\$72.169
Haiti	0,04%	Saúde	0,97%	Dinamarca	\$8.038
Honduras	2,62%	Serviços financeiros	41,75%	El Salvador	\$15.921
Jamaica	1,58%	Serviços não financeiros	0,74%	Equador	\$21.893
México	10,92%	Serviços públicos e infra-estrutura	3,59%	Espanha	\$21.857
Nicarágua	1,98%	Tecnologia, comunicações e nova economia	1,07%	Estados Unidos	\$409.452
Panamá	1,23%	Têxteis, confecções e couro	1,20%	Finlândia	\$2.240
Paraguai	1,39%	Transporte e armazenamento	1,85%	França	\$15.803
Peru	8,51%	Turismo e hotelaria	2,55%	Guatemala	\$49.657
República Dominicana	2,34%	Zonas de processamento industrial	1,44%	Guiana	\$600
Trinidad e Tobago	0,79%	Diversos	1,56%	Honduras	\$57.498
Uruguai	3,29%			Israel	\$13.530
Venezuela	2,46%			Itália	\$47.294
Regional exclusivamente A/B	2,75%			Jamaica	\$4.940
Regional A/B/C e D	6,13%			Japão	\$22.170
Regional exclusivamente C/D	5,63%			México	\$99.254
				Nicarágua	\$23.593
				Noruega	\$7.551
				Países Baixos	\$55.327
				Panamá	\$13.913
				Paraguai	\$6.700
				Peru	\$72.813
				República Dominicana	\$30.043
				Suécia	\$5.889
				Suíça	\$11.897
				Trinidad e Tobago	\$1.000
				Uruguai	\$69.698
				Venezuela	\$37.281
				Regional	\$18.530
				TOTAL	\$1.974.039

*Em 31 de dezembro de 2006.

Aprovações brutas, desembolsos e saldos (em milhares de US\$)*

País	Aprovações brutas			Desembolsos**			Saldos		
	Empréstimo/ outros	Participação	Total***	Empréstimo/ outros	Participação	Total	Empréstimo/ outros	Participação	Total
Argentina	\$174.740	\$10.972	\$185.712	\$125.616	\$9.410	\$135.026	\$13.408	\$612	\$14.019
Bahamas	\$6.000	—	\$6.000	\$1.000	—	\$1.000	—	—	—
Barbados	\$3.000	\$4.000	\$7.000	—	—	—	—	—	—
Belize	\$7.000	—	\$7.000	\$1.000	—	\$1.000	—	—	—
Bolívia	\$61.750	\$1.925	\$63.675	\$53.322	\$1.325	\$54.647	\$4.326	—	\$4.326
Brasil	\$308.700	\$18.500	\$327.200	\$217.878	\$13.030	\$230.908	\$110.240	—	\$110.240
Chile	\$120.848	\$30.326	\$151.174	\$103.148	\$24.085	\$127.233	\$63.053	\$14.968	\$78.021
Colômbia	\$215.865	\$12.883	\$228.748	\$159.525	\$9.505	\$169.030	\$120.847	\$429	\$121.275
Costa Rica	\$67.250	\$1.500	\$68.750	\$55.550	\$500	\$56.050	\$16.099	—	\$16.099
República Dominicana	\$60.550	—	\$60.550	\$31.920	—	\$31.920	\$5.000	—	\$5.000
Equador	\$95.775	\$2.500	\$98.275	\$63.790	\$1.802	\$65.592	\$37.025	—	\$37.025
El Salvador	\$36.880	\$4.500	\$41.380	\$35.979	\$2.000	\$37.979	\$24.000	—	\$24.000
Guatemala	\$61.050	\$500	\$61.550	\$18.880	—	\$18.880	—	—	—
Guiana	\$3.300	\$200	\$3.500	\$800	\$200	\$1.000	—	\$140	\$140
Haiti	\$1.000	—	\$1.000	—	—	—	—	—	—
Honduras	\$66.640	\$1.000	\$67.640	\$33.460	—	\$33.460	\$10.340	—	\$10.340
Jamaica	\$39.300	\$1.518	\$40.818	\$9.029	—	\$9.029	\$1.977	—	\$1.977
México	\$233.988	\$48.250	\$282.238	\$105.174	\$26.474	\$131.648	\$59.836	\$8.790	\$68.625
Nicarágua	\$49.835	\$1.400	\$51.235	\$39.058	\$900	\$39.958	\$14.269	—	\$14.269
Panamá	\$31.878	—	\$31.878	\$31.878	—	\$31.878	\$3.189	—	\$3.189
Paraguai	\$36.015	—	\$36.015	\$31.139	—	\$31.139	\$10.500	—	\$10.500
Peru	\$209.250	\$10.834	\$220.084	\$129.890	\$4.484	\$134.374	\$68.341	—	\$68.341
Trinidad e Tobago	\$17.500	\$2.800	\$20.300	\$9.607	\$598	\$10.205	—	\$598	\$598
Uruguai	\$78.867	\$6.200	\$85.067	\$50.037	\$4.548	\$54.585	\$14.755	\$265	\$15.020
Venezuela	\$58.750	\$4.740	\$63.490	\$29.883	\$1.500	\$31.383	\$5.988	—	\$5.988
Regional exclusivamente A/B	—	\$71.000	\$71.000	—	\$55.543	\$55.543	—	\$19.936	\$19.936
Regional A/B/C e D	\$111.000	\$47.500	\$158.500	\$26.364	\$26.889	\$53.253	\$16.364	\$13.307	\$29.670
Regional exclusivamente C/D	\$111.175	\$34.500	\$145.675	\$33.134	\$18.942	\$52.077	\$19.835	\$8.379	\$28.214
Total	\$2.267.905	\$317.548	\$2.585.453	\$1.397.060	\$201.736	\$1.598.796	\$619.390	\$67.423	\$686.813

* Em 31 de dezembro de 2006.

** Os dados sobre desembolsos para 2006 incluem securitizações.

*** O total de aprovações brutas reflete uma mudança de US\$ 8 milhões frente às aprovações em 2005.

Operações aprovadas em 2006

País	Setor	Nome da empresa	Montante bruto aprovado	Custo total do projecto
Argentina	Serviços financeiros	Garantizar S. G. R.	\$3.000	\$3.000
	Alimentos, engarrafamento e bebidas	Molino Cañuelas S. A. C. I. F. I. A. e Molinos Florencia, S. A.	\$8.000	\$35.000
	Serviços públicos e infra-estrutura	Terminales Río de la Plata, S. A.	\$10.000	\$10.000
Belize	Serviços públicos e infra-estrutura	Belize Co-Generation Energy Limited	\$6.000	\$46.537
Brasil	Serviços financeiros	Banco ABN AMRO Real, S. A.	\$15.000	\$60.000
		Banco Itaú, S. A.	\$10.000	\$50.000
		Banco Industrial e Comercial, S. A.	\$5.000	\$23.500
		Banco Rabobank International Brasil, S. A.	\$7.500	\$50.000
Chile	Agricultura e agroindústria	Compañía Agropecuaria Copeval, S. A.	\$5.000	\$10.000
	Serviços financeiros	Banco BICE, S. A.	\$30.000	\$30.000
		Eurocapital, S. A.	\$3.000	\$3.000
	Madeira, papel e celulose	Infodema, S. A.	\$5.500	\$11.000
Colômbia	Produtos químicos e plásticos	Biofilm, S. A.	\$5.000	\$5.000
	Serviços financeiros	Bancolombia, S. A.	\$5.000	\$5.000
		Banco GNB Sudameris, S. A.	\$12.500	\$50.000
	Têxteis, confecções e couro	Confecciones Leonisa, S. A.	\$5.000	\$5.000
Costa Rica	Serviços financeiros	Financiera Cafsa S. A. e Arrendadora Cafsa, S. A.	\$1.000	\$1.000
	Manufatura em geral	Corrugadora de Costa Rica, S. A.	\$1.000	\$1.000
		Estrella de Precisión Tecnológica, S. A.	\$800	\$1.700
Equador	Agricultura e agroindústria	Agrícola Ganadera Reysahiwal AGR, S. A.	\$4.500	\$8.000
	Alimentos, engarrafamento e bebidas	Plásticos del Litoral Plastlit, S. A.	\$3.500	\$12.000
		Banco de Guayaquil, S. A.	\$3.000	\$11.000
	Serviços financeiros	Envases del Litoral, S. A. (ENLIT)	\$6.000	\$6.000
El Salvador	Serviços financeiros	Arrinsa Leasing, S. A. de C. V.	\$10.000	\$10.000
		Banco Uno, S. A.	\$10.000	\$10.000
México	Educação	Universidad Autónoma de Guadalajara, A. C.	\$6.000	\$22.000
	Serviços financeiros	Monex Financiera, S. A. de C. V. SOFOL	\$2.000	\$2.000
		Financiera Compartamos, S. A. de C. V. SOFOL*	\$20.000	\$20.000
	Saúde	The American British Cowdray Medical Center, I. A. P.	\$10.000	\$28.000
Nicarágua	Agricultura e agroindústria	Desarrollo Agrícola, S. A.	\$100	\$125
		Cafetalera Castellón, S. A.	\$100	\$125
	Saúde	Medicina de Atención Integral, S. A.	\$120	\$165
		Genéricos Centroamericanos, S. A.	\$240	\$240
	Madeira, papel e celulose	Procesadora de Madera, S. A.	\$125	\$125
Paraguai	Agricultura e agroindústria	Wilhelm, S. A.	\$200	\$200
		Bricapar, S. A.	\$215	\$350
	Serviços financeiros	Financiera El Comercio S. A. E. C. A.	\$1.000	\$1.000
		Banco Regional, S. A.	\$1.000	\$1.000
Transporte e armazenamento	Bowfluvial, S. A. de Navegación	\$3.000	\$11.300	
Peru	Aquacultura e pesca	Pesquera Diamante, S. A.	\$8.000	\$17.700
	Serviços financeiros	Banco Interamericano de Finanzas	\$5.000	\$5.000
		Banco Continental, S. A.	\$40.000	\$40.000
	Banco de Crédito del Perú	\$30.000	\$30.000	
Uruguai	Educação	Instituto Cultural Anglo Uruguayo	\$280	\$1.500
Regional A/B/C e D	Linhas de agência	Società Italiana per le Imprese all'Estero Simest S.p.A.	\$15.000	\$30.000
	Serviços financeiros	Suleasing Internacional, S. A.	\$20.000	\$20.000
		Total: 46 projetos	\$337.680	\$688.567

* Em 2006 a financeira assumiu o nome de Banco Compartamos, S. A., Institución de Banca Múltiple.

- Necessidades de financiamento da CII para 2006-2007
- Programa da Linha Rotativa para Pequenos Negócios
- Progressos do programa de instituições financeiras no sentido de alcançar as metas da Declaração de Nuevo León
- Estratégia de recursos humanos e diretrizes gerais para definir um programa de desenvolvimento profissional
- Consolidação de políticas da CII na nova política operacional
- Diretrizes estratégicas de comercialização
- Aprovação pelos Governadores da alocação de 110 ações a Costa Rica

Em outra parte deste relatório anual são discutidos fatos decisivos relacionados com assuntos apresentados à Diretoria.

Descentralização

Buscando prestar serviços mais efetivos aos clientes, a CII continuou a aumentar tanto o número de empregados na região quanto o número de países onde estão alocados. Em 2006, a presença regional da CII aumentou para oito países, contra apenas três em 2002.

A descentralização de criação dos negócios e supervisão da carteira estão aumentando as oportunidades de novos negócios e respaldando uma interação mais freqüente e oportuna com os clientes atuais. Assim, este processo continuará a ser um dos principais focos da estratégia da CII nos anos vindouros.

O trabalho interno no Grupo do BID

As ações combinadas entre as instituições que compõem o Grupo do BID constituem um poderoso agente de desenvolvimento na América Latina e no Caribe. A CII trabalha com o BID para desenvolver os segmentos do setor privado das estratégias e da programação do BID para os países. Com este fim, a Comissão de Crédito da CII atua, de fato, como “comitê de investimento” para as operações do Fundo Multilateral de Investimentos, com relação aos processos de investimento de capital e de análise de empréstimos deste último.

Departamento do setor privado

A CII vem participando ativamente do processo da estratégia de desenvolvimento do setor privado para todo o Grupo do BID. Esse processo, baseado nos países, proporciona um quadro comum para assegurar coordenação em nível nacional entre a CII, o FUMIN e o Departamento do Setor Privado (PRI) do BID. A CII e o PRI financiam projetos de infra-estrutura, sendo que o PRI se concentra em transações acima de US\$ 35 milhões. O mandato do PRI foi ampliado recentemente e as equipes da Administração da CII e do PRI estão discutindo os modos mais eficientes de evitar duplicação e servir às pequenas e médias empresas da região. A CII participa dos grupos de trabalho e das missões organizadas para implementar a estratégia de desenvolvimento, como as enviadas a vários países centro-americanos e caribenhos em 2006.

Fundo Multilateral de Investimentos

Em 2004, a CII e o BID, este na qualidade de administrador do FUMIN, assinaram um memorando de entendimento para prosseguir sua colaboração e buscar novos mecanismos para prestar assistência técnica e financiamento a empresas pequenas e médias. Decidiram ambos trabalhar juntos na busca de instituições financeiras privadas dispostas a empenhar recursos humanos e financeiros no desenvolvimento de programas específicos de financiamento de pequeno e médio porte e que pudessem se beneficiar com uma combinação de assistência técnica do FUMIN e financiamento da CII para reforçar sua capacidade de trabalhar com o setor das empresas de pequeno e médio porte.

O Mecanismo CII/FUMIN de Financiamento à Pequena e Média Empresa resultante desse entendimento visa ajudar instituições financeiras a lidarem com as questões do financiamento, custos de transações e gestão de risco que limitam sua capacidade de emprestar a tais empresas. Em 2006, a CII trabalhou em estreito contato com o FUMIN, liderando projetos como o do Banco Uno, em que a CII financiou microempresários com mecanismos como cartões de crédito, enquanto

o FUMIN fornecia financiamento subordinado e recursos de assistência técnica. São dignos de nota (a) os seminários que tiveram lugar em San José, Costa Rica, e em São Paulo, Brasil, concebidos para aumentar a visibilidade do FUMIN e da CII como instituições dedicadas ao microfinanciamento e (b) a segunda sondagem do setor bancário, projetada e executada conjuntamente pelas duas instituições, a fim de identificar desafios que o microfinanciamento, as remessas e o financiamento às PME em geral representam para os sistemas bancários latino-americanos, e também para identificar as abordagens adotadas por esses sistemas a fim de enfrentar tais desafios. Os resultados da sondagem foram expostos no portal da CII e se encontram à disposição da comunidade bancária e dos investidores interessados.

O mecanismo foi concebido para complementar os esforços do BID para reforçar o ambiente de transações garantidas e eliminar outros obstáculos estruturais por meio de sua Iniciativa sobre o Clima de Investimento. É coerente com a estratégia do setor privado aprovada pelo Grupo do BID, que pede melhor coordenação entre os vários órgãos do setor privado do Grupo do BID e o desenvolvimento de parcerias estratégicas para alavancar recursos suplementares.

A coordenação da CII com o FUMIN, forjada em anos de trabalho conjunto, é hoje efetiva e fluente. Numa ramificação do programa CII/FUMIN com instituições financeiras, CII e FUMIN desenvolveram uma estratégia comum para trabalhar com instituições de microfinanciamento e estão trabalhando juntas também em iniciativas que respaldam os esforços do Grupo do BID para cumprir a meta do mandato de empréstimo da Declaração de Nuevo León.

Outros programas e iniciativas de desenvolvimento

AIG-GE Capital Latin American Infrastructure Fund

A CII empresta seus conhecimentos regionais como assessora da Parceria de Mercados Emergentes, especificamente para os investimentos do fundo da Parceria em empresas

de infra-estrutura da América Latina, sobretudo nos setores da eletricidade, transporte e telecomunicações. A Parceria de Mercados Emergentes é o principal assessor do AIG-GE Capital Latin American Infrastructure Fund. Neste ano, a CII prestou serviços de assessoria e monitoramento à carteira de projetos do Fundo.

Programa de cadeias produtivas

Por solicitação da Diretoria Executiva, a Corporação iniciou em 2003 um programa para financiar PME que integrassem uma cadeia produtiva (ver box intitulado “Programa de Cadeias Produtivas da CII”). O programa de cadeias produtivas busca empregar financiamento da CII para ajudar a reforçar as relações entre grandes empresas e seus fornecedores. Esses programas conferem aos fornecedores diversas vantagens, dependendo da estrutura e finalidade específica de cada programa. Por exemplo, permitem a estas empresas receber pagamentos antes do vencimento da respectiva fatura – assim reduzindo suas despesas financeiras e de cobrança – e lhes proporcionam um veículo para transferir know-how e tecnologia. Tais programas também dão acesso a capital de médio prazo para comprar ativos fixos. Às empresas maiores, o programa permite desenvolver suas cadeias produtivas e obter melhores preços dos fornecedores.

O programa de cadeias produtivas proporciona à CII oportunidades para alavancar seu próprio financiamento e atingir maior número de empresas de pequeno e médio porte, apoiando ao mesmo tempo o desenvolvimento de cadeias produtivas.

Fundos fiduciários e assistência técnica

As atividades de fundos fiduciários e assistência técnica da CII foram organizadas com o objetivo de prestar e administrar apoio às atividades de assistência técnica executadas pela própria CII e financiadas primordialmente por meio de fundos fiduciários criados por acordo entre a CII e os países que para eles contribuem. A Divisão de Finanças e Gestão de Riscos administra os fundos fiduciários, coordena as relações entre doadores de fundos fiduciários e trabalha com todos os departamentos e unida-

Programa de Cadeias Produtivas da CII

As empresas de pequeno e médio porte geram empregos, contribuem para o crescimento econômico, para a inovação e para a disseminação de tecnologia, estimulam o espírito empresarial e desempenham papel-chave na atividade econômica nacional. Esse papel ganha mais força quando as PMEs adotam mecanismos de parceria, passam a integrar um agrupamento ou montam cadeias de valor com empresas, corporações ou grupos econômicos maiores que operam na economia, pois esses mecanismos podem ajudá-las a tornar-se mais competitivas. Tais mecanismos também conferem às PMEs maior flexibilidade para ajustar fatores de produção e adaptar-se a novas condições de mercado, ou às mudanças nas exigências dos clientes, sejam consumidores ou corporações.

Contudo, o acesso insuficiente a fontes estáveis de financiamento ainda limita de modo considerável o desenvolvimento das pequenas e médias empresas que tentam entrar em cadeias produtivas ou redes semelhantes, ou nelas reforçar a sua participação. A mera disponibilidade de contratos de fornecimento não basta para obter financiamento adequado, que assegure sua competitividade, viabilidade ou capacidade de resposta.

O Programa de Cadeias Produtivas da Corporação apóia pequenas e médias empresas da região financiando as que integram cadeias ou grupos produtivos que abasteçam grandes empresas em operação na região. A CII busca promover operações com empresas de pequeno e médio porte que integrem cadeias produtivas ou programas para criar grupos de fornecedores a fim de proporcionar-lhes financiamento

e respaldar sua expansão nos países da região. A meta é favorecer a integração do processo produtivo, a criação de organizações e redes negociais, o estabelecimento de consórcios de exportação e outras formas de unir esforços e trabalhar coletivamente. Essa iniciativa também proporciona um perfil da demanda de financiamento entre PMEs da região.

O financiamento de um membro de uma cadeia estende os benefícios dos recursos da CII não só a seus receptores diretos mas também, indiretamente, à empresa central ou à grande corporação, que ganham com o aumento da capacidade de produção e com a elevação na qualidade do produto do fornecedor que recebe a assistência direta. Outras empresas, que têm relações com a beneficiária direta ou são suas fornecedoras, também se beneficiam, pois um financiamento adequado a seus projetos de investimento amplia o potencial de operação da beneficiária e estende as melhorias a outros membros da cadeia e ao ambiente produtivo em geral.

São três os tipos específicos de operação que a Corporação promove por meio de seu Programa de Cadeias Produtivas:

- operações com instituições financeiras que desenvolvem programas semelhantes de financiamento de fornecedores;
- operações com empresas grandes e médias que compram bens e serviços das PMEs; e
- operações com empresas que entram em parcerias para reforçar sua capacidade de produção e comercialização.

des dentro da CII para planejar, implementar e monitorar atividades de assistência técnica.

O que torna possível executar muitos dos projetos de assistência técnica da CII é o generoso apoio proporcionado por intermédio de fundos fiduciários criados por países membros da própria CII. Evidentemente, a assistência técnica beneficia os pequenos e médios clientes, foco principal das atividades da CII na região. A assistência técnica recebida por esses clientes permite aperfeiçoar habilidades gerenciais, corrigir deficiências ambientais, efetuar estudos setoriais e de mercado necessários, e vencer outros desafios técnicos. Por seu lado, a CII beneficia-se com o próprio envolvimento em projetos de assistência técnica, que lhe permite provocar um efeito-demonstração em outras PMEs que estão considerando profissionalizar suas operações; tal envolvimento também capacita a CII a financiar PMEs que, sem esse apoio, não teriam condições de investir os recursos necessários para levar a cabo as mudanças identificadas ou relutariam em fazer tal investimento. Por fim, os países que contribuem para os fundos fiduciários beneficiam-se com a visibilidade alcançada mediante esses programas, com as compras e oportunidades de consultoria que decorrem do desenvolvimento dos projetos, e com a experiência ganha com sua participação.

Desde o início de 2005, dedicaram-se à assistência técnica recursos num total superior a US\$ 1 milhão. Ademais, o Fundo Fiduciário Coreano aprovou recentemente mais de US\$ 500.000 para o projeto FINPYME.

A assistência técnica prestada pela CII concentra-se nos próprios clientes PMEs e nas seguintes áreas essenciais:

- Serviços de consultoria para pré-investimento projetados para avaliar a viabilidade do projeto e preparar a empresa para o financiamento de médio ou longo prazo oferecido pela CII e por outras instituições financiadoras. Tais serviços incluem estudos setoriais e de mercado, bem como a avaliação de projetos específicos em consideração para fins de financiamento.

- Assistência técnica a PMEs que sejam clientes potenciais da CII mas dependam de assistência para melhorar aspectos como conformidade com padrões de proteção ambiental, sistemas de informações, assistência jurídica ou consultoria gerencial. Essa assistência técnica também está disponível para clientes atuais que necessitam aperfeiçoar certos aspectos de suas operações.

Atualmente, a CII está trabalhando com os seguintes doadores de fundos fiduciários a fim de executar projetos de assistência técnica na América Latina e no Caribe:

Áustria. Estabelecido em setembro de 1999 entre a CII e o Finanzierungsgarantie-Gesellschaft m.b.H. do Governo da Áustria, esse fundo concentra-se no financiamento de assistência técnica em toda a região latino-americana e caribenha. Um exemplo de uso do fundo fiduciário digno de nota foi o financiamento de serviços de consultoria relacionados com os créditos de carbono a serem produzidos pela Sinersa, uma hidrelétrica de 15,4 megawatts no Peru. O Fundo Austríaco também está financiando um programa de gestão de vertentes para o rio Abanico, no Equador.

Dinamarca. Este Fundo Fiduciário para Serviços de Consultoria foi criado em 2003 entre o Governo da Dinamarca e a CII. Tem financiado ativamente serviços de consultoria relacionados com o apoio técnico e operacional da CII a PMEs na América Latina e no Caribe. O fundo focaliza em especial projetos originados na Nicarágua e na Bolívia, onde se usaram recursos a fim de empreender uma operação de avaliação ambiental para uma fábrica têxtil. Entre outros projetos, figuram uma análise da viabilidade técnica de um projeto relacionado com serviços de construção e reparos navais na República Dominicana e um projeto para avaliar a viabilidade técnica e financeira de uma usina elétrica na Guatemala. Atualmente, estão sendo usados recursos do fundo para avaliar a viabilidade de quatro projetos municipais de aterro sanitário no Equador que acarretariam a recuperação e combustão de biogás.

Estados Unidos. O Fundo Fiduciário Evergreen USTDA-CII foi criado em 1995 para financiar assistência técnica a projetos que proporcionem oportunidades a empresas dos EUA. Como exemplo dessa assistência, a USTDA financiou um projeto em que muitos clientes da CII se beneficiaram com uma completa análise de sua conformidade com as normas ambientais. Com base nessa análise, formularam-se recomendações específicas sobre formas de aperfeiçoar as operações das empresas.

Itália. O primeiro fundo fiduciário da CII foi criado em 1992 com a Diretoria Geral de Cooperação para o Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores do Governo da República da Itália. Entre as atividades do fundo podem figurar a elaboração de estudos de pré-viabilidade e viabilidade; montagem de programas-piloto; prestação de assistência técnica relacionada com o aperfeiçoamento de projetos existentes; e o favorecimento de transferência de tecnologia. Entre os projetos atuais contam-se o Programa de Desenvolvimento Italiano e um projeto no Paraguai para avaliar a terra, as obras civis e melhorias de uma empresa de agronegócios, a Tecnomyl. Separadamente, o Governo da Itália está financiando um mecanismo de 75 milhões de euros para atender à necessidade de empréstimos de longo prazo de PMEs argentinas, criando o Fundo Fiduciário Italiano Especial para o Desenvolvimento Sustentável de Pequenas e Médias Empresas na Argentina.

República da Coreia. Em 2005, a CII e o Governo da República da Coreia criaram o Fundo Fiduciário Coreia-CII para o Desenvolvimento das PMEs, a fim de financiar assistência técnica não reembolsável e outras atividades em apoio da missão e das operações da CII em seus países membros regionais em desenvolvimento, preferencialmente em economias menores e menos desenvolvidas. Com apoio deste fundo, a CII lançou recentemente seu programa FINPYME e outras atividades. Além disso, assinaram-se MEs separados entre a CII e o Export-Import Bank da Coreia, a Corporação das Pequenas Empresas da Coreia e a Associação de Comércio Exterior da Coreia,

com o fim de dar apoio ao desenvolvimento do comércio entre empresas e instituições coreanas e latino-americanas e caribenhas. (Ver o box intitulado “Fundo Fiduciário Coreia-CII para o Desenvolvimento das PMEs: Programas estratégicos”, onde se descrevem os seis programas do Fundo Fiduciário Coreano.)

Suíça. Em 1994, foi assinado entre o BID e o Governo da Confederação Suíça um acordo sobre o Fundo Fiduciário de Cooperação Técnica para Serviços de Consultoria e Atividades de Treinamento. Esse fundo é administrado pelo BID, e em junho de 2004 o acordo foi emendado de modo a incluir projetos apresentados para financiamento pela CII. O foco do Fundo Suíço volta-se para a prestação de assistência técnica na Bolívia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Peru.

Financiamento de projetos de infra-estrutura

Em resposta à crescente demanda de financiamento de longo prazo para projetos de infra-estrutura, a CII participou em 2001 da criação da Corporação Interamericana para o Financiamento da Infra-Estrutura (CIFI). Juntamente com a Caja Madrid, a CII é acionista fundadora da CIFI. Por meio dessa inovadora instituição de empreendimento conjunto, a CII alavancou seus próprios recursos e ajudou a forjar uma singular parceria de investimento entre instituições de financiamento do desenvolvimento e instituições comerciais privadas da Europa e da América Latina.

Governança

Estrutura da CII

Assembléia de Governadores

Todos os poderes da Corporação são investidos na sua Assembléia de Governadores, composta por um representante e um suplente de cada país membro. Entre os poderes da Assembléia de Governadores que não podem ser delegados à Diretoria Executiva figuram a admissão de novos países membros, a contratação de auditores externos, a aprovação das demonstrações financeiras auditadas da Corporação e a emenda do Convênio Constitutivo da CII.

Fundo Fiduciário para o Desenvolvimento das PMEs Coréia-CII: Programas estratégicos

Programa FINPYME: Uma metodologia para analisar PMEs e avaliar suas qualificações para receber financiamentos de longo prazo. O FINPYME é um sistema para coletar e analisar informações a fim de efetuar uma análise diagnóstica completa da situação de uma empresa. Os principais objetivos do programa são: criar bases de dados de PMEs; efetuar análises diagnósticas de empresas; efetuar uma análise dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças (strengths, weaknesses, opportunities, threats, sigla inglesa SWOT) dessas empresas; e determinar o potencial das empresas identificadas para receber financiamento da CII ou de bancos locais.

O Programa FINPYME dará às empresas participantes um agente local aprovado pela CII e treinamento para aplicar a metodologia. Os agentes FINPYME serão de preferência universidades ou centros educacionais que tenham escolas de administração de empresas ou confirmem diplomas de administração. Estes agentes efetuarão uma análise diagnóstica estratégica objetiva e traçarão planos de ação para tornar a empresa em causa mais competitiva.

Além disso, essas análises diagnósticas permitirão a coleta de informações a respeito do ambiente empresarial em que operam as PMEs. Servirão também como base para fortalecer iniciativas nacionais sobre regulamentos dos setores financeiro e econômico e sobre políticas que afetem investimentos do setor privado. Apoiarão ainda os esforços dos países da região para consolidar o setor das PMEs.

A metodologia do FINPYME proporcionará também ações de curto, médio e longo prazo com natureza estratégica e operacional nas diversas áreas funcionais da PME em pauta. Tais ações serão traçadas em Planos de Melhoria da Competitividade. O objetivo desses planos será melhorar a posição da empresa no tocante à concorrência

e a seu acesso a financiamento bancário. Com o apoio dos agentes FINPYME locais, as empresas analisadas serão também apresentadas a novas ferramentas e métodos de gerenciamento, e treinadas no seu uso.

Na primeira etapa, as análises diagnósticas e avaliações do Programa FINPYME visarão cerca de 300 PMEs em seis países centro-americanos (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá), além da República Dominicana. Em cada país serão realizados eventos de lançamento no início de 2007, com representantes convidados do setor público, de associações empresariais, bancos locais e PMEs selecionadas nas bases de dados concluídas.

Imediatamente após o lançamento, os agentes FINPYME realizarão gratuitamente análises diagnósticas das PMEs selecionadas e lhes apresentarão relatórios finais com recomendações sobre a forma de melhorar sua competitividade. A CII passará então a trabalhar com bancos locais a fim de fornecer financiamento de médio ou longo prazo para algumas das PMEs. Em etapas subsequentes, a CII expandirá o âmbito do programa de modo a incluir outros países membros da Corporação.

Programa de energia renovável e eficiência energética: Concebido para prestar assistência técnica a PMEs a fim de complementar financiamento da CII para projetos de energia sustentável, assim ajudando a eliminar barreiras a essas tecnologias. Nos termos desse programa, será prestada assistência técnica a projetos qualificados para entrar no mercado de créditos de carbono.

Transferência de tecnologia e know-how para o desenvolvimento do setor privado: Busca tratar de um problema crucial encontrado em muitos países menores da região da América Latina e Caribe: a falta de

acesso a novas idéias e tecnologias que poderiam ajudá-los a desenvolver áreas estratégicas de suas economias. Não raro, setores e mercados inteiros da região ficam isolados das novas idéias e tecnologias originárias de países desenvolvidos. Por meio deste programa, consultores de economias desenvolvidas analisarão aquilo Na República da Coréia, as PMEs enfrentaram e conseguiram superar barreiras semelhantes uma geração atrás, de modo que as lições aprendidas e as melhores práticas resultantes da experiência adquirida seriam aplicadas nos países latino-americanos e caribenhos selecionados. Essa atividade deve ser levada a cabo em estreita consulta e cooperação com o BID e o FUMIN, que estão participando de atividades semelhantes.

Promoção das melhores práticas para a boa governança de PMEs familiares: Embora já se tenha falado muito sobre a necessidade de melhorar a governança de grandes empresas no mundo em desenvolvimento, tem-se dado pouca atenção aos desafios específicos enfrentados pelas PMEs familiares. O objetivo essencial deste programa é trabalhar com PMEs na América Latina e no Caribe a fim de aprofundar sua consciência em relação às questões-chave em torno das boas práticas para a governança correta de PMEs familiares. As atividades do programa são oficinas de treinamento para PMEs, assistência técnica, divulgação das lições aprendidas com o programa e criação de uma página na Internet para PMEs familiares da região, unindo lições aprendidas, melhores práticas e estudos de caso.

Desenvolvimento e implementação de novos mecanismos de financiamento: A CII pode desempenhar um papel crítico e catalítico no desenvolvimento de novos instrumentos financeiros para PMEs em mercados locais, que atendam a suas necessidades específicas de financiamento, fortalecendo ao mesmo

tempo os mercados de capital locais. Entre tais instrumentos poderiam figurar emissões de obrigações semelhantes às realizadas na Colômbia em 2005, swaps e garantias.

Serviços gerais de consultoria: Entre outras atividades especificamente identificadas no acordo firmado para a criação do Fundo Fiduciário Coréia-CII para o Desenvolvimento das PMEs figuram a assistência técnica pré-investimento (inclusive estudos de mercado e de viabilidade) e a assistência técnica para a devida diligência (que se concentra na melhoria de aspectos como o cumprimento de normas ambientais, aperfeiçoamento da contabilidade, assistência jurídica e consultoria gerencial), prestada a fim de qualificá-las para financiamento da CII, e assistência técnica pós-investimento, concebida para melhorar diversos aspectos das PMEs. O programa também prevê trabalho, segundo o mandato do Grupo do BID, no arcabouço jurídico que regula o uso de garantias, bem como oficinas informativas.

**PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA FINANCIADOS PELA CIFI
NOS PAÍSES MEMBROS
(EM US\$ MILHÕES)**

PAÍS	SETOR	CUSTO TOTAL
Argentina	Transporte, centro logístico e diversos	\$ 55
Bolívia	Serviços relacionados com infra-estrutura	\$ 150
Brasil	Serviços relacionados com infra-estrutura	\$ 350
Chile	Telecomunicações e diversos serviços informáticos	\$ 475
Equador	Outras energias renováveis	\$ 31
Guatemala	Outras energias renováveis	\$ 54
Honduras	Energia termoelétrica	\$ 33
México	Telecomunicações e serviços em telefonia	\$ 250
México	Transporte, centro logístico e diversos	\$ 22
México	Infra-estrutura social	\$ 60
República Dominicana	Energia termoelétrica	\$ 35
República Dominicana	Energia termoelétrica	\$ 30
		\$ 1.545

Diretoria Executiva

A responsabilidade pela condução das operações da Corporação cabe à Diretoria Executiva que, com esta finalidade, exerce todos os poderes a ela conferidos pelo Convênio Constitutivo da CII ou delegados pela Assembléia de Governadores. A Diretoria Executiva determina a organização básica da Corporação, inclusive o número e as responsabilidades gerais de seus principais funcionários administrativos e técnicos, e aprova o orçamento da instituição. Os treze membros efetivos e os treze membros suplentes da Diretoria cumprem mandatos de três anos e representam um ou mais países membros da Corporação.

O Comitê Executivo da Diretoria Executiva, que tem quatro membros, é com-

posto pelo Diretor ou Diretor Suplente nomeado pelo país membro com o maior número de ações da Corporação, dois dos Diretores que representam países membros regionais em desenvolvimento e um dos Diretores representantes dos outros países membros. Esse Comitê examina todos os empréstimos da Corporação a empresas localizadas em países membros, bem como os investimentos nessas empresas.

Administração

O presidente do BID é o Presidente ex-officio da Diretoria Executiva da Corporação. Preside as reuniões da Diretoria Executiva, mas só tem direito ao voto de minerva. Também pode participar das reuniões da Assembléia de Governadores da CII, embora sem direito a voto.

Diretoria Executiva elege o Gerente Geral da Corporação por maioria de quatro quintos, com base na recomendação do Presidente da Diretoria Executiva. O Gerente Geral é o principal entre os funcionários graduados e demais membros do quadro funcional da Corporação. Sob a direção da Diretoria Executiva e a supervisão geral do Presidente da Diretoria Executiva, o Gerente Geral conduz os negócios ordinários da Corporação e, consultando a Diretoria Executiva e o Presidente da Diretoria Executiva, responde pela organização, nomeação e dispensa de funcionários. O Gerente Geral pode participar das reuniões da Diretoria Executiva, embora não tenha direito a voto.

O Gerente Geral também determina a estrutura operacional da CII, na qual pode introduzir as alterações exigidas pela evolução da Corporação.

Pessoal

Para cumprir sua missão multilateral, a CII contava com um quadro autorizado de 98 funcionários em 31 de dezembro de 2006. Há vinte e dois funcionários em oito países da região (Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Uruguai) e setenta e seis na sede, em Washington, D.C., EUA. O grupo da sede inclui dezesseis oficiais de investimento, que se dedicam diretamente à geração e desenvolvimento de novos projetos, e oito encarregados da supervisão direta em tempo integral de uma carteira constituída por 147 projetos (entidades corporativas e financeiras), incluindo visitas anuais in loco.

O restante do pessoal desempenha funções de apoio operacional e inclui a Divisão de Serviços Jurídicos, a Divisão de Finanças e Gestão de Riscos, além das Unidades de Crédito, Engenharia Ambiental, Gestão e Supervisão de Carteira e Assuntos Corporativos.

Políticas-chave

Consolidação da política operacional da CII

Em julho de 2006, a Diretoria Executiva da CII aprovou uma nova política operacional, que consolidou dez políticas separadas anteriores num documento único. O propósito dessa ini-

ciativa foi atualizar e agilizar o arcabouço das políticas. A nova política preserva grande parte da substância das políticas originais, porém introduz algumas mudanças com respeito às questões da adicionalidade, da fixação de preços e gestão de carteira, entre outras. Esse documento consolidado resultará numa melhoria da governança corporativa e na elevação da eficácia geral, permitindo a todos os usuários fácil acesso e entendimento das principais políticas operacionais, financeiras e de investimento da Corporação.

Política de divulgação pública

Em 2005, a Diretoria Executiva aprovou uma nova política de divulgação, que vigorou durante todo o ano de 2006. Essa política, de modo geral, é consentânea com os níveis de divulgação determinados para o Grupo do BID como um todo, adaptados para corresponder ao mandato da CII no sentido de estimular a constituição, expansão e modernização de PMEs no setor privado.

Monitoramento e avaliação

Indicadores objetivos da eficácia para o desenvolvimento são essenciais para prestar contas ao público sobre o uso de recursos públicos e para aprender com a experiência, estabelecer padrões de êxito, bem como para reforçar objetivos e valores do desenvolvimento. Para isto, a CII dispõe de um sistema de avaliação de projetos baseado em diretrizes desenvolvidas pelo Grupo de Cooperação para Avaliação dos bancos multilaterais de desenvolvimento. A função de avaliação é dividida entre auto-avaliação e avaliação independente. A auto-avaliação de projetos é responsabilidade da CII. O Escritório de Avaliação e Supervisão (OVE) do BID presta à CII serviços de avaliação independente regulados por um contrato de prestação de serviços.

Uma análise independente que mede o desempenho da praxe de avaliação de organizações multilaterais que dão apoio ao setor privado colocou a CII em segundo lugar, logo após a Corporação Financeira Internacional (CIFI), em termos de aplicação das melhores práticas para avaliar operações do setor privado.

Normas ambientais e trabalhistas

Antes de serem apresentadas à Diretoria Executiva, as novas operações passam por um processo de análise ambiental e trabalhista, que inclui uma avaliação dos seguintes pontos, conforme cabível:

- situação ambiental de referência, grau de conformidade com a legislação, regulamentos e outras normas ambientais nacionais aplicáveis;
- uso sustentável de recursos naturais e controles da poluição;

Comitês Permanentes

Comitê de Crédito

- Analisa as novas operações e faz recomendações ao Gerente Geral a respeito de sua apresentação à aprovação da Diretoria Executiva.

Presidente: Chefe, Unidade de Crédito

Comitê de Crédito Ampliado

- Analisa transações apresentadas pelo Fundo Multilateral de Investimentos do BID e relacionadas com fundos de investimento de capital em microempresas.

Presidente: Chefe, Divisão de Finanças e Gestão de Riscos

Comitê de Ética

- Promove e facilita consultas e soluções formuladas pelo pessoal e pela administração da CII a respeito de questões éticas à medida que surgem.
- É responsável pela interpretação, implementação e fiscalização do Código de Ética da CII e por efetuar análises periódicas desse Código, bem como por formular recomendações sobre as mudanças que entender necessárias.

Presidente: Assessor Jurídico

Comitê de Finanças e Tesouraria

- Revisa as estratégias propostas para a gestão de ativos líquidos, financiamento, risco de mercado, risco de liquidez, planejamento financeiro, as conseqüências potenciais das variações nas taxas de juros e os requisitos de liquidez.

Presidente: Subgerente Geral

Comitê de Operações Especiais

- Recomenda à Unidade de Operações Especiais medidas sobre estratégias gerais, prioridades e propostas específicas para recuperações e reestruturações.

Presidente: Chefe, Unidade de Crédito

Comitê de Procedimentos e Diretrizes Internos

- Estabelece políticas, procedimentos e diretrizes que conduzam à eficiência operacional e ao livre fluxo das informações.

Presidente: Subgerente Geral

Comitê de Gestão de Recursos Humanos

- Supervisiona os programas de treinamento de pessoal e trata de outros assuntos relacionados com recursos humanos.
- Presta consultoria à unidade de recursos humanos sobre promoções e avaliações do pessoal.

Presidente: Chefe, Unidade de Crédito

Comitê de Supervisão de Carteira

- Monitora a qualidade geral da carteira da CII e analisa a posição do ciclo de supervisão da carteira, incluindo a validação e aprovação das classificações de risco.
- Aprova as diretrizes e procedimentos sobre supervisão.
- Examina as medidas específicas para reduzir os riscos e proteger os interesses da CII em projetos específicos.

Presidente: Chefe, Divisão de Finanças e Gestão do Risco Financeiro

- gestão de resíduos;
- uso de substâncias perigosas;
- análise dos principais riscos;
- saúde e segurança do trabalho;
- segurança da vida e contra incêndio;
- proteção da saúde humana, propriedades culturais, povos tribais, espécies em perigo de extinção e ecossistemas sensíveis; e
- questões de reassentamento de populações.

Esse processo aplica-se tanto a projetos a serem financiados diretamente pela CII como aos que a CII financiará mobilizando intermediários financeiros. No site da CII na Internet, trinta dias antes da data prevista para sua aprovação pela Diretoria Executiva, publica-se um resumo de cada projeto, inclusive as eventuais questões ambientais ou trabalhistas.

Todos os intermediários financeiros com que a CII opera são obrigadas, por contrato, a enviar representantes às oficinas sobre o meio ambiente para aprender a integrar práticas de gestão ambiental às próprias operações e a transformar boas práticas ambientais em vantagens competitivas. As oficinas focalizam a responsabilidade dessas instituições pelo monitoramento dos aspectos ambientais dos projetos financiados com recursos da CII.

Medidas anticorrupção

A CII atribui grande importância à transparência em suas operações financeiras que, por conseguinte, passam por um rigoroso processo de devida diligência e aplicam obrigatoriamente sólidas práticas de gestão financeira. Em cada operação, a CII avalia a capacidade

do intermediário ou beneficiário no tocante a relatórios financeiros, controles e administração, incluindo riscos críticos a que possa estar exposto o beneficiário. Exemplo desses riscos seriam as práticas corruptas, para as quais a CII adotou uma política de tolerância zero.

O mecanismo antifraude da CII integra a instituição com o escritório de investigações e com o comitê de supervisão do BID, assim reforçando a sinergia entre as duas instituições nos assuntos de fraude e corrupção. Em 2006, a CII participou de um Grupo-Tarefa Internacional de Anticorrupção das Instituições Financeiras, que levou a uma estratégia uniforme para combater a corrupção nas atividades e operações das instituições membros. Em 2007, a CII continuará implementando o quadro do Grupo-Tarefa em suas políticas e procedimentos pertinentes.

A CII também analisa a eventual regulamentação sobre lavagem de dinheiro em cada país anfitrião e avalia seu cumprimento por parte de cada instituição financeira, bem como a adequação de seus controles com relação à captação de depósitos e às atividades de gestão.

O Grupo do BID dispõe de conexões seguras por telefone, e-mail, fax e correio para qualquer pessoa que deseje apresentar uma alegação de fraude ou corrupção ligada a qualquer atividade financiada por qualquer de suas instituições membros. Outras informações sobre as políticas do Grupo do BID contra a fraude e corrupção, bem como sobre a forma de comunicar casos suspeitos, são encontradas no site www.iadb.org/ocfc.



Investindo no desenvolvimento, 2006

Resumo dos investimentos em desenvolvimento durante o ano

As operações do ano são apresentadas em um formato que reflete integralmente o impacto

das atividades de financiamento da CII. Além dos projetos diretos aprovados, são apresentadas informações sobre as operações de empréstimo, investimento e co-financiamento aprovados em 2006, que alavancaram substancialmente os recursos prestados pela CII

Fontes de recursos

A CII conta com diversas fontes de recursos: capital integralizado, empréstimos, obrigações, rendimentos do investimento de ativos líquidos e valores recebidos pela alienação de investimentos ou como amortização de empréstimos concedidos. A capacidade da CII para conceder empréstimos e efetuar investimentos de capital é uma função de seu capital integralizado e endividamento.

Os empréstimos da CII são denominados em dólares dos Estados Unidos ou em moeda local. O valor dos empréstimos pode chegar a 33% do custo de um projeto novo ou 50% do custo de um projeto de expansão. Os prazos de amortização variam, em geral, de três a oito anos (até um máximo de quinze anos), incluindo um período de carência apropriado. Os empréstimos são regidos pelas condições do mercado e as taxas de juros aplicáveis podem ser fixas ou variáveis. A CII também está capacitada a conceder empréstimos conversíveis ou subordinados, quando esse tipo de operação for considerado benéfico. Os empréstimos participativos são aqueles em que a própria CII contribui com parte dos recursos (empréstimos A). O restante dos recursos necessários (empréstimo B) é fornecido por outra instituição financeira, que adquire da CII uma participação sobre o empréstimo nos termos de um acordo entre ambas. O credor titular é a CII, com a qual o cliente trata diretamente.

A CII também faz investimentos em capital social, com valor máximo equivalente a 33% do capital social da empresa beneficiada. No final do período de investimento, a participação acionária é vendida. Os mecanismos aplicáveis à alienação do investimento incluem a venda no mercado acionário local, a colocação privada junto a terceiros e a venda aos

patrocinadores do projeto, com base em um contrato de compra e venda de ações negociado previamente. A CII também investe em fundos de ações cujas operações façam uma contribuição positiva ao desenvolvimento da região. Esses investimentos representam um uso eficiente dos recursos de capital da CII, que assim atinge um número muito maior de empresas de pequeno e médio porte. Os investimentos em fundos de ações também promovem a mobilização de capital, porque atraem outros investidores institucionais.

O mercado alvo da CII inclui empresas com faturamento de até US\$ 35 milhões. Não obstante, a CII também opera seletivamente com empresas cujas vendas ultrapassam US\$ 35 milhões. A CII também financia empreendimentos conjuntos. Embora a CII considere a viabilidade financeira de longo prazo e a lucratividade como pré-requisitos para a concessão de financiamentos, também leva em conta o impacto da empresa sobre fatores que contribuem para o desenvolvimento econômico.

A CII também proporciona financiamento a todos os tipos de instituição financeira que atendam ao mercado constituído por empresas de pequeno e médio porte. Entre as empresas qualificadas para receber esses recursos estão os bancos comerciais, empresas de arrendamento mercantil, financeiras e prestadoras de serviços financeiros especializados.

O site da CII na Internet (www.iic.int) informa como solicitar financiamentos. Os interessados também podem enviar pedidos de informações ao pessoal da CII na região ou à sua sede em Washington, D.C., Estados Unidos da América. O site oferece também um formulário de pedido de informações que, uma vez preenchido pela empresa ou instituição financeira em busca de financiamento, é encaminhado automaticamente à divisão pertinente da CII.

mediante a intermediação de outras instituições financeiras.

As operações descritas abaixo correspondem a empréstimos e programas que totalizam US\$ 337,6 milhões. Os cinco empréstimos co-financiados do ano mobilizarão mais US\$ 173 milhões de recursos, alavancando ainda mais os recursos disponíveis para as pequenas e médias empresas da região.

Regional

Linha de Crédito Rotativa para Empresas de Pequeno Porte

Total do programa: US\$ 12 milhões

Empréstimos aprovados: US\$ 1,4 milhões

A CII criou sua Linha de Crédito Rotativa para Empresas de Pequeno Porte em resposta a um estudo da própria CII, do FUMIN e da FELABAN, estudo esse que demonstra que as instituições financeiras da América Latina e do Caribe, embora conscientes da importância estratégica da concessão de créditos a empresas de pequeno e médio porte, raramente se viam em condições de conceder esses empréstimos. Esta linha permite à CII oferecer pequenos empréstimos padronizados a pequenas empresas qualificadas (empresas com faturamento anual entre US\$ 1 milhão e US\$ 4 milhões), com um processo de aprovação agilizado e limites prudentes para cada operação. Esse produto representa a continuação de uma busca mais ampla de caminhos para chegar a essas empresas e atender suas necessidades de crédito.

Società Italiana per le Imprese all'Estero (SIMEST)

Programa de co-financiamento: Máximo de US\$ 15 milhões

CII: US\$ 15 milhões

SIMEST: US\$ 15 milhões

A SIMEST é uma instituição financiadora do desenvolvimento criada pelo governo italiano para apoiar e promover as atividades das empresas italianas no exterior. A SIMEST promove o desenvolvimento e dá apoio técnico e financeiro a projetos.

O objetivo deste programa de co-financiamento regional é proporcionar financiamento

de longo prazo direto para investimentos em imobilizado e capital de giro de empresas de pequeno e médio porte na América Latina e no Caribe. O programa prevê que a CII vai conceder empréstimos sênior ou parcialmente subordinados e que a SIMEST vai dar ajuda direta às empresas qualificadas, pela aquisição de até 25% de seu capital acionário. O programa será lançado nos países onde a SIMEST já tem investimentos, como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e México e, posteriormente, será estendido para outros países da região. Entre cinco e dez empresas devem receber empréstimos com valores entre US\$ 500.000 e US\$ 4 milhões por empresa, que vão criar entre 50 e 200 postos de trabalho diretos e indiretos.

Suleasing Internacional, S. A.

Empréstimo: US\$ 20 milhões

O arrendamento de ativos é uma excelente ferramenta de financiamento para as empresas de pequeno e médio porte, porque lhes oferece alternativas de financiamento a médio prazo e melhora seu potencial para aumentar a produtividade e criar novos postos de trabalho.

A Suleasing Internacional se especializa em transações de leasing internacional e opera em diversos países latino-americanos. Procura atender às necessidades de financiamento de ativos produtivos sentidas pelas empresas, fornecedores e desenvolvedores de projetos na América Central e do Sul e Caribe, com foco em financiamento e estrutura de projetos.

O empréstimo da CII, por intermédio da Suleasing, disponibilizará fundos para as empresas de pequeno e médio porte, principalmente para o financiamento de aquisições ou arrendamento de imobilizado. Tendo em mente a rotação de fundos, espera-se que aproximadamente quarenta empresas de pequeno e médio porte da região sejam beneficiadas pela operação.

Argentina

Garantizar S. G. R.

Empréstimo: US\$ 3 milhões

A pecuária argentina inclui principalmente pequenos e médios estancieiros, que têm

necessidades financeiras particulares. Esses estancieiros não contam com acesso fácil a financiamentos de médio prazo para seu capital de giro, necessários para a gestão do custo financeiro do tempo necessário para engordar o gado até o peso para venda.

A Garantizar é uma associação de garantias mútuas (sociedad de garantía recíproca, abreviada SGR em espanhol) que avaliza os empréstimos tomados pelos participantes. As garantias, que facilitam a obtenção de crédito, são lastreadas pelo capital contribuído pelos acionistas patrocinadores. A Garantizar SGR respondeu às necessidades do setor de agronegócio com o desenvolvimento de um programa de financiamento que vai beneficiar cerca de vinte estâncias de gado de pequeno e médio porte. As empresas beneficiadas vão utilizar os recursos recebidos para criar, engordar e exportar gado, um processo que exige entre dezoito e trinta meses. O empréstimo da CII vai assim permitir que essas empresas aumentem sua produção e exportações, o que vai gerar divisas e preservar postos de trabalho em áreas rurais da Argentina.

Outras associações de garantia e PMEs da cadeia de produção poderão replicar esta operação com a CII ou com outras instituições financeiras, ou mesmo com instituições do mercado de capital argentinas, de modo a oferecer financiamento a médio e longo prazo em termos adequados para a maturidade dos ativos financiados.

Molino Cañuelas S. A. C. I. F. I. A.

Empréstimo A: Máximo de US\$ 8 milhões

Empréstimo B: Máximo de US\$ 27 milhões

A Molino Cañuelas é um moinho de trigo e sementes oleaginosas que também produz produtos alimentícios com valor agregado. Tem mais de 1.000 empregados e se constitui em um elo-chave em uma cadeia de produção que envolve mais de 7.000 empresas de pequeno e médio porte em toda a Argentina. O empréstimo à Molino Cañuelas, feito através do programa de apoio a cadeias de produção da CII,



ajudará no desenvolvimento da empresa, permitindo a substituição de passivos a curto e médio prazo por um empréstimo a longo prazo, de acordo com suas necessidades.

Com a provisão desses recursos a longo prazo, o financiamento da CII vai melhorar o perfil da dívida da Molino Cañuelas, tornar a empresa menos vulnerável a alterações no mercado financeiro e também dar mais estabilidade às suas atividades industriais e comerciais, bem como às de sua cadeia de produção. A CII vai constituir um consórcio para parte do empréstimo, de modo a atrair outros bancos para financiar a Molino Cañuelas nos mesmos termos.

Terminales Río de la Plata, S. A.

Empréstimo: US\$ 10 milhões

As atividades portuárias constituem um importante elemento do produto interno bruto da Argentina e devem aumentar consideravelmente no futuro próximo, a tal ponto que, em 2009, o porto de Buenos Aires vai enfrentar restrições de capacidade, caso não forem feitos investimentos na expansão. A expansão da infra-estrutura portuária em Buenos Aires, portanto, é essencial para garantir a sustentabilidade da recuperação da posição argentina no comércio internacional.

Por essa razão, a Terminales Río de la Plata, S. A. (TRP), concessionária dos serviços de manejo de contêineres, cargas em geral e veículos no Puerto Nuevo, na cidade de Buenos Aires, ingressou em um programa de gastos de capital para expandir sua capacidade operacional. Uma parcela do empréstimo da CII vai permitir que a TRP financie seu programa de investimento para 2006–2007, que inclui a compra de infra-estrutura e guindastes de pórtico. Os recursos também serão utilizados para refinar as dívidas atuais da TRP. A TRP necessita receber financiamento de longo prazo para suas despesas de capital, mas o



prazo máximo oferecido pelo mercado local atualmente está limitado a cinco anos. A CII, juntamente com as outras instituições multilaterais que conjuntamente financiam o projeto, assim vão poder desempenhar um papel-chave, disponibilizando para a TRP financiamentos com prazos apropriados.

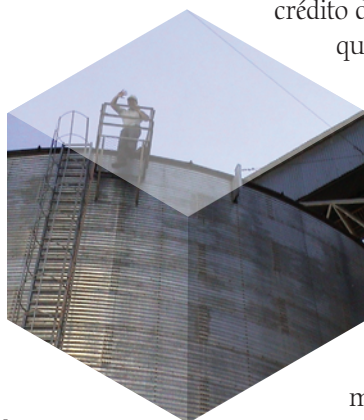
Belize

Belize Co-Generation Energy Limited

Empréstimo: Máximo de US\$ 6 milhões

A meta da estratégia do setor privado de energia elétrica deveria ser aumentar a quantidade de energia elétrica confiável e sustentável a preços acessíveis, desse modo encorajando um aumento na participação das empresas privadas no setor. O projeto está de acordo com essa meta, porque a empresa vai usar biomassa (bagaço de cana) para gerar eletricidade para venda à grade nacional e a Belize Sugar Industries. É o primeiro projeto de co-geração em escala comercial em Belize e vai trazer tecnologia e conhecimento de energia renovável para o país.

Além de gerar cinquenta postos de trabalho durante o período de construção e vinte postos de trabalho diretos para a operação da usina, a Belcogen vai agregar valor ao bagaço de cana, que era normalmente tratado como refugo. E esse valor vai ser agregado quemando bagaço de modo eficiente, gerando energia de modo renovável. A Belcogen também vai proporcionar benefícios econômicos e sociais a Belize, substituindo a energia mais cara que hoje é importada do México. Com esse empréstimo a CII vai tornar a Belize Sugar Industries mais competitiva em termos mundiais e, além disso, dar apoio a mais de 8.500 produtores independentes que fornecem cana-de-açúcar à empresa.



Brasil

Banco ABN AMRO Real S. A.

Empréstimo A: Máximo de US\$ 15 milhões

Empréstimo B: Máximo de US\$ 45 milhões

O Banco ABN AMRO Real (BAAR) é um banco múltiplo que oferece produtos de banco comercial e varejo a uma base diversificada de clientes comerciais e pessoas físicas. A linha de crédito da CII vai disponibilizar recursos que serão repassados a empresas brasileiras de pequeno e médio porte que precisam de financiamentos a médio ou longo prazo para suas operações ou de financiamentos a prazos mais curtos que lhes permitam negociar condições melhores para as compras de bens e serviços de empresas maiores.

Esta é a segunda das operações da CII com o BAAR. Envolve a conversão do empréstimo original da CII em uma linha de crédito, o que vai permitir liberações com prazos e carências variáveis que se encaixem mais facilmente nas necessidades das empresas credoras.

A transação está de acordo com os esforços da CII para dar apoio a empresas que fazem parte da cadeia de produção nos casos em que grandes empresas são fornecedoras ou clientes de empresas menores. Está também de acordo com a meta, explicitada na Declaração de Nuevo León, de triplicar o valor dos financiamentos concedidos a micro empresas e a empresas de pequeno e médio porte até 2007.

Banco Industrial e Comercial, S. A.

Empréstimo A: Máximo de US\$ 5 milhões

Empréstimo B: Máximo de US\$ 18,5 milhões

O Banco Industrial e Comercial, S. A. (BicBanco) focaliza as empresas de pequeno e médio porte; uma grande parcela de seu balanço reflete empréstimos diretos a essas empresas. A CII captou mais recursos com

bancos internacionais por intermédio de um empréstimo B, que mais do que triplicaram os fundos disponibilizados pela CII. O BicBanco vai repassar os fundos a empresas de pequeno e médio porte para fins de financiamento de capital de giro e criação de linhas de crédito rotativas. Os repasses devem atingir beneficiários finais que não teriam outro acesso a financiamento e ajudarão os beneficiários a aumentar sua capacidade de produção, bem como sua capacidade de concorrência internacional.

O sucesso do BicBanco com a colocação do primeiro empréstimo da CII (aprovado

em 2004) levou à solicitação de um segundo empréstimo a médio prazo, que lhe permitisse continuar a fornecer crédito a clientes qualificados, em alguns casos com prazos mais longos que os atuais. A CII tem um duplo interesse nessa operação: continuar a atingir as empresas de pequeno e médio porte por intermédio de um banco realmente especializado em operações de crédito do tipo tradicional do Brasil e trabalhar com um banco que combina solidez financeira e gestão conservadora com uma considerável experiência com empresas de pequeno e médio porte.

Atingir microempresas por meio de empréstimos a instituições financeiras

A Corporação Interamericana de Investimentos oferece empréstimos ao ProCredit para operações em três países: Bolívia (ex-Caja Los Andes), Nicarágua e El Salvador. Figuram a seguir exemplos de microempresas na Nicarágua e em El Salvador que receberam serviços financeiros do Banco ProCredit por meio de um empréstimo da CII em 2004.

Em ambos os países, o ProCredit proporciona empréstimos de até mesmo US\$ 25 a microempresários, tais como vendedores ambulantes, proprietários de estandes em mercados locais, pequenos agricultores e pequenos donos de loja. A maioria dos beneficiários do microcrédito são mulheres.

Por meio do Banco ProCredit os recursos fornecidos pela Corporação Interamericana de Investimentos atingem os setores que deles mais necessitam. O ProCredit tem agências em toda a Nicarágua e em El Salvador, país em que oferece serviços financeiros em cidades pequenas. O fato de contar com agências na maioria dos povoados e cidades permite ao ProCredit exercer um impacto significativo nos mercados financeiros desses dois países. Além disso, coloca novos instrumentos financeiros ao alcance das microempresas, permitindo aos beneficiários crescer e sair da economia informal.

Beneficiários de microempréstimos feitos com fundos da CII na Nicarágua

- Uma mulher dona de uma pequena propriedade agrícola
- Dono de um estande à beira da estrada
- Pequeno armazém
- Pequeno agricultor de banana
- Pescador artesanal com sete empregados
- Pescador que recebeu um empréstimo para consertar seu barco
- Micro-empresário



Beneficiários de microempréstimos feitos com fundos da CII em El Salvador

- Artesão que burila pedra e faz reproduções de jade
- Artesão têxtil com um pequeno estande à beira da estrada
- Uma empresa pequena com quarenta empregados que fabrica comida e a exporta
- Uma proprietária de um estande de rua
- Empresária que vende frutas e legumes na rua
- Restaurante pequeno
- Comerciante local com oficina mecânica e uma linha de micro-ônibus.

Estes projetos mostram o impacto que a CII pode ter ao canalizar seus recursos por meio de intermediários financeiros locais a fim de atingir os segmentos mais necessitados.

Banco Itaú, S. A.

Empréstimo A: Máximo de US\$ 10 milhões

Empréstimo B: Máximo de US\$ 40 milhões

Esta é a segunda operação da CII com o Banco Itaú; um total de 2.650 empresas tinham se beneficiado do financiamento viabilizado pelo primeiro empréstimo da CII até o fim de 2005. Os recursos deste segundo empréstimo serão repassados a empresas de pequeno e médio porte no Brasil que necessitam de recursos principalmente na forma de financiamentos de médio prazo para transações de arrendamento mercantil e para outras necessidades de financiamento de capital de giro. Um componente inovador concede financiamentos de curto prazo para melhorias no desempenho ambiental. O repasse máximo será de US\$ 1 milhão por beneficiado. O prazo de amortização mínimo será de dois anos, mas pode ser menor no caso de financiamento a melhorias ambientais. Cerca de 2.000 empresas brasileiras de pequeno e médio porte vão ser beneficiadas pela operação: 400 empresas pelo empréstimo A e 1.600 pelo empréstimo B.

Banco Rabobank International Brasil, S. A.

Empréstimo A: Máximo de US\$ 7,5 milhões

Empréstimo B: Máximo de US\$ 42,5 milhões

O Banco Rabobank International Brasil, S. A. (Rabobank Brasil) opera principalmente no setor agrícola. Dentro deste setor, tem uma fatia substancial do mercado de empresas de pequeno e médio porte. O banco vai repassar os recursos do empréstimo da CII diretamente ou por intermédio de cooperativas, em valores que ficarão entre US\$ 1 milhão e US\$ 1,5 milhões com prazos mínimos de trinta meses. Os beneficiários vão incluir agricultores de pequeno e médio porte que necessitam de financiamento para aquisição de maquinaria e outros bens de imobilizado produzidos em países membros da CII. Os beneficiários vão receber mais que o triplo do valor dos fundos disponibilizados pela CII por intermédio do empréstimo A.

O empréstimo vai permitir que o Rabobank Brasil ofereça empréstimos mais bem alinhados com os fluxos de caixa dos seus clientes, que tendem a ser sazonais. O emprés-

timo deve também atrair fundos aos quais os pequenos e médios agricultores não tinham acesso: o Rabobank Curaçao está participando do empréstimo B porque vai se beneficiar da proteção do empréstimo A concedido pela CII. Além disso, estas operações devem encorajar outros bancos brasileiros a devotar maior atenção ao setor agrícola, especialmente aos agricultores de pequeno e médio porte.

O Rabobank Brasil participou dos seminários e cursos da CII sobre o meio ambiente e mantém um sistema de gestão ambiental.

Chile

Banco BICE, S. A.

Empréstimo: Máximo de US\$ 30 milhões

No ambiente econômico regional e mundial atual, melhorar o acesso a fontes de crédito apropriadas para as empresas de pequeno e médio porte é uma prioridade. O Banco BICE, um banco múltiplo que conta com uma ampla base de clientes de varejo e corporativos, vai usar os recursos do empréstimo da CII para financiar projetos mediante repasses a empresas qualificadas no Chile. Essas empresas de pequeno e médio porte precisam de financiamento principalmente para suas necessidades de leasing e fatorização, atividades que têm uma forte associação com as pequenas empresas no Chile.

A CII desenvolveu um mecanismo que conseguiu canalizar crédito para empresas de pequeno e médio porte por intermédio de bancos, corporações financeiras e empresas de leasing locais. Esta transação vai auxiliar o Banco BICE a obter o tipo de recursos de que necessita para sustentar suas operações e atingir mais empresas que estejam operando em setores vitais da economia chilena. Também está de acordo com a estratégia adotada pela Corporação de aumentar o fluxo de recursos financeiros para as empresas de pequeno e médio porte da região, de modo a atingir as metas da Declaração de Nuevo León e responder mais eficazmente às necessidades de seu mercado-alvo.

Compañía Agropecuaria Copeval, S. A.
Empréstimo: Máximo de US\$ 5 milhões

A Compañía Agropecuaria Copeval, S. A. (Copeval) vende suprimentos agrícolas e oferece financiamento e serviços relacionados com a agricultura a agricultores de pequeno e médio porte. A Copeval é semelhante a um banco de crédito agrícola: financia diretamente mais de 6.000 empresas de pequeno e médio porte que formam sua base de clientes e, dessa maneira, agrega um efeito multiplicador significativo aos fundos fornecidos pela CII. A Copeval está tirando partido de uma oportunidade de crescimento criada pelo desenvolvimento dos agronegócios no Chile, resultante de acordos de livre comércio e da expansão regional.

Essa expansão vai criar um aumento significativo nas necessidades de financiamento operacional da Copeval. O empréstimo da CII vai financiar parte dessas necessidades e, dessa forma, dar apoio ao crescimento de uma empresa que serve a uma cadeia de produção agrícola composta de agricultores de pequeno e médio porte sem acesso a crédito bancário e que financiam seus insumos e outras exigências com créditos da Copeval.

O empréstimo da CII também vai dar apoio ao setor agrícola, um objetivo-chave, porque cria postos de trabalho e gera divisas. O empréstimo é lastreado por warrants, um tipo de título inovador no mercado, que aumenta a liquidez dos estoques da empresa. O empréstimo vai encorajar o uso desse tipo de garantia no Chile e, dessa forma, beneficiar as empresas de pequeno e médio porte que não tenham imobilizado suficiente para oferecer como garantia.

Eurocapital, S. A.

Empréstimo: US\$ 3 milhões

A Eurocapital, S. A. é uma empresa de faturização que adquire recebíveis, tais como faturas, letras de câmbio, cheques e contratos emitidos por empresas de pequeno e médio porte. A faturização é usada por pequenas e médias empresas chilenas, principalmente porque não têm condições de oferecer as garantias que lhes facilitariam o caminho para financiamentos bancários, porque suas demonstrações finan-

ceiras não sofrem auditoria ou porque não podem oferecer um histórico de operações com o sistema financeiro. No Chile, atualmente há cerca de 100.000 empresas de pequeno e médio porte, das quais 6.000, se tanto, têm acesso a contratos de faturização formais.

O empréstimo da CII vai permitir à Eurocapital financiar operações de faturização denominadas em dólares dos EUA ou indexadas pela taxa de câmbio. Entre vinte e quarenta exportadoras chilenas de pequeno e médio porte devem ganhar acesso a financiamento de capital de giro graças ao empréstimo da CII.

Infodema, S. A.

Empréstimo: US\$ 5,5 milhões

A Infodema, S. A. fabrica e comercializa lâminas de madeira finas e decorativas, madeira aglomerada, placas de madeira natural enroladas, blockboard, e outros produtos de madeira usados pela indústria de mobiliário, em reformas de casa e decoração e pelo setor automobilístico.

O empréstimo da CII vai permitir que a Infodema expanda suas vendas e melhore seu desempenho com o financiamento da compra de equipamentos modernos e de alta tecnologia para aumentar e diversificar sua produção. Os novos equipamentos vão resultar em economias significativas de energia e madeira, resultando em operações mais limpas e eficientes, bem como na melhora das margens operacionais. A Infodema vai usar parte do empréstimo da CII para construir tanques de impregnação que vão melhorar o desempenho ambiental da empresa, garantindo maior eficiência no tratamento de efluentes líquidos.

Graças a esse projeto, a Infodema vai poder oferecer produtos com maior valor agregado, que alcançarão melhores preços. A diversificação de produtos também vai permitir à empresa aumentar suas exportações e entrar em novos mercados, trazendo mais divisas para o Chile. Por último a Infodema também vai aumentar sua participação de mercado no México, tirando partido do acordo de livre comércio entre os dois países, uma mudança que vai estreitar os laços comerciais entre os países da região.

Colômbia

Bancolombia, S. A.

Empréstimo: US\$ 5 milhões

O Bancolombia, o maior banco da Colômbia, conta com uma experiência de mais de 130 anos e é o líder nacional na oferta de produtos financeiros em geral. Com o empréstimo da CII, o Bancolombia vai expandir sua carteira de empresas de pequeno e médio porte, conceder a seus clientes empréstimos de capital de giro e canalizar recursos para os que tenham acesso limitado ao crédito. Os beneficiários dos repasses serão empresas de pequeno e médio porte, principalmente no setor agrícola, comercial e industrial.

Biofilm, S. A.

Empréstimo: Máximo de US\$ 5 milhões

O setor químico e de plásticos tem considerável valor estratégico para a Colômbia, porque dá apoio a exportações, gera divisas e estimula a atividade econômica doméstica. A Biofilm, S. A. opera nesse setor, produzindo e vendendo filme de polipropileno bio-orientado. A empresa vem expandindo a capacidade de sua planta, como parte da estratégia para aumentar a participação em mercados internacionais e garantir uma posição de liderança em seus mercados naturais: a região andina e a América do Sul. Em 2003, a empresa construiu uma fábrica no México de acordo com sua estratégia de enfrentar as exigências do mercado dos Estados Unidos. A empresa criou 123 postos de trabalho diretos na Colômbia e mais 120 no México.

O empréstimo da CII será usado para financiar as necessidades de capital de giro permanente da Biofilm, resultantes do crescimento de suas vendas no mercado externo. Esse financiamento vai aumentar a competitividade de uma empresa que continua se expandindo para os mercados mundiais.

Confecciones Leonisa, S. A.

Empréstimo: Máximo de US\$ 5 milhões ou seu equivalente em pesos colombianos

A Leonisa é uma indústria de confecções que depende de uma cadeia de doze cooperativas de trabalhadores com certificação 9001:2000 e mais de cinquenta pequenas confecções, das quais cerca da metade pertence a mulheres microempresárias. Ao todo, empregam aproximadamente 2.500 pessoas. A maioria dos postos de trabalho gerados pelas cooperativas é para mulheres, que também ocupam todas as posições de gerência. Os membros recebem benefícios que excedem as exigências da lei trabalhista, tais como bonificações, treinamento, assistência educacional, financiamentos de casa própria e auxílio de emergência. As cooperativas também oferecem à comunidade serviços sociais de grande importância, como a promoção de eventos artísticos, culturais, esportivos e recreativos em suas instalações. Algumas

das cooperativas foram fundadas como resultado do esforço dos proprietários da Leonisa para melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda em Medellín.

O empréstimo da CII vai permitir à Leonisa melhorar seu perfil financeiro, por intermédio de financiamentos de médio prazo, o que vai tornar a empresa menos vulnerável às mudanças no mercado financeiro e vai melhorar seu acesso ao financiamento. Essa meta será atingida substituindo passivos de curto prazo por um empréstimo de médio prazo. O empréstimo também vai aumentar a estabilidade das operações de produção e marketing da Leonisa, em um setor que está cada vez mais globalizado e competitivo.

GNB Sudameris

Empréstimo: US\$ 12,5 milhões

O GNB Sudameris, um banco de médio porte, tem uma ampla rede de agências e caixas automáticos distribuídos pelas principais cidades da Colômbia. Capacitando o Sudameris a expandir sua carteira de empréstimos para



empresas de pequeno e médio porte, a CII vai canalizar recursos para aproximadamente dez dessas empresas nos setores agrícola, comercial e industrial.

Os financiamentos feitos com recursos da CII devem ser, em média, de US\$ 1 milhão e os recursos serão usados principalmente para financiar necessidades de capital de giro, na forma de uma alternativa de financiamento complementar, assim dando apoio ao crescimento sustentável de empresas de pequeno e médio porte. Essa operação também deve ter um efeito de demonstração que vai encorajar outras instituições financeiras a prestar mais serviços a empresas de pequeno e médio porte.

Costa Rica

Corrugadora de Costa Rica, S. A.

Empréstimo: Máximo de US\$ 1 milhão

A indústria de embalagens de cartão corrugado tem um valor estratégico para os países em desenvolvimento porque dá apoio direto às exportações e indiretamente impulsiona a atividade econômica doméstica.

A Corrugadora de Costa Rica, S. A. (Cocorisa) fabrica caixas e lâminas de cartão corrugado. Seus fornecedores são certificados por organizações internacionais independentes que promovem gestão florestal independente. Essa certificação dá à Cocorisa a certeza de que o papel comprado vem de florestas cuja gestão é apropriada para o meio ambiente, com justiça social e viabilidade econômica.

A Cocorisa vai utilizar os recursos do empréstimo para reestruturar suas dívidas a curto prazo e consolidar a introdução recente de processos de produção modernos e melhores práticas, de modo a tornar suas operações mais eficientes e aumentar sua contribuição à economia local. Essas melhoras vão ajudar a Cocorisa, um dos maiores empregadores da Costa Rica, a melhorar seu fluxo de caixa.

Estrella de Precisión Tecnológica, S. A.

Empréstimo: Máximo de US\$ 800.000

A Costa Rica tem planos de exportação especiais, que levaram ao estabelecimento de agrupamentos industriais, empresas de alta

tecnologia e prestadoras de serviços, com operações de amplitude mundial que modificaram o perfil econômico do país e estimularam a transferência de tecnologia. O resultado foi a criação de mais postos de trabalho e uma variedade maior de serviços.

A Estrella de Precisión Tecnológica, S. A. (Estrella) é uma pequena empresa que projeta, fabrica e exporta peças e componentes para laboratórios médicos e para o setor aeronáutico. Faz parte de um *cluster* de fabricantes que opera com as vantagens de uma zona franca. O empréstimo da CII vai permitir à empresa adquirir novos equipamentos e maquinário e assim pelo menos duplicar sua capacidade de produção. A Estrella poderá também reduzir os saldos dos empréstimos de curto e médio prazos, dessa forma liberando recursos para o financiamento de capital de giro.

A Estrella contribui para a economia doméstica com a geração de divisas como resultado de suas atividades de exportação. O aumento na capacidade de produção vai exigir mais pessoal, bem como treinamento para a equipe existente, de modo que possam assumir novas responsabilidades e progredir na empresa. Esse treinamento vai promover a transferência de tecnologia e conhecimento para mais gente, expondo todos aos mais recentes avanços em técnicas de projeto e usinagem de precisão.

Financiera Cafsa, S. A. e

Arrendadora Cafsa, S. A.

Empréstimo: US\$ 1 milhão

A Financiera Cafsa, S. A. é uma instituição financeira intermediária de natureza não bancária que oferece financiamento de veículos motorizados principalmente para empresas de pequeno e médio porte. É associada à Arrendadora Cafsa, S. A., uma empresa de leasing. Este empréstimo, que está sendo concedido dentro do programa da CII para bancos de pequeno porte, vai permitir que este pequeno grupo financeiro atenda as necessidades de leasing operacional e empréstimos de empresas de pequeno e médio porte da Costa Rica, interessadas em modernizar e operar frotas de veículos usados em distribuição, bem como em serviços

de transporte público e privado em áreas turísticas. O empréstimo da CII vai financiar pelo menos quarenta outros subempréstimos com valores entre US\$ 15.000 e US\$ 50.000. A CII não teria condições de operar com esses pequenos valores diretamente.

A transação está de acordo com as metas da CII: vai ajudar duas pequenas instituições financeiras a obter o financiamento de médio prazo de que necessitam e porque vai disponibilizar financiamentos para empresas de pequeno e médio porte na Costa Rica que não poderiam ser atendidas diretamente pela CII. A operação, embora pequena, faz parte do esforço da CII para atender o mandato de Nuevo León do Grupo do BID, de triplicar os empréstimos a microempresas e a empresas de pequeno e médio porte na região até 2007.

El Salvador

Arrinsa Leasing, S. A. de C. V.

Empréstimo: US\$ 10 milhões

Como em outros países da região, as empresas de pequeno e médio porte em El Salvador têm acesso muito limitado a fontes de financiamento, especialmente a financiamentos de médio e longo prazo em termos apropriados. Esse tipo de financiamento é necessário ao crescimento sustentável desse tipo de empresa, que pode ser o mais dinâmico da economia, graças a seu poder de inovação e maior flexibilidade, mas que também é mais vulnerável às mudanças causadas pelos ciclos econômicos.

A Arrinsa Leasing tem mais de quarenta anos de experiência na disponibilização de operações de arrendamento mercantil para as empresas de El Salvador. O arrendamento mercantil pode ser uma boa opção financeira para as empresas de pequeno e médio porte, porque a arrendadora detém a propriedade jurídica dos ativos arrendados, o que permite às arrendatárias a qualificação para a operação com base em seu fluxo de caixa, não em seu histórico de crédito, ativo, ou base de capital. A operação da CII com a Arrinsa vai dar apoio ao desenvolvimento de um instrumento financeiro que permitirá às empresas de pequeno e médio

porte em El Salvador reduzir suas necessidades de capital e melhorar a gestão de risco. Esta operação deve viabilizar cerca de 100 operações de arrendamento mercantil, com um prazo médio de dois anos.

Banco Uno, S. A.

Empréstimo sênior: US\$ 5 milhões

Empréstimo subordinado: US\$ 5 milhões

O Banco Uno é o sexto maior banco de El Salvador e um dos maiores em termos de empréstimos via cartão de crédito, seu principal nicho de mercado. O Banco Uno disponibiliza financiamentos principalmente para os segmentos de média e baixa renda e foi o primeiro banco de El Salvador a oferecer cartões de crédito a pessoas físicas de baixa renda. Faz parte do Grupo Financiero Uno, que opera instituições financeiras na América Central e no Panamá.

O Banco Uno tem um programa com o Fundo Multilateral de Investimentos do BID para o desenvolvimento da tecnologia e sistemas necessários para microempréstimos. O empréstimo sênior da CII vai complementar esse programa, disponibilizando recursos para aumentar o financiamento de microempresas e empresas de pequeno porte em El Salvador que necessitem de fundos para capital de giro ou para financiar a aquisição de equipamentos, maquinário e outros imobilizados. O empréstimo subordinado será usado para melhorar a posição de capital do banco e permitir que aumente sua carteira.

Os empréstimos vão permitir ao Banco Uno dar apoio a um programa-piloto que faz parte de sua estratégia para aprofundar e aperfeiçoar suas linhas de negócios, de modo a contrabalançar o aumento na concorrência que espera ter de enfrentar, à medida que novos participantes estrangeiros se posicionarem estrategicamente no segmento de cartão de crédito. O Grupo Financiero Uno planeja estender seu programa-piloto, que conta com a participação e apoio do FUMIN e da CII, a outros bancos centro-americanos, quando os

sistemas do plano-piloto estiverem funcionando corretamente.

Equador

Agrícola Ganadera Reysahiwal, S. A.

Empréstimo: Máximo de US\$ 4,5 milhões

O agronegócio Agrícola Ganadera Reysahiwal, S. A., ou AGR, cria gado leiteiro e de corte, além de processar e vender leite e outros laticínios. Cerca de 75% do leite processado vem de 1.500 pequenos agricultores que recebem da empresa financiamentos para aquisição de fertilizantes, sementes, gado, e outros insumos, bem como uma assessoria especializada à qual normalmente não teriam acesso. Esses componentes da cadeia de produção da AGR são responsáveis por aproximadamente 4.500 postos de trabalho diretos e indiretos em áreas rurais do Equador. A AGR também trabalha com uma rede de 140 pequenos distribuidores que entregam laticínios em caminhões refrigerados a pontos de venda em todo o Equador. A AGR, juntamente com seus produtores e distribuidores, está ajudando a garantir a higiene no processamento e distribuição de laticínios básicos que levam à população nutrientes essenciais que nem sempre estão disponíveis em países em desenvolvimento.

A AGR recebeu um empréstimo inicial da CII em 2003 para expandir sua capacidade de produção e melhorar a rede de distribuição. Para atender à demanda por seus produtos, que excedeu o esperado, a empresa construiu uma nova usina de processamento de leite com fundos de seus patrocinadores e recursos de financiamentos a curto prazo, já que as condições do mercado equatoriano impediam a obtenção de financiamento de longo prazo. Este segundo empréstimo da CII vai ser usado para refinar dívidas. Nenhuma outra instituição financeira estava disposta a oferecer à AGR financiamento a longo prazo em condições apropriadas.

O apoio contínuo da CII vai ajudar a fortalecer uma empresa cujos patrocinadores estão comprometidos com a responsabilidade social corporativa, um compromisso que se reflete nos serviços de educação e saúde financiados

para as crianças que vivem em áreas rurais; nas pesquisas científicas sobre a floresta tropical; em um programa de exploração florestal que ganhou certificação internacional da SmartWood e na promoção do ecoturismo.

Banco de Guayaquil, S. A.

Empréstimo I: US\$ 4 milhões

Empréstimo II: US\$ 2 milhões

O financiamento da CII para esta operação será colocado em dois componentes: um, de US\$ 4 milhões através de um contrato de empréstimo tradicional da CII e uma provisão de US\$ 2 milhões que será representada por um empréstimo em consórcio de aproximadamente US\$ 50 milhões, com a participação de diversos bancos e instituições financeiras internacionais. Em ambos os casos, os fundos da CII serão usados para disponibilizar financiamento de longo prazo a empresas de pequeno e médio porte no Equador, para financiar atividades comerciais, capital de giro e empréstimos de médio ou longo prazo para modernização ou expansão. Estima-se que os empréstimos concedidos como repasse dos recursos da CII variem entre US\$ 100.000 e US\$ 500.000, de modo que entre vinte e vinte e cinco empresas equatorianas de médio porte orientadas para a exportação venham a beneficiar-se da operação.

A CII é uma das poucas instituições multilaterais que trabalham no sentido de promover a conscientização ambiental, os programas de proteção ambiental e conformidade com regulamentos trabalhistas e de proteção ao trabalhador por intermédio de treinamento a instituições financeiras a que concede fundos. Havia representantes do Banco de Guayaquil participando do curso de gestão de risco ambiental da CII e o banco, no novo contrato de empréstimo, compromete-se a monitorar a conformidade das empresas beneficiárias com regulamentos e normas domésticas e interna-



cionais sobre proteção ambiental, direito do trabalho e segurança do trabalhador.

Envases del Litoral S. A. (ENLIT)

Empréstimo: Máximo de US\$ 3 milhões

A pesca e o agronegócio geram postos de trabalho e receitas de exportação para o Equador. Estes setores dependem da existência de um setor de embalagens desenvolvido e confiável.

A Enlit fabrica latas para embalagem de alimentos para consumo humano e fins industriais. Exporta 87% de sua produção, na maior parte indiretamente, através de vendas a exportadores locais. A empresa vai usar os recursos do empréstimo da CII para expandir a capacidade de produção e aumentar a eficiência, com a aquisição de duas linhas de produção de latas, bem como com outras máquinas e equipamentos. Também vai comprar um forno de secagem que vai reduzir o consumo de gás e as emissões da fábrica. Parte dos fundos vai ser usada para amortizar empréstimos a médio e longo prazo, com o objetivo de melhorar a liquidez da Enlit. Essa medida vai ajudar a consolidar a posição da empresa como um dos mais importantes elos da cadeia de exportação.

Plásticos del Litoral, Plastlit S. A.

Empréstimo: Máximo de US\$ 3,5 milhões

O agronegócio e a produção de alimentos são dois importantes setores da economia do Equador e o setor de embalagens fornece a ambos um produto intermediário essencial. A Plastlit fabrica embalagens descartáveis, bem como embalagens flexíveis para os setores industrial e de produtos alimentícios e exporta a maior parte de sua produção para outros países latino-americanos. A empresa é um importante empregador na área de Guayaquil e praticamente todos os seus funcionários são operários especializados.

As matérias-primas usadas no processo industrial da Plastlit estão em conformidade com as normas para embalagem de alimentos estabelecidas pela Food and Drug Administration dos EUA. Praticamente, todo o plástico refugado pela fábrica é reciclado.

A Plastlit vai usar os recursos do empréstimo da CII para expandir a capacidade de

produção, adquirindo equipamentos mais modernos que, além de serem mais eficientes, vão economizar matéria-prima e eletricidade, dessa forma aumentando a margem operacional da empresa. A Plastlit vai refinar seu passivo a médio prazo, para melhorar a liquidez.

México

Financiera Compartamos, S. A. de C. V. SOFOL

Empréstimo: Máximo de 220 milhões de pesos mexicanos

A Financiera Compartamos, atualmente Banco Compartamos, é a maior instituição de microfinanciamento do México e uma das mais importantes da região. Tem mais de 450.000 clientes e 143 agências em 27 estados do México. A Compartamos concede empréstimos com valor médio de US\$ 427 a microempresas e a grupos de solidariedade feminina em todo o México. Obteve reconhecimento internacional, incluindo o prêmio de transparência financeira concedido pelo Consultative Group to Assist the Poor.

O empréstimo a médio prazo da CII vai permitir que a Compartamos faça uso de financiamentos a médio prazo denominados em pesos, dando aos investidores a confiança para participar do setor de microfinanciamento por intermédio de uma empresa que já provou sua viabilidade. O empréstimo também vai dar apoio às atividades de crédito da empresa, à medida que se expande geograficamente e diversifica suas fontes de financiamento em moeda local. A CII, dessa maneira, vai promover a criação de empregos e o desenvolvimento de microempresas nos setores que tenham menores oportunidades de acesso ao crédito comercial, especialmente às mulheres de negócios em áreas rurais. Espera-se que o financiamento da CII permita conceder cerca de 500.000 empréstimos durante toda a vida da operação.

Hospital ABC

Empréstimo: Máximo de US\$ 10 milhões

O empréstimo da CII vai permitir que o American British Cowdray Medical Center (Hospital ABC), uma instituição de saúde privada sem fins lucrativos, expanda suas instalações e construa duas novas clínicas, com serviços especializados de oncologia e saúde materno infantil, assim preenchendo uma lacuna significativa no setor de saúde mexicano.



Monex Financiera, S. A. de C. V. SOFOL

Empréstimo: US\$ 2 milhões

As instituições financeiras de objeto limitado, ou SOFOL (sociedades financieras de objeto limitado) foram criadas no México com o objetivo de prestar serviços a um segmento de mercado que tinha sido sempre negligenciado pelos bancos comerciais. Como acontece na maioria dos países da região, no México, a disponibilidade de financiamento em condições apropriadas para empresas de pequeno e médio porte é limitada.

O empréstimo da CII vai permitir à Monex oferecer financiamento de capital de giro a importadores de pequeno e médio porte nos setores de indústria, construção civil e serviços, financiando a parcela não segurada dos empréstimos de curto prazo concedidos pelo programa de seguro do Ex-Im Bank, conhecido como Financial Institutions Buyer Credit Policy. Os recursos dos empréstimos podem ser usados em operações de trade finance por intermédio de operações de financiamento dentro do programa de garantia de empréstimos a médio prazo do Ex-Im Bank ou de seu programa de seguro de médio prazo.

Os financiamentos de capital de giro a curto prazo concedidos com os recursos do empréstimo da CII devem ter valores entre US\$ 50.000 e US\$ 200.000. As operações de trade finance a longo prazo terão valores que variarão entre US\$ 200.000 e US\$ 500.000. Ao todo, mais de quarenta empresas mexicanas de pequeno e médio porte serão beneficiadas.

Universidad Autónoma de Guadalajara

Empréstimo: US\$ 6 milhões

A Universidad Autónoma de Guadalajara, A. C. (UAG) é um colégio e universidade sem fins lucrativos do setor privado que funciona há setenta anos. A UAG tem uma faculdade de medicina e um hospital-escola que têm desempenhado um importante papel no treinamento de médicos e enfermeiras no México. Embora mais de 80% do corpo discente da UAG sejam mexicanos, a instituição também atrai alunos de países de todo o mundo e mantém programas de permuta educacional e afiliações com universidades em plano mundial.

O empréstimo da CII vai permitir que a UAG modernize suas instalações e estenda o alcance do sistema de assistência médica local a uma população em Guadalajara onde predomina a classe média baixa. O projeto da UAG dará apoio a treinamento de profissionais da área médica e protegerá 500 empregos diretos. Este projeto do setor privado para a expansão da capacidade do hospital pode servir como modelo alternativo para a prestação de serviços de saúde, sem drenar o orçamento público.

Paraguai

Banco Regional, S. A.

Empréstimo: Máximo de US\$ 1 milhão

O Banco Regional S.A é um banco de propriedade exclusiva de investidores paraguaios e atende a região sudeste do país, trabalhando principalmente com agricultores e agronegócios nessa área-chave do país. O empréstimo vai dar ao Banco Regional acesso a financiamentos de médio prazo, que são praticamente inexistentes no setor financeiro paraguaio, a despeito do grau muito alto de liquidez do sistema. As empresas de pequeno e médio porte que recebem financiamento do Banco Regional não vão precisar financiar seus projetos de médio e longo prazo com empréstimos a curto prazo. Umas trinta dessas empresas devem ser bene-

ficiadas com empréstimos cujo valor vai variar entre US\$ 30.000 e US\$ 50.000. A canalização de financiamentos a médio prazo para os clientes de pequeno e médio porte do Banco Regional vai ter um efeito demonstrativo e encorajar outras instituições financeiras a aumentar seus empréstimos ao mesmo segmento.

Este é o segundo empréstimo direto da CII ao Banco Regional. Um empréstimo aprovado em 2003 foi colocado com agronegócios e agricultores na forma de repasses, cujo valor mínimo chegou a US\$ 13.000. Em 2005, a CII aprovou um programa de co-financiamento com o Banco Regional, que demonstrou sua capacidade para atuar como veículo confiável para que a CII atinja os pequenos agricultores no Paraguai.

Bowfluvial, S. A. de Navegación

Empréstimo: Máximo de US\$ 3 milhões

A Bowfluvial, S. A. de Navegación (Bowfluvial) é uma empresa paraguaia do setor de transportes e armazenagem concentrada na prestação de serviços de fretes fluviais na hidrovía Paraguay-Paraná, que corre 3.442 quilômetros entre Porto Cáceres, no Brasil, e Puerto de Nueva Palmira, no Uruguai.

O empréstimo da CII vai permitir que a Bowfluvial, pela primeira vez, obtenha um financiamento com prazo superior a cinco anos, o que vai substancialmente melhorar a estrutura financeira da empresa. Com os recursos do empréstimo, a Bowfluvial vai modificar e reparar aproximadamente quinze barcas, aumentando sua capacidade de carga de 1.500 toneladas para 2.500, assim aumentando sua capacidade de carga total em até 15.000 toneladas. Essa modificação vai aumentar a eficiência operacional da frota de barcas da empresa e, portanto, aumentar seus lucros. Esse aumento na eficiência operacional vai abreviar os prazos de entrega para os exportadores dos agronegócios na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai, e possibilitar o embarque de volumes maiores de produtos agrícolas para portos estrangeiros. Assim, os produtores que usam a hidrovía para transporte vão se tornar mais competitiva no nível internacional e devem aumentar sua receita de divisas.

O projeto vai ter um impacto ambiental positivo porque o transporte fluvial é um dos menos poluentes entre todos.

Financiera El Comercio S. A. E. C. A.

Empréstimo: Máximo de US\$ 1 milhão

A Financiera El Comercio é uma das maiores e mais antigas financeiras do Paraguai. Estas instituições desempenham muitas das atividades de um banco, e estão sujeitas ao mesmo tipo de regulamentação, mas não podem participar de transações internacionais nem aceitar depósitos à vista. A Financiera El Comercio opera ativamente com empresas de pequeno e médio porte e com microempresas, além de focalizar principalmente o setor rural. A instituição tem dezoito agências espalhadas pelo Paraguai.

O empréstimo da CII vai ajudar a Financiera El Comercio a obter o financiamento necessário para expandir suas operações e conceder empréstimos a empresas de pequeno e médio porte no Paraguai para a compra de máquinas e equipamentos. Os valores permitidos vão de US\$ 20.000 a US\$ 40.000, com um máximo de US\$ 80.000 por cliente. A transação é o fruto dos esforços da CII em duas áreas-chave: ajudar as instituições financeiras a obter o financiamento a médio prazo necessário, com direcionamento para as empresas de pequeno e médio porte que exigem esse tipo de financiamento para suas necessidades produtivas. Espera-se que entre vinte e cinco e cinquenta pequenas e médias empresas sejam beneficiadas por essa operação.

Peru

Banco de Crédito del Perú, S. A.

Empréstimo subordinado: 100 milhões de nuevos soles

Esta operação em moeda local – a segunda da CII – envolve a emissão de obrigações no mercado financeiro local para obter financiamento em moeda local a ser repassado a instituições financeiras no Peru. Uma dessas instituições é o Banco de Crédito del Perú, S. A. (BCP), que espera ter a maioria dos seus empréstimos concedidos a microempresas e a empresas de

pequeno e médio porte dentro de quatro ou cinco anos.

No momento, há no Peru mais de três milhões de microempresas e de empresas de pequeno porte, somente 29% das quais trabalham com o setor bancário formal. Uma das principais metas do BCP é trazer essas empresas para o sistema bancário. Para isso, vai ter de desdolarizar sua carteira, de modo a reduzir seu risco de câmbio, porque a maior parte das pequenas empresas não gera moeda estrangeira. O sistema bancário peruano tem um forte grau de dolarização, porque as fontes de captação em moeda local são limitadas.

O empréstimo em moeda local concedido pela Corporação vai contribuir para a desdolarização da carteira do BCP, porque a própria Corporação procura replicar o sucesso de sua primeira operação em moeda local (levada a cabo na Colômbia em 2005). A operação vai introduzir no Peru uma série de novos instrumentos financeiros e permitir que o BCP aumente o apoio que dá às microempresas e empresas de pequeno e médio porte peruanas com produtos e serviços especiais.

A operação vai ter um impacto positivo sobre o mercado de capitais do país, que atualmente tem altos graus de liquidez e poucos emissores. Vai permitir aos investidores contar em suas carteiras com um instrumento novo, que não foi emitido pelo governo e que tem uma alta classificação de crédito.

Será a primeira vez no Peru que uma instituição financeira internacional capta fundos em moeda local no mercado de capitais local, com a intenção de financiar empréstimos subordinados em moeda local. Até agora, todos os recursos de obrigações em moeda local emitidas por instituições multilaterais no Peru sempre foram objeto de swaps por dólares.

Essa operação pode ser replicada em outros países da região, tanto por outras instituições multilaterais como por outras instituições financeiras internacionais que operem no Peru.

Banco Interamericano de Finanzas

Empréstimo: US\$ 5 milhões

O Banco Interamericano de Finanzas (BIF) é um intermediário financeiro que oferece uma

ampla gama de serviços para empresas de médio porte e para a população do Peru em geral. Faz parte do Grupo Ignacio Fierro, um grupo empresarial espanhol com presença em diversos países latino-americanos, incluindo Peru, Equador, Guatemala e Venezuela, bem como Curaçao.

A CII aprovou seu terceiro empréstimo ao BIF como parte do Programa de Instituições Financeiras. Os recursos do empréstimo devem ser usados para atender as necessidades financeiras de longo e médio prazo das empresas peruanas de pequeno e médio porte com acesso limitado a esse tipo de financiamento em condições adequadas. O BIF vai oferecer repasses com valor médio de US\$ 425.000, a empresas peruanas de pequeno e médio porte nos setores de exportação, comércio, transportes, comunicações e serviços. Entre dez e quinze dessas empresas devem se beneficiar desses repasses, que serão usados para adquirir bens de capital e permitir aos beneficiários aumentar sua competitividade e eficiência.

BBVA Banco Continental, S. A.

Empréstimo: US\$ 40 milhões

O BBVA Banco Continental, S. A. é um banco múltiplo que, juntamente com suas subsidiárias, faz parte do Grupo Continental. O núcleo de seus negócios é a intermediação financeira, com três grandes linhas: banco de varejo, banco corporativo e institucional e banco de atacado em escala mundial.

O empréstimo da CII vai permitir ao Banco Continental, S. A. financiar operações de médio e longo prazo para empresas de pequeno e médio porte nos setores de exportação, comércio, transportes, comunicações e serviços. Essas empresas vão utilizar os recursos do empréstimo para financiar capital de giro ou para a compra ou mesmo arrendamento de imobilizado. Os repasses serão denominados em dólares dos Estados Unidos ou indexados à sua taxa de câmbio e terão o valor máximo de US\$ 1 milhão (com a maioria ficando entre US\$ 20.000 e US\$ 180.000). Cerca de 400 empresas de pequeno e médio porte devem ser beneficiadas pela operação.

A operação faz parte do Programa de Instituições Financeiras da CII, que busca atingir a meta da Declaração de Nuevo León de triplicar, até 2007, os financiamentos canalizados pelo grupo do BID a microempresas e empresas de pequeno e médio porte na América Latina e no Caribe.

Pesquera Diamante, S. A.

Empréstimo: Máximo de US\$ 8 milhões

A Pesquera Diamante, S. A. é uma empresa com integração vertical, que captura espécies hidrobiológicas, com que produz farinha de peixe e óleo de peixe para exportação. Está procurando aumentar sua participação de mercado e cortar custos, melhorando a eficiência de captura com sua própria frota e prevenindo paradas de produção desnecessárias. A empresa vai usar o empréstimo da CII para refinar as dívidas a curto prazo que fez para adquirir cinco barcos de pesca, financiar a construção

de mais um barco e quitar pequenos saldos de arrendamentos operacionais. Essa operação vai melhorar o fluxo de caixa e a flexibilidade financeira da empresa e lhe permitir crescer com equilíbrio em um mercado competitivo. Cada pesqueiro gera entre quinze e vinte postos de trabalho diretos.

Esta é a segunda transação da CII com a Pesquera Diamante. O financiamento concedido em 1994 foi utilizado para a construção de uma instalação de processamento de farinha de peixe e foi quitado em 2004. A empresa está reinvestindo seus lucros, continuamente modernizando sua tecnologia e padronizando os procedimentos em todas as unidades. Esse trabalho tem resultado em certificações de boas práticas de produção, práticas de produção, análise de perigos e pontos críticos de controle (conhecida pela sigla inglesa HACCP) e ISO 9000.

Demonstrações Financeiras

Nota

As demonstrações financeiras da Corporação Interamericana de Investimentos foram traduzidas para o português a partir dos textos em inglês e espanhol. Essas demonstrações financeiras em inglês e espanhol foram analisadas por auditores independentes da Corporação. O relatório dos auditores sobre a análise efetuada, bem como o respectivo parecer, encontram-se nas versões em inglês e espanhol do Relatório Anual.

Balanço patrimonial

US\$ milhares (exceto dados sobre ações)	31 de dezembro	
	2006	2005
ATIVOS		
Disponibilidades	\$ 69.451	\$ 49.407
Títulos e valores mobiliários		
Carteira de curto prazo	95.735	158.362
Títulos mantidos até o vencimento	95.021	—
Investimentos		
Empréstimos concedidos	619.390	432.307
Menos: Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	(39.933)	(47.743)
	579.457	384.564
Participações societárias	67.423	68.962
Total dos investimentos	646.880	453.526
Recebíveis e outros ativos	32.774	14.703
Total do ativo	\$ 939.861	\$ 675.998
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Contas a pagar e outras obrigações	\$ 9.222	\$ 10.195
Juros e taxas de compromisso a pagar	1.504	835
Captações e dívidas de longo prazo	342.229	195.668
Total do passivo	352.955	206.700
Capital social		
Autorizado: 70.370 ações (valor nominal de US\$ 10.000)		
Ações subscritas: 70.370 e 70.069 ações, respectivamente (valor nominal US\$ 10.000)	703.700	700.690
Menos: subscrições a integralizar	(135.640)	(199.789)
	568.060	500.901
Lucros retidos/(déficit acumulado)	7.806	(31.603)
Outros resultados abrangentes acumulados	11.040	—
Total do patrimônio líquido	586.906	469.298
Total do passivo e do patrimônio líquido	\$ 939.861	\$ 675.998

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado e lucros retidos/ (déficit acumulado)

US\$ milhares	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2006	2005
RECEITAS		
Receita de empréstimos	\$ 39.871	\$ 22.293
Juros	1.297	1.001
Comissões de abertura de crédito	165	417
Taxas de compromisso	372	415
Outras receitas de empréstimos	41.705	24.126
Participações societárias		
Ganhos na venda de participações societárias	8.197	370
Variações no valor das participações societárias	5.560	3.399
Dividendos e distribuições	1.427	1.864
Outras receitas de participações societárias	637	176
	15.821	5.809
Títulos e valores mobiliários	9.963	5.315
Serviços de consultoria, co-financiamentos e outras receitas	4.401	4.319
Total das receitas	71.890	39.569
Despesas com captações e dívidas de longo prazo	14.234	5.185
Total das receitas, líquido de despesas de juros	57.656	34.384
PROVISÕES (CRÉDITO) PARA PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E GARANTIAS	(1.571)	3.530
DESPESAS OPERACIONAIS		
Administrativas	19.081	18.672
(Ganhos)/perdas em transações em moedas estrangeiras, líquido	(92)	35
Outras despesas	730	66
Total das despesas operacionais	19.719	18.773
LUCRO ANTES DO RESULTADO LÍQUIDO A REALIZAR SOBRE OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	39.508	12.081
(Perda) ganho sobre instrumentos derivativos não relacionados a operações de curto prazo (relacionados com captações)	(99)	1.654
LUCRO LÍQUIDO	39.409	13.735
DÉFICIT ACUMULADO ATÉ 1 de JANEIRO	(31.603)	(45.338)
LUCROS RETIDOS/(DÉFICIT ACUMULADO) EM 31 DE DEZEMBRO	\$ 7.806	\$ (31.603)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

US\$ milhares	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2006	2005
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Desembolsos dos empréstimos concedidos	\$ (283.247)	\$ (183.469)
Desembolsos relativos a participações societárias	(4.735)	(4.184)
Amortização de empréstimos	88.660	89.255
Títulos e valores mobiliários		
Compras	(768.253)	(558.722)
Vendas, vencimentos e amortizações	734.924	448.553
Vendas de participações societárias	20.031	9.207
Despesas de capital	(290)	(309)
Produto da recuperação de ativos	3.292	2.829
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	\$ (209.618)	\$ (196.840)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Entrada de captações, líquida	145.238	50.000
Produto da emissão de títulos	—	65.925
Subscrição de capital	67.159	57.051
Caixa líquido gerado por atividades de financiamento	\$ 212.397	\$ 172.976
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Receita Líquida	39.409	13.735
Ajustes para conciliar resultado líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Ganhos de capital realizados na venda de participações societárias	(8.197)	(370)
Variação nos recebíveis e em outros ativos	(5.869)	(2.451)
Variações no valor contábil de participações societárias	(5.560)	(3.399)
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa e garantias	(1.571)	3.530
Variação nos ativos líquidos dos planos de pensões e de benefícios do PBPA	(1.201)	—
Perdas/(ganhos) a realizar em títulos e valores mobiliários	946	(1.936)
Recuperação de participações societárias	(637)	(173)
Variações nas contas a pagar e em outras obrigações	(373)	2.081
Perdas/(ganhos) a realizar em operações com derivativos exceto curto prazo	55	(1.552)
Prejuízo líquido na venda de ativos recuperados	—	66
Outros, líquido	261	263
	(22.146)	(3.941)
Caixa líquido gerado por atividades operacionais	\$ 17.263	\$ 9.794
EFEITO LÍQUIDO DA VARIAÇÃO DAS TAXAS DE CâMBIO SOBRE AS DISPONIBILIDADES	2	(35)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES	20.044	(14.105)
DISPONIBILIDADES EM 1 DE JANEIRO	49.407	63.512
DISPONIBILIDADES EM 31 DE DEZEMBRO	\$ 69.451	\$ 49.407
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:		
Juros pagos durante o exercício	\$ 13.364	\$ 4.135

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

Objetivo

A Corporação Interamericana de Investimentos (a Corporação), uma organização multilateral, foi criada em 1986 e iniciou suas atividades em 1989, com a missão de promover o desenvolvimento econômico dos países membros latino-americanos e caribenhos, financiando empresas de pequeno e médio porte. A Corporação, juntamente com investidores privados, cumpre essa missão, concedendo empréstimos e adquirindo participações societárias onde não há capital privado suficiente oferecido em condições razoáveis. A Corporação exerce também a função de catalisadora, mobilizando financiamento adicional para projetos junto a outros investidores e mutuantes, por meio de co-financiamento ou formação de consórcios de empréstimos, garantia de colocação e prestação de garantias. Além de financiar projetos e mobilizar recursos, presta serviços de consultoria financeira e técnica a clientes. A Corporação obtém seu capital de seus países membros, opera principalmente em dólares norte-americanos e limita suas atividades operacionais a seus vinte e seis países membros regionais. A Corporação é membro do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Grupo do BID), que inclui, além do próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN).

1. Apresentação das demonstrações financeiras

As políticas de contabilidade e apresentação das demonstrações financeiras da Corporação se enquadram nos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (U.S. GAAP).

Algumas reclassificações foram feitas nas demonstrações financeiras do exercício anterior para adequá-las à apresentação do exercício atual.

Em setembro de 2006, o Comitê de Normas de Contabilidade Financeira dos Estados Unidos (o FASB) divulgou a Exposição de Normas de Contabilidade Financeira (SFAS) 158, *Contabilização, por parte do empregador, de planos de pensões com benefícios definidos e outros planos de benefícios pós-aposentadoria*, determinando que as empresas que têm um plano empresarial de pensões exclusivo com benefícios definidos, bem como planos de saúde e de outros benefícios concedidos a aposentados, reconheçam integralmente, em suas demonstrações financeiras, um ativo, para a posição de sobrecapitalização dos planos, ou uma obrigação, para a posição de subcapitalização, na conta de Resultados abrangentes e apurem a posição financeira dos planos (ou seja, a diferença entre os ativos e as obrigações dos planos) no encerramento do exercício. A Corporação adotou a norma SFAS 158 em 2006. Dessa forma, o Balanço Patrimonial a que se referem estas Notas explicativas inclui a posição de sobrecapitalização dos planos de pensões e de benefícios pós-aposentadoria, em 31 de dezembro de 2006. Para o Plano de Pensões, as informações divulgadas em alguns anos anteriores foram alteradas, para refletir apenas a participação proporcional da Corporação nesse plano e para adaptá-las à atual apresentação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

O efeito de aumento da aplicação da norma SFAS 158 em rubricas individuais no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2006 é o seguinte:

	Antes da aplicação da SFAS 158	Diferença	Após a aplicação da SFAS 158
Ativos líquidos dos Planos de benefícios de Pensões e do PBPA	\$ 1.201	\$ 11.040	\$ 12.241
Recebíveis e outros ativos	21.734	11.040	32.774
Outras Receitas/Outros resultados abrangentes acumulados	—	11.040	11.040
Total do patrimônio líquido	575.866	11.040	586.906

O efeito incremental de US\$ 11.040 sobre Outros resultados abrangentes acumulados é demonstrado como ajuste ao saldo final. Portanto, não é publicada uma Demonstração de resultado abrangente, pois não há itens de resultado abrangente para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2005.

2. Resumo das principais políticas contábeis

Uso de estimativas – A elaboração das demonstrações financeiras exige que a administração formule estimativas e premissas que afetam os valores declarados do ativo e do passivo, as informações sobre ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores declarados das receitas e despesas do exercício. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. A administração exerceu, em grau considerável, seu próprio julgamento na determinação da adequação da provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa e garantias, bem como na apuração do valor justo das participações societárias e das operações com derivativos, do custo do benefício periódico líquido dos planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria, e do valor presente das obrigações dos benefícios. As operações da Corporação estão sujeitas a riscos e incertezas a elas inerentes. Alterações nas condições econômicas podem ter efeitos negativos sobre a situação patrimonial e financeira da Corporação.

Disponibilidades – Os títulos de alta liquidez em carteira com vencimento original de até três meses são considerados disponibilidades.

Títulos e valores mobiliários – Dentro de sua estratégia geral de administração de carteiras, a Corporação investe em títulos de governos e entidades governamentais, depósitos a prazo, *commercial paper* e em títulos lastreados por ativos, de acordo com as políticas de prazo e risco de crédito da instituição. Os títulos de governos e de entidades governamentais incluem bônus, notas, letras e outras obrigações de renda fixa, com elevada classificação de crédito, emitidos ou garantidos incondicionalmente pelos governos dos países ou outras entidades oficiais, entre as quais órgãos governamentais. Os títulos da carteira da Corporação são classificados de acordo com a intenção da administração na data de sua aquisição e são contabilizados na data de sua negociação. A carteira da Corporação classificada como “para negociação” inclui títulos adquiridos e mantidos com a finalidade de venda em futuro próximo. Esses títulos são contabilizados pelo valor justo, com os ganhos e perdas a realizar lançados como Receita de títulos e valores mobiliários. Os títulos de renda fixa classificados como “mantidos até o vencimento” representam títulos que a Corporação tem capacidade e intenção de manter em carteira até os seus respectivos vencimentos, e são contabilizados ao custo de amortização. Todos os demais títulos, se houver, são classificados como “disponíveis para venda” e conta-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

bilizados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas líquidos a realizar incluídos na rubrica Outros resultados abrangentes acumulados. Os juros e dividendos, a amortização de prêmios e o acréscimo de descontos são registrados em Receita de títulos e valores mobiliários.

Empréstimos e participações societárias – Os compromissos relacionados com empréstimos e participações societárias são criados na data de assinatura do respectivo contrato e contabilizados como ativos quando desembolsados. Os empréstimos são contabilizados pelo valor do saldo a amortizar, ajustado pela provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa. É praxe da Corporação obter garantias, como hipotecas ou avais de terceiros, ou outras. As participações societárias, que incluem investimentos diretos e investimentos em sociedades de responsabilidade limitada (LLPs), são inicialmente contabilizados ao valor de custo. Os investimentos diretos em participações societárias e certos investimentos em participações societárias para os quais a Corporação mantém contas de participação específica, em empresas nas quais não exerce influência significativa, são contabilizados pelo valor de custo deduzido de suas possíveis desvalorizações. Os investimentos da Corporação em sociedades nas quais a Corporação exerce influência significativa são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos em sociedades de responsabilidade limitada (LLPs) são contabilizados pelo método patrimonial, salvo quando a participação da Corporação for considerada de menor importância.

O valor contábil dos empréstimos e participações societárias é examinado periodicamente e, se necessário, ajustado por sua possível desvalorização. A Corporação considera um empréstimo prejudicado, quando, baseada em dados disponíveis e em ocorrências atuais, acredita que exista uma probabilidade de não vir a receber todos os montantes devidos nos termos do contrato de empréstimo. Os investimentos em participações societárias são examinados para determinar se estão prejudicados, ao menos uma vez ao ano, com base nas mais recentes informações financeiras e em outros documentos e estudos disponíveis. Essas análises são muito subjetivas e se baseiam em informações financeiras relevantes, entre outros elementos. Também são levadas em consideração as tendências históricas do setor do emissor, o desempenho histórico das ações e a intenção da Corporação de manter o investimento durante um prazo maior. Quando se identifica uma desvalorização considerada não temporária, seu valor é deduzido do investimento e o valor resultante passa a ser a nova base de custo do investimento. As eventuais recuperações de valor somente geram reversões de desvalorização quando o investimento é vendido.

Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa – A Corporação reconhece a redução do valor da carteira no Balanço Patrimonial por meio de uma provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa, com atualizações mensais, que aumentam ou reduzem a provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa. As baixas e eventuais recuperações posteriores são lançadas na conta de provisão. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é mantida em um nível considerado adequado pela administração para absorver as perdas estimadas na carteira de empréstimos. O julgamento da administração baseia-se na classificação de risco e no desempenho de cada empréstimo, na conjuntura econômica, e em outros fatores considerados significativos pela administração.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa reflete as estimativas de perdas prováveis já identificadas e daquelas inerentes à carteira, mas não especificamente

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

identificáveis. A apuração de perdas prováveis identificadas representa o melhor julgamento da administração sobre a classificação de crédito do mutuário e é feita mediante a análise periódica de cada empréstimo. Essa estimativa leva em conta todos os dados disponíveis, incluindo, conforme cabível, o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados descontados na data de entrada em vigência do contrato de empréstimo, o valor justo da garantia deduzido de custos de alienação, bem como outros dados de mercado observados. Dado o objetivo da Corporação, não existe, em geral, um valor de mercado secundário. A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa atribuída ao restante da carteira é determinada através de um processo que estima a perda provável inerente à carteira, com base em diversas análises. Essas análises baseiam-se em experiências do passado e em informações de mercado disponíveis e incluem risco país, risco de correlação ou contágio de perdas entre mercados, descumprimento das garantias e de outras formas de co-obrigação por parte de patrocinadores, bem como demonstrações financeiras elaboradas de acordo com princípios contábeis diferentes daqueles geralmente aceitos nos Estados Unidos.

Reconhecimento de receitas originárias de empréstimos – Os juros e comissões, exceto as comissões de abertura de crédito, são contabilizados como receitas no exercício em que são auferidos. A Corporação não reconhece receitas de empréstimos cuja possibilidade de recebimento seja considerada duvidosa ou, em geral, quando o pagamento de juros ou principal estiver atrasado há mais de 90 dias. Os juros devidos e não recebidos sobre um empréstimo classificado como de recebimento duvidoso são estornados da receita e somente voltam a ser reconhecidos como receita quando recebidos e a administração concluir que o mutuário demonstra capacidade de efetuar pagamentos periódicos de juros e do principal. Os juros não reconhecidos anteriormente, mas capitalizados como parte de uma renegociação de dívida, são contabilizados como receita diferida, sendo creditados ao resultado somente quando o principal correspondente é recebido. Esses juros capitalizados são levados em conta no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa no Balanço Patrimonial.

As comissões de abertura de crédito e os custos diretos adicionais referentes à originação de investimentos via empréstimos não são diferidos e amortizados ao longo do prazo do empréstimo, porque as comissões de abertura de crédito servem unicamente para reembolsar a Corporação pelo custo de originação do empréstimo. As eventuais diferenças entre as taxas de originação de empréstimo não restituíveis e os custos de originação de empréstimo são consideradas irrelevantes para as demonstrações financeiras.

Reconhecimento de receitas em investimentos em participações societárias – Os dividendos e distribuições de lucros provenientes de investimentos em forma de participações societárias, contabilizados segundo o método de custo menos redução de valor, são registrados como receita quando essas distribuições são declaradas. Os ganhos de capital na venda ou resgate de investimentos acionários são registrados como receita quando realizados. Alguns investimentos acionários, quando a recuperação do capital investido é incerta, são contabilizados pelo método de recuperação de custos, de tal modo que os recursos recebidos são lançados primeiramente à recuperação do capital investido e posteriormente a ganhos de capital.

Garantias – A Corporação oferece garantias de crédito de obrigações de terceiros, no sistema de compartilhamento de riscos, por empréstimos tomados ou valores mobiliários emitidos, em apoio a projetos localizados em um país membro para aprimorar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

sua situação de crédito e permitir a realização de uma ampla gama de operações comerciais. Essas garantias financeiras são compromissos assumidos pela Corporação para garantir a adimplência de pagamento de um mutuário para com um terceiro. A política da Corporação de exigir garantias com relação a esses instrumentos e os tipos de garantias exigidas normalmente são os mesmos que os exigidos para empréstimos. As garantias são consideradas constituídas, quando a Corporação assina o contrato de garantia; vigentes, quando a correspondente obrigação financeira do terceiro é incorrida; e pagáveis, quando o cumprimento da obrigação é exigido da Corporação, com base na garantia. As garantias envolvem duas responsabilidades: (1) promessa de honrar o compromisso e (2) obrigação contingente de efetuar futuros pagamentos. A promessa de honrar o compromisso é reconhecida na data da assunção do compromisso, a menos que exista um passivo contingente nessa ocasião, ou que se preveja sua existência no curto prazo, e é contabilizada pelo valor justo. O passivo contingente relativo à garantia financeira é reconhecido quando existe a probabilidade de a garantia vir a ser exigida e o valor da garantia puder ser razoavelmente estimado. Os eventuais passivos relativos às obrigações exigíveis e contingentes referentes a garantias são incluídos em Outras obrigações. A contrapartida é a remuneração recebida ou a receber, sendo a última registrada em Outros ativos no Balanço Patrimonial. Quando a garantia é exigida, o valor desembolsado é registrado como empréstimo, sendo constituídas provisões específicas com base na estimativa da provável perda. Essas reservas são incluídas na Provisão para perdas em Outras obrigações. As comissões cobradas por prestação de garantia, que normalmente abrangem comissões iniciais e as cobradas no decorrer do período, são levadas ao resultado quando a Corporação é liberada do risco, por ocasião do término ou liquidação da garantia.

Atividades de administração de risco: Derivativos não especulativos – A

Corporação realiza operações com determinados derivativos para fins de administração do risco financeiro. A Corporação controla sua exposição a alterações das taxas de juros mediante o uso de produtos financeiros derivativos, que incluem *swaps* de taxas de juros e posições em opções de compra (i.e. caps de taxas de juros). Os derivativos modificam as características das taxas de juros da operação correspondente, de modo a produzir os juros desejados. A Corporação não utiliza derivativos para fins de especulação.

A Corporação cumpre as exigências de contabilização de derivativos da norma SFAS 133 *Contabilização de instrumentos derivativos e de atividades de hedge com sua redação atual*. De acordo com a norma SFAS 133, os derivativos são reconhecidos no Balanço Patrimonial pelo valor justo e classificados como ativos ou passivos, conforme sua natureza e o montante do seu valor justo líquido. A Corporação optou por não definir as operações de *hedge* qualificadas. Dessa forma, todas as variações no valor justo dos derivativos relativos a captações são reconhecidas na conta de Efeitos de instrumentos derivativos não especulativos (relativos a captações), sem qualquer contrapartida por despesas de juros sobre as captações que foram objeto de *hedge*.

Despesas diferidas – Os custos referentes à emissão de títulos de dívida e de outros instrumentos financeiros são diferidos e amortizados ao longo do prazo da correspondente dívida, pelo método linear, o que resulta em custos semelhantes aos que seriam aplicados se fosse utilizado o método dos juros efetivos.

Ativo fixo – A Corporação contabiliza o ativo fixo pelo custo menos as depreciações e amortizações acumuladas. A depreciação e a amortização são reconhecidas pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, que varia de três a sete anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

Operações em moedas estrangeiras – Os ativos e passivos expressos em moedas diferentes do dólar norte-americano (dólares dos Estados Unidos, USD ou US\$), com exceção dos investimentos em participações societárias desembolsados, são traduzidos para seu equivalente em dólares norte-americanos usando as taxas do mercado de câmbio a vista do encerramento do exercício. Os investimentos em participações societárias são expressos em dólares norte-americanos à taxa de câmbio vigente na data do desembolso. As receitas e despesas são traduzidas mensalmente por valores que se aproximam da média ponderada das taxas de câmbio, sendo os respectivos ganhos e perdas levados ao resultado.

Valor justo dos instrumentos financeiros – A norma SFAS 107, *Divulgação do valor justo dos instrumentos financeiros*, determina que as entidades divulguem informações sobre o valor justo estimado de seus instrumentos financeiros, independentemente de os referidos valores serem ou não reconhecidos no Balanço Patrimonial.

Como não é viável estimar o valor justo de muitos de seus instrumentos financeiros, a Corporação, de acordo com a SFAS 107, fornece outras informações relativas à estimativa do valor justo, como valor contábil, taxa de juros e vencimento.

Para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros da Corporação, a administração usou os seguintes métodos e premissas:

Disponibilidades: O valor contabilizado no Balanço Patrimonial se aproxima do valor justo.

Títulos e valores mobiliários: O valor justo dos investimentos em títulos baseia-se nos preços cotados no mercado na data do Balanço Patrimonial.

Empréstimos: Além de conceder financiamentos a certas instituições financeiras por meio de contratos que aprimoram o desenvolvimento econômico, a Corporação concede financiamentos sob medida a empresas de pequeno e médio porte que operam em países membros em desenvolvimento. Para esse tipo de empréstimo, não existe um mercado secundário comparável. Com relação à maioria dos empréstimos e compromissos correspondentes, a administração considera que, devido à natureza singular das operações de crédito da Corporação e à falta de um mercado secundário consolidado, é inviável, no momento, estimar o valor justo da carteira de empréstimos.

Investimentos em participações societárias: A Corporação adquire participações no capital social de pequenas e médias empresas privadas da América Latina e do Caribe. Na maioria dos casos, não se dispõe de preços de mercado e outros métodos de avaliação requerem um considerável grau de julgamento. O valor escritural dos investimentos em participações societárias contabilizados ao custo menos desvalorização totalizava US\$ 36.505 em 31 de dezembro de 2006. Para as sociedades de responsabilidade limitada (LLPs) contabilizadas pelo método patrimonial, o valor escritural se aproxima do valor justo. Em 31 de dezembro de 2006, o valor justo dos investimentos em sociedades de responsabilidade limitada contabilizados ao custo menos reduções de valor totalizava US\$ 19.799 (em 31 de dezembro de 2006 o valor escritural desses investimentos era de US\$ 14.761).

Captações e dívida de longo prazo: O valor justo estimado das captações e da dívida de longo prazo está na Nota 7.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

Impostos – A Corporação, seus bens, outros ativos e receitas, bem como as operações e transações que realiza em conformidade com o *Convênio constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos* e suas alterações, são totalmente isentos de impostos e de direitos alfandegários.

Novas normas de contabilidade e de informações financeiras – Em setembro de 2006, o FASB publicou a norma SFAS 158, *Contabilização, por parte do empregador, dos planos de pensões com benefícios definidos e de outros benefícios pós-aposentadoria, emendas das Normas FASB 87, 88, 106 e 132(R)*. Essa norma melhora o método de contabilização dos planos de benefícios definidos pós-aposentadoria, determinando que o empregador reconheça as posições de sobrecapitalização ou subcapitalização do plano como ativo ou passivo em suas demonstrações financeiras; reconheça as variações na capitalização do plano no ano em que elas ocorrerem, na conta Resultados abrangente; apure a situação de capitalização do plano na data de suas demonstrações financeiras; e preste informações adicionais, nas notas explicativas às demonstrações financeiras, sobre certos efeitos sobre o custo do benefício periódico líquido no exercício social seguinte, oriundos do reconhecimento atrasado dos ganhos e perdas atuariais, custos ou créditos de serviços anteriores e ativos ou obrigações de transição. Um empregador que não tenha ações cotadas em bolsas de valores deve reconhecer a posição de financiamento de um plano pós-aposentadoria com benefícios definidos e fornecer as informações exigidas no encerramento do exercício social encerrado após 15 de junho de 2007. A exigência de apurar o valor dos ativos do plano e das obrigações por benefícios nas demonstrações financeiras na data do encerramento do exercício social do empregador começa a vigorar para os exercícios sociais que se encerram após 15 de dezembro de 2008. A Corporação adotou essa norma no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006. Os efeitos da adoção dessa norma estão divulgadas nas Notas 1 e 14.

Em setembro de 2006, o FASB publicou a norma SFAS 157, *Apuração do valor justo*. As principais alterações à prática atual, introduzidas pela nova norma, referem-se à definição do valor justo, aos métodos utilizados para apurá-lo e às informações adicionais sobre as apurações do referido valor. Essa norma começa a vigorar para as demonstrações financeiras preparadas para os exercícios sociais que começam após 15 de novembro de 2007 e para os períodos intermediários dentro desses exercícios sociais. A administração considera que a adoção da norma não terá impactos significativos na posição financeira ou nos resultados das operações da Corporação.

Em janeiro de 2006, o FASB divulgou uma minuta da Proposta de normas de contabilidade financeira, *Opção pelo valor justo para ativos e passivos financeiros, incluindo uma alteração à exposição do FASB nº 115*. Essa proposta cria uma opção pelo valor justo, pela qual uma entidade poderá escolher, irrevogavelmente, para cada contrato individual, o valor justo como medição inicial e posterior para determinados ativos e passivos financeiros, com as variações do valor justo sendo contabilizadas como receitas, na medida em que forem ocorrendo. A adoção da norma proposta é exigida para o início do primeiro exercício social da entidade que se iniciar após 15 de dezembro de 2006. Até a data da adoção inicial, a entidade poderá escolher a opção do valor justo para qualquer ativo ou passivo financeiro existente, no âmbito da norma proposta. A administração considera que a adoção da norma não terá impactos significativos na posição patrimonial e financeira ou nos resultados das operações da Corporação.

Em maio de 2005, o FASB baixou a norma SFAS 154, *Alterações na contabilização e correção de erros*. Essa nova norma substituiu o Parecer 20 da Junta de Princípios Contábeis (APB), *Mudanças Contábeis* (APB 20), e a norma do FASB 3, *Informações sobre*

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

mudanças contábeis em demonstrações financeiras para períodos intermediários. Entre outras alterações, a norma SFAS 154 determina a aplicação retroativa de uma mudança voluntária de princípio contábil a todas as demonstrações financeiras dos exercícios anteriores, usando o novo princípio contábil, a menos que tal procedimento seja inviável. A nova norma entra em vigor para mudanças e correção de erros contábeis em exercícios iniciados após 15 de dezembro de 2005. A adoção das disposições da SFAS 154 não teve efeito relevante sobre os resultados das operações ou sobre a posição patrimonial e financeira e a liquidez da Corporação.

Adicionalmente, durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, o FASB emitiu e/ou aprovou diversas posições da equipe do FASB, Notas do grupo de trabalho de questões emergentes, bem como outras orientações interpretativas relacionadas às Normas de contabilidade financeira e pareceres do APB. A Corporação analisou e incorporou as novas diretrizes, conforme cabível, sem impacto relevante sobre sua situação financeira ou sobre os resultados de suas operações.

3. Títulos e valores mobiliários

A composição da receita líquida de Títulos e valores mobiliários é a seguinte:

US\$ milhares	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2006	2005
Receita de juros	\$ 6.068	\$ 1.866
Ganhos realizados, líquido	4.841	1.513
Varição líquida nas (perdas)/ ganhos a realizar	(946)	1.936
	\$ 9.963	\$ 5.315

A composição dos títulos e valores mobiliários mantidos para negociação contabilizados ao valor de mercado é a seguinte:

US\$ milhares	31 de dezembro	
	2006	2005
Fundos de investimentos	\$ 66.859	\$ —
Títulos privados	24.871	154.352
Títulos lastreados em ativos	4.005	4.010
	\$ 95.735	\$ 158.362

O custo amortizado dos títulos mantidos até o vencimento é o seguinte:

US\$ milhares	31 de dezembro	
	2006	2005
Obrigações de governos e de entidades governamentais	\$ 70.021	\$ —
Títulos privados	25.000	—
	\$ 95.021	\$ —

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

O cronograma de vencimentos dos títulos mantidos até o vencimento é o seguinte:

US\$ milhares	31 de dezembro	
	2006	2005
Abaixo de doze meses	\$ 19.987	\$ —
De doze a vinte e quatro meses	19.970	—
Acima de vinte e quatro meses	55.064	—
	\$ 95.021	\$ —

O valor justo dos títulos mantidos até o vencimento é o seguinte:

US\$ milhares	31 de dezembro de 2006		
	Custo amortizado	Ganhos/ (perdas) a realizar	Valor justo
Obrigações de governos e de entidades governamentais	\$ 70.021	\$ 186	\$ 70.207
Títulos privados	25.000	(29)	24.971
	\$ 95.021	\$ 157	\$ 95.178

4. Investimentos via empréstimos e participações societárias

A Corporação monitora suas carteiras ativas de empréstimos e de investimentos societários no tocante à concentração geográfica do risco de crédito. Uma das maiores exposições da Corporação é denominada Regional e compreende primordialmente fundos de investimentos em ações de empresas privadas de diversos países. Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, os países que apresentavam a maior exposição de crédito para a Corporação eram Colômbia, Brasil e Chile. Em 31 de dezembro de 2006, o saldo dos empréstimos em moeda local totalizava US\$ 87.229 (os empréstimos em moeda local totalizavam US\$ 65.668, em 31 de dezembro de 2005).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

A distribuição da carteira ativa por país e por setor é a seguinte:

US\$ milhares	31 de dezembro					
	2006			2005		
	Empréstimos	Participações societárias	Total	Empréstimos	Participações societárias	Total
Colômbia	\$ 120.847	\$ 429	\$ 121.276	\$ 91.068	\$ 771	\$ 91.839
Brasil	110.240	—	110.240	82.280	2.764	85.044
Chile	63.052	14.968	78.020	29.100	12.970	42.070
Regional	36.199	41.622	77.821	30.984	42.794	73.778
México	59.836	8.789	68.625	19.030	8.323	27.353
Peru	68.341	—	68.341	20.481	—	20.481
Equador	37.025	—	37.025	25.381	—	25.381
El Salvador	24.000	—	24.000	10.957	—	10.957
Costa Rica	16.099	—	16.099	17.720	—	17.720
Uruguai	14.755	265	15.020	20.140	250	20.390
Nicarágua	14.269	—	14.269	17.327	—	17.327
Argentina	13.407	612	14.019	20.032	612	20.644
Paraguai	10.500	—	10.500	4.887	—	4.887
Honduras	10.340	—	10.340	12.279	—	12.279
Venezuela	5.988	—	5.988	11.558	—	11.558
República Dominicana	5.000	—	5.000	—	—	—
Bolívia	4.326	—	4.326	9.326	—	9.326
Panamá	3.189	—	3.189	6.602	—	6.602
Jamaica	1.977	—	1.977	2.532	—	2.532
Trinidad e Tobago	—	598	598	159	478	637
Guiana	—	140	140	—	—	—
Guatemala	—	—	—	464	—	464
	\$ 619.390	\$ 67.423	\$ 686.813	\$ 432.307	\$ 68.962	\$ 501.269
Serviços financeiros	\$ 443.314	\$ 21.745	\$ 465.059	\$ 245.057	\$ 19.831	\$ 264.888
Agricultura e agronegócio	47.673	—	47.673	47.492	—	47.492
Fundos de investimentos	—	45.678	45.678	—	49.131	49.131
Aquicultura e pesca	21.880	—	21.880	20.352	—	20.352
Produtos químicos e plásticos	19.442	—	19.442	12.726	—	12.726
Serviços públicos e infra-estrutura	18.022	—	18.022	17.330	—	17.330
Educação	12.142	—	12.142	13.939	—	13.939
Madeira, celulose e papel	11.280	—	11.280	12.642	—	12.642
Pecuária e avicultura	8.586	—	8.586	11.358	—	11.358
Alimentos, engarrafamento e bebidas	7.489	—	7.489	9.371	—	9.371
Zonas de processamento industrial	6.480	—	6.480	7.818	—	7.818
Turismo e hotelaria	5.419	—	5.419	7.441	—	7.441
Manufatura em geral	5.260	—	5.260	10.174	—	10.174
Transporte e armazenamento	4.054	—	4.054	3.903	—	3.903
Têxteis, vestuário e couro	3.326	—	3.326	4.457	—	4.457
Petróleo e mineração	3.273	—	3.273	3.818	—	3.818
Saúde	120	—	120	—	—	—
Serviços não financeiros	—	—	—	4.429	—	4.429
Outros	1.630	—	1.630	—	—	—
	\$ 619.390	\$ 67.423	\$ 686.813	\$ 432.307	\$ 68.962	\$ 501.269

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

Os empréstimos e investimentos em participações societárias compromissados, mas ainda não desembolsados (líquidos de cancelamentos), estão resumidos abaixo:

US\$ milhares	31 de dezembro	
	2006	2005
Empréstimos	\$ 26.721	\$ 50.441
Participações societárias	10.961	15.083
	\$ 37.682	\$ 65.524

Os empréstimos concedidos pela Corporação auferem juros baseados em taxas fixas e variáveis. A carteira de empréstimos com taxas de juros fixas montava a US\$ 150.631 em 31 de dezembro de 2006 (US\$ 76.185 em 31 de dezembro de 2005).

Os empréstimos sobre os quais o reconhecimento de juros por regime de competência foi interrompido totalizavam US\$ 28.704 em 31 de dezembro de 2006 (US\$ 51.085 em 31 de dezembro de 2005). As receitas de juros a reconhecer sobre empréstimos contabilizados em regime de caixa no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 somavam US\$ 1.594 (US\$ 2.499 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005). Os juros recebidos de empréstimos sobre os quais se deixou de contabilizar juros pelo regime de competência no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 somavam US\$ 1.995 (US\$ 2.227 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005).

O cronograma dos vencimentos dos empréstimos concedidos pela Corporação está resumido abaixo:

US\$ milhares	31 de dezembro			
	2006		2005	
	Saldo a amortizar	Rendimento médio	Saldo a amortizar	Rendimento médio
Até 1 ano	\$ 88.229	8,17%	\$ 88.632	7,72%
De um a cinco anos	459.555	7,65%	315.657	7,57%
De cinco anos até dez anos	71.606	6,98%	28.018	7,08%
	\$ 619.390		\$ 432.307	

As aplicações da Corporação em empréstimos cujo valor se encontra prejudicado montavam a US\$ 9.342 em 31 de dezembro de 2006 (US\$ 32.815 em 31 de dezembro de 2005). O investimento médio registrado nesses empréstimos, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, era de US\$ 21.079 (US\$ 32.676 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

As variações na provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa e garantias encontram-se resumidas abaixo:

US\$ milhares	31 de dezembro				
	2006			2005	
	Empréstimos	Garantias	Total	Empréstimos	Total
Saldo no início do exercício	\$ 47.743	\$ —	\$ 47.743	\$ 45.466	\$ 45.466
Baixas, valor líquido	(8.827)	(2)	(8.829)	(3.660)	(3.660)
Recuperações	2.655	—	2.655	2.486	2.486
(Crédito)/Provisão para perdas	(1.609)	38	(1.571)	3.530	3.530
Outros	(29)	—	(29)	(79)	(79)
Saldo no encerramento do exercício	\$ 39.933	\$ 36	\$ 39.969	\$ 47.743	\$ 47.743

5. Recebíveis e outros ativos

Os recebíveis e outros ativos estão resumidos abaixo:

US\$ milhares	31 de dezembro	
	2006	2005
Outros Ativos Circulantes:		
Juros a receber sobre empréstimos concedidos	\$ 6.251	\$ 4.012
Juros a receber sobre títulos e valores mobiliários	1.625	13
Outros recebíveis circulantes	1.156	627
	9.032	4.652
Outros ativos de longo prazo:		
Ativos líquidos de planos de pensões e do PBPA	12.241	—
Juros a receber sobre empréstimos	6.174	3.929
Valores a receber na venda de ações, líquidos	2.220	2.632
Outros ativos de longo prazo	3.107	3.490
	23.742	10.051
Total de recebíveis e outros ativos	\$ 32.774	\$ 14.703

Os ativos líquidos dos planos de pensões e do PBPA incluem os efeitos incrementais líquidos da aplicação da norma SFAS 158 (somente no ano de adoção da norma). Ver Nota 1.

Juros a receber de longo prazo sobre empréstimos incluem os juros auferidos em empréstimos cujos montantes serão recebidos no vencimento ou no cancelamento do empréstimo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

6. Contas a pagar e outros passivos

As Contas a pagar e outros passivos estão resumidos abaixo:

US\$ milhares	31 de dezembro	
	2006	2005
Benefícios a funcionários, a pagar	\$ 2.743	\$ 2.492
Receitas diferidas	2.519	2.674
Contribuições de capital recebidas antecipadamente	1.681	3.363
Contas a pagar	775	883
Contas a pagar a outras entidades do Grupo do BID	349	386
Outras obrigações e outras receitas diferidas	1.155	399
Total das contas a pagar e outros passivos	\$ 9.222	\$ 10.197

7. Captações e dívida de longo prazo

As linhas de crédito e os saldos das captações correspondentes são os seguintes:

US\$ milhares	31 de dezembro			
	2006		2005	
Contratos de crédito	Linha	Saldos	Linha	Saldos
BID, a vencer em novembro de 2010 (data alterada)	\$ 300.000	—	\$ 300.000	—
Caja Madrid, a vencer em outubro de 2007	50.000	—	50.000	—
Caja Madrid, a vencer em dezembro de 2012 (data e valor alterados)	100.000	—	50.000	—
Rabobank, a vencer em dezembro de 2009	50.000	—	—	—
Caja Madrid, a vencer em janeiro de 2011	50.000	50.000	50.000	50.000
Caja Madrid, a vencer em março de 2015	50.000	50.000	50.000	50.000
Caixa Geral de Portugal, a vencer em fevereiro de 2012	25.000	25.000	—	—
Natexis, a vencer em dezembro de 2012	50.000	50.000	—	—
Shinkin, a vencer em dezembro de 2009	30.000	30.000	30.000	30.000
Caixa Geral de Portugal, a vencer em junho de 2011	50.000	50.000	—	—
BBVA Bancomer, a vencer em junho de 2009	20.229	20.229	—	—
		\$ 275.229		\$ 130.000

Durante o exercício de 2006, a Corporação formalizou cinco novos contratos de captação totalizando o montante líquido de US\$ 143.238, incluindo 220 milhões de pesos mexicanos, para financiar as atividades ordinárias da Corporação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

Outras dívidas de longo prazo incluem a emissão de obrigações em moeda local, conforme indicado abaixo:

US\$ milhares	31 de dezembro			
	2006		2005	
Obrigações emitidas / moeda	Valor	Custo médio ponderado	Valor	Custo médio ponderado
Pesos colombianos (A vencer em dezembro de 2010)	\$ 67.000	6,21%	\$ 65.668	6,51%
	\$ 67.000	6,21%	\$ 65.668	6,51%

Os saldos das captações da Corporação em 31 de dezembro de 2006 correspondem a linhas de crédito a prazo e crédito rotativo. As captações no âmbito da linha de crédito do BID vencem no prazo de quinze anos após o respectivo desembolso e podem ser renovados. A linha de crédito do BID foi renovada em 2005, permitindo à Corporação captar até US\$ 300.000 até novembro de 2010.

Em 14 de dezembro de 2005, a Corporação emitiu títulos em moeda local, remunerados à taxa de Certificado de Depósito (DTF) + 0,42% (Série A) e à variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) + 1,62% (Série C), no valor de 150 bilhões de pesos colombianos (equivalentes a cerca de US\$ 65.925 à taxa de câmbio do mercado à vista da data de emissão), antes dos custos de *underwriting* e de outros custos de emissão e com vencimento em 2010. Esses recursos foram destinados, em sua totalidade, a financiamentos a pequenas e médias empresas da Colômbia. Os juros sobre os títulos são devidos trimestralmente e no vencimento. Os títulos são negociáveis na Bolsa de Valores da Colômbia. Esses títulos constituem obrigações sem garantia da Corporação, tendo os mesmos direitos de preferência de pagamento que todos os títulos de dívida atuais e futuros, incluindo reivindicações de outros credores gerais. As notas não podem ser resgatadas antes do vencimento e os contratos não contêm cláusulas restritivas.

Os juros sobre as captações são calculados a taxas fixas e variáveis fixadas na data de efetivação de cada captação ou na data de repactuação de juros. O custo médio ponderado das captações da Corporação, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, foi de 5,38% (4,07% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005). O custo médio ponderado das captações e da dívida de longo prazo da Corporação, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, era de 5,53% (4,89% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005).

O valor justo estimado da linha de crédito da Caja à taxa de juros fixa é de US\$ 48.617 e o valor justo estimado dos títulos emitidos, de US\$ 66.971. Os valores contabilizados para as demais captações se aproximam de seus respectivos valores justos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

O cronograma de vencimentos das captações e títulos, por tipo de dívida, é o seguinte:

US\$ milhares	2009	2010	2011	Até 2015
Captações	\$ 50.229	\$ —	\$ 100.000	\$ 125.000
Títulos emitidos	—	67.000	—	—
	\$ 50.229	\$ 67.000	\$ 100.000	\$ 125.000

8. Capital

O capital social autorizado da Corporação foi aumentado em US\$ 500 milhões, para um total de US\$ 703,7 milhões, mediante uma resolução aprovada em 1999. A resolução alocou US\$ 500 milhões para subscrição pelos países membros durante o prazo de subscrição. Em 22 de março de 2000, foi atingido o número mínimo de subscrições necessário para efetivar a resolução de aumento de capital. Os países membros concordaram em pagar suas subscrições em oito parcelas iguais, a última delas a ser paga em 31 de outubro de 2007. A Corporação emite apenas ações integrais com valor nominal de US\$ 10 (dez mil dólares norte-americanos). Os pagamentos antecipados ou fracionários das ações são acumulados e as respectivas ações serão emitidas de acordo com o cronograma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

O quadro a seguir relaciona o capital subscrito, as subscrições de capital a integralizar e as ações fracionárias ou antecipadas pendentes de emissão:

31 de dezembro

	TOTAL Capital social subscrito		Subscrições a receber de membros	Pagamentos por conta de subscrições pendentes
	Nº de ações	Valor		
		US\$ milhares	US\$ milhares	
Alemanha	1.334	\$ 13.340	\$ 885	\$ —
Argentina	7.767	77.670	34.000	—
Áustria	345	3.450	307	—
Bahamas	144	1.440	126	—
Barbados	101	1.010	89	—
Bélgica	169	1.690	205	—
Belize	101	1.010	355	—
Bolívia	624	6.240	546	—
Brasil	7.767	77.670	6.800	—
Chile	2.003	20.030	1.641	1.641
Colômbia	2.003	20.030	1.641	—
República da Coréia	110	1.100	—	—
Costa Rica	204	2.040	1.100	—
Dinamarca	1.071	10.710	951	—
Equador	420	4.200	367	—
El Salvador	314	3.140	2.200	—
Espanha	2.393	23.930	2.209	9
Estados Unidos	17.600	176.000	51.348	—
Finlândia	393	3.930	477	—
França	2.162	21.620	1.920	—
Guatemala	420	4.200	368	—
Guiana	120	1.200	105	—
Haiti	314	3.140	1.925	—
Honduras	314	3.140	275	—
Israel	173	1.730	154	—
Itália	2.162	21.620	3.840	—
Jamaica	420	4.200	368	—
Japão	2.393	23.930	2.209	—
México	5.000	50.000	4.377	31
Nicarágua	314	3.140	1.925	—
Noruega	393	3.930	477	—
Países Baixos	1.071	10.710	951	—
Panamá	314	3.140	550	—
Paraguai	314	3.140	1.760	—
Peru	2.003	20.030	1.980	—
Portugal	182	1.820	221	—
República Dominicana	420	4.200	367	—
Suécia	393	3.930	477	—
Suíça	1.071	10.710	951	—
Suriname	101	1.010	89	—
Trindade e Tobago	314	3.140	550	—
Uruguai	828	8.280	725	—
Venezuela	4.311	43.110	3.829	—
Total 2006	70.370	\$ 703.700	\$ 135.640	\$ 1.681
Total 2005	70.069	\$ 700.690	\$ 199.789	\$ 3.363

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

9. Derivativos

Em 2005, a Corporação firmou um contrato de captação estruturado e certos instrumentos derivativos. A finalidade dessa transação era reduzir o custo total da operação como parte da estratégia de gestão de risco e financiamento da Corporação.

Como resultado das variações no valor justo, o efeito das operações não especulativas de derivativos na Demonstração do Resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 foi de US\$ 99. Os ganhos a realizar serão apropriados ao longo de todo o prazo da captação, gerando os pagamentos de juros desejados (i.e. LIBOR acrescida de uma margem).

10. Garantias

Até 31 de dezembro de 2006, a Corporação havia recebido avisos de inadimplência no montante de US\$ 2 desde o início do programa de garantia de empréstimos (nenhum aviso havia sido recebido até dezembro de 2005). O valor potencial máximo de pagamentos futuros, que representa o valor referencial das possíveis perdas no âmbito das garantias, se houvesse total inadimplência das partes garantidas, sem levar em conta possíveis recuperações em função de cláusulas de direito a regresso, ou garantias detidas ou caucionadas, montou a US\$ 4.366 em 31 de dezembro de 2006 (US\$ 725 em 31 de dezembro de 2005). Aproximadamente, US\$ 1.295 desse montante corresponde a garantias prestadas em moedas diferentes do dólar norte-americano (US\$ 725 em 31 de dezembro de 2005). Esses montantes não têm nenhuma relação com as perdas previstas com essas garantias e superam, em muito, essas perdas. Ver Nota 4 para alterações na Provisão para perdas com garantias.

11. Contingências

Na condução normal de seus negócios, a Corporação é ré, co-ré, ou parte em diversas questões litigiosas resultantes ou típicas das atividades às quais se dedica. Na opinião da administração da Corporação, o desfecho desses processos judiciais provavelmente não afetaria negativamente de modo relevante a posição financeira da Corporação, porém, se os referidos processos envolverem responsabilidade pecuniária, podem ser relevantes para o resultado operacional da Corporação para um determinado exercício.

Durante 2006, a Corporação firmou alguns acordos para resolver uma questão litigiosa que muito provavelmente exigirá o pagamento de aproximadamente US\$ 700. A despesa correspondente foi incluída em Outras despesas na Demonstração do Resultado.

12. Participações

A Corporação mobiliza recursos de bancos comerciais e outras instituições financeiras (Participantes), através de participações em empréstimos sem direito de regresso. A Corporação administra e faz a gestão dessas participações em nome dos Participantes. Os valores desembolsados e a amortizar das participações em empréstimos não são incluídos no Balanço Patrimonial da Corporação.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, a Corporação solicitou e desembolsou US\$ 139.899 de recursos de Participantes (US\$ 94.984 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005). Os recursos comprometidos por Participantes não desembolsados somavam US\$ 6.150 em 31 de dezembro de 2006 (US\$ 21.000, em 31 de dezembro de 2005).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

13. Transações com partes relacionadas

O BID presta à Corporação alguns serviços administrativos e gerais em áreas em que pode prestá-los eficientemente a ambas as instituições. A Corporação e o BID têm um contrato relativo ao aluguel de escritórios, que vencerá em 2013.

A Corporação pagou os seguintes valores ao BID, a título de utilização de escritórios e outros serviços de apoio administrativo:

US\$ milhares	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2006	2005
Utilização de escritórios (sede e outros)	\$ 1.615	\$ 1.570
Serviços de apoio	538	515
Outros serviços do BID	150	175
	\$ 2.303	\$ 2.260

Os pagamentos previstos referentes ao atual contrato de aluguel com o BID são:

US\$ milhares	2007	2008	2009–2013
Utilização de escritórios (sede)	\$ 1.580	\$ 1.627	\$ 8.897
	\$ 1.580	\$ 1.627	\$ 8.897

As contas a pagar ao BID totalizavam US\$ 349 em 31 de dezembro de 2006 (US\$ 386 em 31 de dezembro de 2005).

Em 2006 e 2005, não havia saldos pendentes a serem pagos ao BID no âmbito de um contrato de empréstimo em vigor (ver Nota 7).

A Corporação tem contratos para a prestação de serviços de assessoria ao BID, pelos quais foram contabilizadas receitas de US\$ 150 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 (no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 foram contabilizadas US\$ 275).

14. Planos de pensões e de benefícios pós-aposentadoria

O BID patrocina um plano com benefícios definidos (Plano de Pensões) que cobre praticamente todos os funcionários locais e internacionais da Corporação e do BID. De acordo com as disposições do Plano de Pensões, os benefícios baseiam-se em anos de serviço e remuneração média. Os funcionários contribuem com uma porcentagem fixa da remuneração e a Corporação e o BID arcam com o restante do custo, apurado atuarialmente, dos benefícios futuros do Plano. Toda e qualquer contribuição ao Plano de Pensões é irrevogável e mantida separadamente em fundos de aposentadoria destinados unicamente ao pagamento dos benefícios do Plano.

A Corporação também proporciona assistência médica e outros benefícios a aposentados. Todos os funcionários atuais que participam do Plano de Pensões enquanto estiverem no serviço ativo e que satisfazem determinados requisitos têm direito aos benefícios do Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria (PBPA). Os aposentados contribuem para o programa de assistência médica com base em uma tabela de prêmios. A Corporação contribui com o restante do custo, apurado atuarialmente, dos futuros benefícios de saúde e outros. Embora todas as contribuições e todos os outros ativos e receita do PBPA sejam de propriedade da Corporação, são mantidos e administrados

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

separadamente dos demais bens e ativos da Corporação, para a finalidade exclusiva de pagamento dos benefícios do PBPA.

Considerando que tanto o BID como a Corporação participam do Plano de Pensões e do PBPA, cada empregador apresenta somente a parte que lhe corresponde nos planos. Os dados abaixo refletem a parcela de custo e os ativos e obrigações dos planos e do PBPA que correspondem à Corporação. Com relação ao Plano de Pensões, algumas informações prestadas em demonstrações financeiras anteriores foram emendadas, para refletir somente a parcela correspondente da Corporação nesses planos e para conciliá-los com as informações atuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

Obrigações e posição de financiamento

A Corporação utiliza a data de 31 de dezembro para a apuração do Plano de Pensões e do PBPA. A tabela a seguir apresenta resumidamente as variações nas obrigações dos benefícios e nos ativos dos planos, bem como a posição de financiamento dos Planos de Pensões e do PBPA e os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

US\$ milhares	Benefícios de pensões		Benefícios pós-aposentadoria	
	2006	2005 (*)	2006	2005
Conciliação das obrigações por benefícios				
Obrigações em 1 de janeiro	\$ 33.440	\$ 27.234	\$ 13.813	\$ 11.676
Custo de serviços	1.751	1.777	1.010	982
Custo de juros	1.894	1.630	738	676
Contribuição dos participantes	622	541	—	—
Perdas/(Ganhos) atuariais	1.282	2.561	(72)	540
Pagamento de benefícios	(610)	(303)	(133)	(61)
Obrigações em 31 de dezembro	<u>38.379</u>	<u>33.440</u>	<u>15.356</u>	<u>13.813</u>
Conciliação do valor justo dos ativos dos planos				
Valor justo dos ativos dos planos em 1 de janeiro	39.561	34.531	16.603	14.337
Retorno efetivo sobre os ativos	5.448	3.980	2.419	1.666
Pagamento de benefícios	(610)	(303)	(133)	(61)
Contribuição dos participantes	622	541	—	—
Contribuição do empregador	1.027	812	1.039	661
Valor justo dos ativos dos planos em 31 de dezembro	<u>46.048</u>	<u>39.561</u>	<u>19.928</u>	<u>16.603</u>
Posição de financiamento				
Posição de financiamento em 31 de dezembro	7.669	6.121	4.572	2.790
Demais ativos de transição a reconhecer, líquidos	—	—	—	1.575
Ganhos líquidos a reconhecer pela diferença entre a experiência e as premissas e mudanças das premissas	—	(4.662)	—	(4.733)
Custo de serviços anteriores a reconhecer	—	119	—	274
Ativos de benefícios pagos antecipadamente	<u>\$ 7.669</u>	<u>\$ 1.578</u>	<u>\$ 4.572</u>	<u>\$ (94)</u>
Valores reconhecidos no Balanço Patrimonial consistem em:				
Ativos de benefícios pós-aposentadoria	7.669	—	4.572	—
Custo dos benefícios pagos antecipadamente	—	1.578	—	(94)
Custo dos benefícios pagos antecipadamente a reconhecer	—	(1.578)	—	—
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	<u>\$ 7.669</u>	<u>\$ —</u>	<u>\$ 4.572</u>	<u>\$ (94)</u>
Valores lançados em outros resultados abrangentes acumulados consistem em:				
Ganho atuarial a reconhecer, líquido	(6.573)		(6.197)	
Custo de serviços anteriores a reconhecer	105		224	
Ativo líquido inicial a reconhecer	—		1.401	
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	<u>\$ (6.468)</u>		<u>\$ (4.572)</u>	

(*) No item Benefícios de Pensões, os valores informados para 2005 não foram auditados, tendo sido incluídos na tabela para fins de comparação. Ver Nota 1 para maiores detalhes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

A obrigação por benefícios acumulados atribuível à Corporação para o Plano de Pensões foi de US\$ 29.812 e US\$ 23.994, em 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2005, respectivamente.

Componentes do custo do benefício periódico líquido

O custo do benefício periódico líquido tem os seguintes componentes:

US\$ milhares	Benefícios de pensões		Benefícios pós-aposentadoria	
	Exercício encerrado em 31 de dezembro		Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2006	2005(*)	2006	2005
Custo de serviços	\$ 1.751	\$ 1.777	\$ 1.010	\$ 982
Custo de juros	1.894	1.630	738	676
Retorno esperado sobre os ativos dos planos	(2.255)	(2.060)	(955)	(848)
Amortização de:				
Obrigações e ativos de transição	—	—	174	174
Ganho atuarial a reconhecer, líquido	—	—	(72)	(55)
Custos de serviços anteriores	14	14	50	50
Custo do benefício periódico líquido	\$ 1.404	\$ 1.361	\$ 945	\$ 979

(*) No item Benefícios de Pensões, os valores informados para 2005 não foram auditados, tendo sido incluídos na tabela para fins de comparação. Ver Nota 1 para maiores detalhes.

Em 2005, a contribuição ao Plano de Pensões requerida da Corporação montava em US\$ 1.011. A diferença entre esse valor e os US\$ 1.361 aqui incluídos para fins de comparação foi aplicada contra o Custo de benefícios antecipados a reconhecer.

Alterações nos ativos dos planos e nas obrigações por benefícios reconhecidos em Outros resultados abrangentes acumulados

US\$ milhares	Benefícios de pensões		Benefícios pós-aposentadoria	
	Exercício encerrado em 31 de dezembro		Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2006	2005(*)	2006	2005
Ganho atuarial líquido	\$ 6.573	\$ —	\$ 6.197	\$ —
Custo de serviços anteriores	(105)	—	(224)	—
Obrigações iniciais líquidas a reconhecer	—	—	(1.401)	—
Total contabilizado em Outros resultados abrangentes acumulados	\$ 6.468	\$ —	\$ 4.572	\$ —

(*) No item Benefícios de Pensões, os valores informados para 2005 não foram auditados, tendo sido incluídos na tabela para fins de comparação. Ver Nota 1 para maiores detalhes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

O ganho atuarial líquido estimado, o custo de serviços anteriores e as obrigações líquidas iniciais para o Plano de Pensões e o PBPA a serem amortizados de Outros resultados abrangentes acumulados para o Custo do benefício periódico líquido durante 2007, montam em US\$ 14 líquidos para o Plano de Pensões e em US\$ 104 para o PBPA.

Premissas atuariais

As premissas atuariais usadas baseiam-se nas taxas de juros do mercado financeiro, na experiência e nas previsões da administração de mudanças futuras nos benefícios e nas condições econômicas. Qualquer alteração nessas premissas afetará os custos e as obrigações de benefícios futuros. Ocorrem ganhos e perdas atuariais, quando os resultados efetivos diferem dos resultados esperados. Os ganhos e perdas atuariais a reconhecer que ultrapassam 10% do que for maior, a obrigação de benefícios ou o valor de mercado dos ativos dos planos no início do período, são amortizados ao longo do período médio remanescente de serviços aos participantes ativos que deverão receber benefícios do Plano de Pensões e do PBPA, correspondentes a cerca de 10,8 e 11,5 anos, respectivamente.

A média ponderada das premissas usadas para calcular as obrigações pelos benefícios foi a seguinte:

	Benefícios de pensões		Benefícios pós-aposentadoria	
	2006	2005 (*)	2006	2005
<i>Média ponderada das premissas usadas para calcular a Obrigação por benefícios em 31 de dezembro</i>				
Taxa de desconto	6,00%	5,50%	6,00%	5,50%
Taxa do aumento da remuneração	6,00%	5,10%		

	Benefícios de pensões		Benefícios pós-aposentadoria	
	2006	2005 (*)	2006	2005
<i>Média ponderada das premissas usadas para calcular o Custo do benefício periódico líquido para os anos encerrados em 31 de dezembro</i>				
Taxa de desconto	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Retorno de longo prazo esperado sobre os ativos dos planos	6,75%	6,75%	6,75%	6,75%
Taxa de aumento da remuneração	5,10%	5,10%		

A taxa anual de retorno esperada para os ativos dos planos reflete a taxa histórica dos retornos das categorias de ativos utilizados pelos planos e a aplicação conservadora desses retornos na formulação das alocações de ativos contempladas na política de investimentos. As taxas de desconto utilizadas na apuração das obrigações pelos benefícios foram escolhidas levando-se em conta as taxas de final de ano dos títulos de empresas com classificação AAA e AA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

Para os participantes que devem se aposentar nos Estados Unidos, a obrigação acumulada dos benefícios pós-aposentadoria foi apurada usando-se as seguintes taxas de tendência dos custos de assistência à saúde:

	2006	2005
<i>Taxa de tendências dos custos de assistência à saúde prevista para o próximo ano</i>		
Médicos	8,00%	8,00%
Medicamentos	9,00%	9,50%
Dentários	6,50%	6,50%
Fora dos EUA (**)	8,00%	8,00%
<i>Taxa de tendências média ponderada dos custos de assistência à saúde para os anos encerrados em 31 de dezembro</i>		
Taxa de tendências dos custos de assistência à saúde prevista para o próximo ano	8,15%	8,30%
Taxa à qual se presume que a taxa de tendências de custos venha a se reduzir (taxa de tendência final)	5,00%	4,50%
Ano em que a taxa atinge a taxa menor de tendência final	2013	2013

(**) Refere-se a todos os serviços prestados aos participantes cuja aposentadoria ocorrerá presumivelmente fora dos Estados Unidos.

As taxas de tendências dos custos de assistência à saúde previstas têm efeito significativo sobre os valores informados para o PBPA. Uma variação de um ponto percentual nas taxas de tendências dos custos de assistência à saúde previstas teriam os seguintes efeitos:

	Aumento de um ponto percentual		Redução de um ponto percentual	
	Exercício encerrado em 31 de dezembro		Exercício encerrado em 31 de dezembro	
US\$ milhares	2006	2005	2006	2005
Efeito sobre o total dos componentes dos custos de serviços e juros	\$ 369	\$ 344	\$ (276)	\$ (258)
Efeito sobre as obrigações por benefícios pós-aposentadoria	2.415	2.179	(1.824)	(1.646)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

Ativos dos planos

A distribuição média ponderada das alocações de ativos dos Planos de Pensões e do PBPA, por categoria de ativos, é a seguinte:

	Benefícios de pensões		Benefícios pós-aposentadoria	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	2006	2005	2006	2005
<i>Categoria de ativos:</i>				
Ações de empresas dos Estados Unidos	35%	35%	40%	39%
Ações de empresas não dos Estados Unidos	26%	31%	31%	35%
Títulos e fundos de renda fixa	20%	20%	19%	17%
Títulos indexados à inflação dos Estados Unidos	6%	5%	9%	8%
Fundos de investimento imobiliário e ações	6%	6%	—	—
Futuros indexados a mercadorias	2%	3%	—	—
Outros	5%	—	1%	1%
Total	100%	100%	100%	100%

Os ativos do Plano de Pensões e do PBPA são administrados basicamente por gestores de investimento que são funcionários do BID, os quais recebem diretrizes de investimento que levam em conta as políticas de investimento do Plano de Pensões e do PBPA. As políticas de investimento foram concebidas de forma que os planos tenham, consistente com os retornos históricos, uma grande parcela de seus recursos alocados em ações, com expectativa de retorno suficiente para atender às necessidades de capitalização no longo prazo.

Os investimentos têm, em média, entre 60% e 70% aplicados em uma carteira de ações bem diversificada. Os ativos também são aplicados em títulos de renda fixa (20%), para proteger a carteira de uma forte desinflação, e em uma série de outros tipos de investimentos (10% a 15%) que, espera-se, reajam positivamente a uma aceleração inflacionária, para proteger a carteira da perda de poder de compra. A política de investimentos em 31 de dezembro de 2006 contempla as seguintes alocações:

	Plano de pensões	PBPA
Ações de empresas dos Estados Unidos	35%	40%
Ações de empresas não dos Estados Unidos	25%	30%
Renda fixa	20%	20%
Investimentos sensíveis à inflação (***)	15%	10%

(***) Compreendem títulos indexados à inflação dos Estados Unidos (5% – 15%), fundos de investimento imobiliário e ações (0% – 6%), futuros indexados a mercadorias (0 – 4%) para o Plano de Pensões e títulos indexados à inflação dos Estados Unidos (10%) para o PBPA.

A gestão de riscos é realizada através do monitoramento contínuo de cada categoria de ativos e de cada gestor de investimentos. Os investimentos são reajustados em função das alocações contempladas na política de investimentos, usando, na medida do possível, os fluxos de caixa. Se os fluxos de caixa forem insuficientes para manter os percentuais,

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos, exceto quando indicado)

são feitas transferências entre as contas dos gestores, pelo menos uma vez ao ano. Os gestores de investimento geralmente não podem investir mais de 5% de suas respectivas carteiras em títulos de um mesmo emissor, exceto quando o emissor for o Governo dos Estados Unidos. A utilização de derivativos por um gestor de investimentos precisa de aprovação específica para cada instrumento.

Fluxos de caixa

As contribuições da Corporação ao Plano de Pensões e ao PBPA em 2007 estão previstas em aproximadamente US\$ 900 e US\$ 1.031, respectivamente. Todas as contribuições são feitas em dinheiro.

Estimativa dos pagamentos de benefícios futuros

A tabela a seguir resume os pagamentos de benefícios, que refletem os serviços futuros esperados, conforme cabível, que devem ser pagos em cada um dos cinco próximos anos e agregadamente nos cinco anos subseqüentes. Esses valores baseiam-se nas mesmas premissas usadas para apurar a obrigação por benefícios em 31 de dezembro de 2006:

US\$ milhares	Plano de pensões	PBPA
<i>Pagamentos estimados de benefícios futuros</i>		
1 de janeiro de 2007 – 31 de dezembro de 2007	500	130
1 de janeiro de 2008 – 31 de dezembro de 2008	700	130
1 de janeiro de 2009 – 31 de dezembro de 2009	800	150
1 de janeiro de 2010 – 31 de dezembro de 2010	900	260
1 de janeiro de 2011 – 31 de dezembro de 2011	1.000	270
1 de janeiro de 2012 – 31 de dezembro de 2016	7.000	1.900

15. Administração de recursos externos

A Corporação administra recursos, em nome de doadores, que incluem membros e outras entidades, destinados a finalidades específicas, entre as quais co-financiamento de determinados projetos, estudos técnicos para mutuários, estudos relacionados a projetos e pesquisa e programas de treinamento. Esses recursos são mantidos em regime de fideicomisso pela Corporação, não se misturando com os recursos da Corporação, nem sendo incluídos em seus ativos. A Corporação recebe uma taxa de administração que, em geral, é uma porcentagem dos recursos recebidos.

Apêndices

América Latina e Caribe em 2006: Perspectiva econômica

Pelo terceiro ano consecutivo, as economias da América Latina e do Caribe registraram um crescimento econômico superior a 4%. A taxa de crescimento estimada do PIB em 2006 é 5,3%.¹ Esse desempenho é o resultado de um ambiente internacional que continua favorável e permitiu que as exportações de bens e serviços da região aumentassem em 8,4%. O aumento nos preços dos exportados levou a melhoras nos termos de comércio equivalente a mais de 7%. Além disso, o aumento nas remessas recebidas do exterior permitiu uma elevação da renda nacional de 7,2%.

A região beneficiou-se das baixas taxas de juros que aumentaram a confiança de investidores e consumidores e incentivaram a despesa pública. O aumento dos níveis de emprego gerou uma expansão da folha de pagamento que, por sua vez, aumentou a demanda interna em 7%. O investimento interno bruto aumentou em 10,5% e o consumo em 6%.

Em vários países, o aumento dos investimentos em infra-estrutura física e social foi resultante do aumento da despesa pública resultante do crescimento da receita fiscal. Esse crescimento permitiu aos governos centrais acumular um superávit primário equivalente a 2,2% do PIB em 2006, em comparação com 1,7% acumulado em 2005. Os déficits globais caíram de 1,1% para 0,3%.

Esse desempenho positivo, conjugado com o aumento das taxas de juros internacionais e do preço dos combustíveis, levou as autoridades monetárias de muitos países da região a aumentarem as taxas referenciais de juros. Mesmo assim, em razão da ampla liquidez, a atividade econômica não sofreu efeitos negativos. Além disso, a inflação caiu na maioria dos países, reduzindo-se de 6,1% em 2005 para 4,8% em 2006. As grandes entradas de divisas resultantes do crescimento das exportações e

remessas do exterior levaram a uma valorização média de 3,5% na maioria das moedas locais.

A melhora no saldo da balança comercial em grande parte compensou o aumento do déficit das contas de serviços. Como resultado, o superávit em conta corrente da balança de pagamentos aumentou de 1,5% do PIB em 2005 para 1,8% em 2006. Por outro lado, principalmente como resultado das políticas de redução da dívida externa, queda no investimento estrangeiro líquido e desenvolvimento de mercados financeiros domésticos, a região registrou superávits de conta corrente menores.

Como nos anos anteriores, persistem grandes diferenças de desempenho entre os países da região. Os países que exportam recursos naturais com alta demanda foram os principais beneficiários da alta nos preços dos produtos básicos. Para reduzir o impacto negativo de uma desaceleração na economia mundial, muitos países da região estão tomando medidas para reduzir sua vulnerabilidade. Essas medidas incluem a adoção de regimes de taxas de câmbio mais flexíveis, redução e alteração do perfil de sua dívida externa e fortalecimento das contas fiscais.

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, a expansão econômica da região em 2007 deverá desacelerar-se e o PIB crescer no ritmo de 4,7%. Esta taxa de crescimento deve permitir um ganho na produção cumulativa per capita da ordem de 15%, ou 2,8% ao ano durante o quinquênio 2003-2007.

A Corporação Interamericana de Investimentos continuará a apoiar o desenvolvimento econômico e social da região, proporcionando apoio financeiro ao setor privado da região e introduzindo mecanismos inovadores que aumentem o fluxo de recursos para seu mercado-alvo, as pequenas e médias empresas.

¹ Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas. *2006 Visão Global Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe*.

Governadores e Governadores Suplentes*

País	Governador	Governador Suplente
Alemanha	Karin Kortmann	Rolf Wenzel
Argentina	Felisa Josefina Miceli	Martin P. Redrado
Áustria	Karl-Heinz Grasser	Kurt Bayer
Bahamas	James H. Smith, CBE	Ruth Millar
Barbados	Mia Mottley	Grantley Smith
Bélgica	Didier Reynders	Franciscus Godts
Belize	Mark A. Espot	Carla Barnett
Bolívia	Luis Hernando Larrazábal Córdova	Luis Alberto Arce Catacora
Brasil	Paulo Bernardo Silva	José Carlos Rocha Miranda
Chile	Andrés Velasco	María Olivia Recart Herrera
Colômbia	Alberto Carrasquilla Barrera	Carolina Rentería Rodríguez
Coréia, República da	Okyu Kwon	Seongtae Lee
Costa Rica	Guillermo Zúñiga Chaves	Francisco de Paula Gutiérrez
Dinamarca	Ole E. Moesby	Gert Meinecke
El Salvador	Eduardo Zablah-Touché	William J. Handal
Equador	José Jouvín Vernaza	—
Espanha	Pedro Solbes Mira	David Vegara Figueras
Estados Unidos	Henry Paulson	—
Finlândia	Marjatta Rasi	Anneli Vuorinen
França	Thierry Breton	Xavier Musca
Guatemala	Hugo Eduardo Beteta Méndez-Ruiz	María Antonieta de Bonilla
Guiana	Bharrat Jagdeo	Ashni Singh
Haiti	Daniel Dorsainvil	Jean-Max Bellerive
Honduras	Rebeca P. Santos	Gabriela Núñez
Israel	Stanley Fisher	Oded Brook
Itália	Tommaso Padoa-Schioppa	Mario Draghi
Jamaica	Omar Davies, MP	Colin Bullock
Japão	Koji Omi	Toshihiko Fukui
México	Agustín Carstens	—
Nicarágua	Mario J. Flores	Mario Arana Sevilla
Noruega	Anne Margareth Fagertun Stenhammer	Henrik Harboe
Países Baixos	Gerrit Zalm	Agnes van Ardenne van der Hoeven
Panamá	Carlos A. Vallarino	Héctor Alexander
Paraguai	Ernst Ferdinand Bergen Schmidt	Jorge Luis Von Horoch Casamada
Peru	Luis Carranza Ugarte	José Berley Arista Arbildo
Portugal	Fernando Teixeira dos Santos	Carlos Costa Pina
República Dominicana	Héctor Valdez Albizu	Temístocles Montás
Suécia	Ruth Jacoby	Stefan Emblad
Suíça	Jörg Al. Reding	Roger Denzer
Suriname	Humphrey Stanley Hildenberg	Stanley B. Ramsaran
Trinidad e Tobago	Camille R. Robinson-Regis	Anthony Bartholomew
Uruguai	Danilo Astori	Carlos Viera
Venezuela	Nelson J. Merentes D.	Jorge Giordani

* Em dezembro de 2006.

Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes*

Argentina e Haiti	Eugenio Díaz-Bonilla Martín Bès
Alemanha, Áustria, Bélgica, Itália e Países Baixos	Pieter Moorrees Giorgio Leccesi
Bahamas, Barbados, Guiana, Jamaica, e Trinidad e Tobago	Jerry Christopher Butler Winston A. Cox
Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua	Hugo Noé Pino Nelly Lacayo-Anderson
Bolívia, Paraguai e Uruguai	Jorge Crespo Velasco Juan E. Notaro
Brasil e Suriname	Rogério Studart Arlindo Villaschi
Chile e Equador	Alejandro Foxley Tapia Gustavo A. Palacio
Colômbia e Peru	Luis Guillermo Echeverri Jaime Quijandría
Coréia, Espanha, Israel, Japão e Portugal	Tsuyoshi Takahashi Luis Linde
Dinamarca, Finlândia, França, Noruega, Suécia e Suíça	Lars-Henrik Worsoe Olivier Myard
Estados Unidos da América	Héctor E. Morales Jan E. Boyer
México e República Dominicana	Agustín García-López Roberto B. Saladín
Panamá e Venezuela	Adina Bastidas Fernando Eleta Casanovas

* Em dezembro de 2006.

Órgãos de ligação*

País	Instituição
Alemanha	Federal Ministry for Economic Cooperation and Development
Argentina	Ministerio de Economía
Áustria	Federal Ministry of Finance
Bahamas	Ministry of Finance
Barbados	Ministry of Economic Development
Bélgica	Ministère des finances
Belize	Ministry of Budget, Planning and Management, Economic Development, Investment and Trade
Bolívia	Ministerio de Hacienda
Brasil	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Chile	Ministerio de Hacienda
Colômbia	Ministerio de Hacienda y Crédito Público
Coréia, República da	International Finance Bureau, Ministry of Finance and Economy
Costa Rica	Ministerio de Hacienda
Dinamarca	Danish International Development Agency (DANIDA)
El Salvador	Secretaría Técnica de la Presidencia
Equador	Ministerio de Economía y Finanzas
Espanha	Subdirección General de Instituciones Financieras Multilaterales
Estados Unidos	Treasury Department
Finlândia	Ministry for Foreign Affairs
França	Ministère de l'économie, des finances et de l'industrie
Guatemala	Ministerio de Finanzas Públicas
Guiana	Ministry of Finance
Haiti	Ministère de l'Économie et des Finances
Honduras	Banco Central de Honduras
Israel	Bank of Israel
Itália	Ministry of the Economy and Finance
Jamaica	Ministry of Finance and Planning
Japão	Ministry of Finance
México	Secretaría de Hacienda y Crédito Público
Nicarágua	Ministerio de Hacienda y Crédito Público
Noruega	Royal Norwegian Ministry of Foreign Affairs
Países Baixos	Ministry of Finance
Panamá	Ministerio de Economía y Finanzas
Paraguai	Ministerio de Hacienda
Peru	Ministerio de Economía y Finanzas
Portugal	Direcção Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais - Ministério das Finanças
República Dominicana	Banco Central de la República Dominicana
Suriname	Ministry of Finance
Suécia	Ministry for Foreign Affairs Department for International Development Co-operation
Suíça	Office fédéral des affaires économiques extérieures
Trinidad e Tobago	Ministry of Finance, Planning and Development
Uruguai	Ministerio de Economía y Finanzas
Venezuela	Banco de Desarrollo Económico y Social

* Em dezembro de 2006.

Informações de contato da IIC

Região Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela)

Carrera 7 No. 71-21, Torre B, Piso 19
Edificio Bancafé
Bogotá, Colombia
Telefone: (571) 325-7058, (571) 325-7000
Fax: (571) 325-7057

Região da América Central (Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá)

Edificio Centro Colón, Piso 12
Paseo Colón, entre calles 38 y 40
Apartado postal 1142-1007
San José, Costa Rica
Telefone: (506) 257-1418
Fax: (506) 257-0083

Região do Cone Sul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai)

Rincón 640
11.000 Montevideo, Uruguay
Telefone: (598 2) 915-3696
Fax: (598 2) 916-2607

Argentina

Esmeralda 130 Piso 18
C1035ABD, Buenos Aires, Argentina
Telefone: (54 11) 4320-1890
Fax: (54 11) 4320-1830

Chile

Avenida Pedro de Valdivia 0193, Pisos 10 y 11
Providencia
Santiago, Chile
Telefone: (562) 431-3700
Fax: (562) 431-3713

Nicarágua

Edificio BID
Km. 4½, Carretera a Masaya
Managua, Nicarágua
Telefone: (505) 267-0831
Fax: (505) 267-3469

Paraguai

Quesada 4616 esq. Legión Civil Extranjera, Piso 2
Asunción, Paraguay
Telefone: (595 21) 616-2320
Fax: (595 21) 615-681

A CORPORAÇÃO INTERAMERICANA DE INVESTIMENTOS (CII) é uma organização multilateral. Iniciou suas operações em 1989, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico de seus países membros na América Latina e no Caribe, mediante o financiamento da empresa privada. A CII leva a cabo sua missão por intermédio de muitas formas de financiamento, incluindo empréstimos diretos, garantias e investimentos de capital, e linhas de crédito para instituições financeiras locais que operam como intermediárias, bem como investimentos em fundos mútuos locais e regionais. Os investimentos da CII são orientados principalmente para empresas de pequeno e médio porte que encontram dificuldade para obter financiamento de longo e médio prazo de outras fontes.

A Corporação funciona como catalisadora para atrair outros recursos: financiamento adicional, tecnologia e conhecimento especializado. Esses recursos são mobilizados mediante empréstimos co-financiados e empréstimos sindicalizados, apoio ao lançamento de títulos e identificação de parceiros para empreendimentos conjuntos.

Para obter financiamento da CII, os projetos devem oferecer oportunidades de investimento rentável. Devem também impulsionar o desenvolvimento econômico de alguma forma: criando postos de trabalho, ampliando a base de investidores de capital, gerando divisas, facilitando a transferência de recursos e tecnologia, usando recursos locais de forma sustentável, incentivando a poupança local ou promovendo a integração econômica da América Latina e do Caribe. Todos os projetos com possibilidade de afetar o meio ambiente devem incluir medidas preventivas ou restaurativas específicas.

Todos os poderes da Corporação são investidos na sua Assembléia de Governadores. A Assembléia de Governadores da CII é composta por um Governador e um Governador Suplente de cada país membro. O poder de voto de cada país é proporcional às ações por ele integralizadas. A Assembléia de Governadores nomeia uma Diretoria Executiva e lhe delega autoridade e poderes consideráveis.

A Corporação é membro do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A CII goza de autonomia jurídica e conta com recursos e administração separados do BID. Além de seu escritório central em Washington, D.C., a Corporação tem pessoal em oito países da região.



CII

Corporação Interamericana de Investimentos

1350 New York Avenue, N.W.
Washington, DC 20577
Estados Unidos da América
Telephone: (202) 623-3900 • Fax: (202) 623-3815
www.iic.int